

***QUESTÃO DE CLASSE:
teorias e debates acerca das classes sociais
nos dias de hoje***

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS

Clio Edições Eletrônicas
Juiz de Fora
2004

FICHA CATALOGRÁFICA

José Alcides Figueiredo Santos

QUESTÃO DE CLASSE: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004, 43 p.

ISBN:

Clioedel

- Clio Edições Eletrônicas -

Projeto virtual do Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF

E-mail: <clioedel@ichl.ufjf.br>

http: [://www.clioedel.ufjf.br](http://www.clioedel.ufjf.br)

Endereço para correspondência:

Departamento de História da UFJF

ICHL - Campus Universitário - Juiz de Fora - MG - Brasil

--CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750 --- Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Murilo Gomes de Oliveira

Diretora da Editora: Profa Vanda Arantes do Vale

NOTA

O presente livro corresponde ao texto original da dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, em 1995. A banca examinadora foi composta pelos professores Nelson do Valle Silva (orientador), Carlos Alfredo Hasenbalg e Luiz Jorge Werneck Vianna. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o autor é Doutor em Sociologia pela IUPERJ, tendo a sua tese de doutoramento recebido o Prêmio IUPERJ 2000 na área de sociologia. Em decorrência da premiação obtida, versão modificada da tese foi publicada em 2002 pela Editora UFMG, em co-edição com o IUPERJ, com o título de *Estrutura de Posições de Classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. O autor foi convidado a assumir a posição de *Honorary Fellow* do Departamento de Sociologia da Universidade de Wisconsin-Madison, e estará desenvolvendo em 2004 uma pesquisa de pós-doutorado, com bolsa da CAPES, beneficiando-se da experiência do Professor Erik Olin Wright.

ÍNDICE

Índice

- I) Introdução
- II) As classes reinterpretadas pelo marxismo analítico
 - Jon Elster
 - Adam Przeworski
 - John Roemer
 - Erik Wright
- III) Anthony Giddens, a estruturação das classes e da vida social
 - A estruturação das relações de classe
 - A dimensão institucional capitalista da sociedade moderna
 - Estrutura e ação na produção e reprodução social
- IV) A produção e reprodução das classes e da vida social em Pierre Bourdieu
 - Estruturas e espaço social
 - Habitus* e práticas
 - Classes e poder simbólico
- V) Os sistemas sócio-técnicos e as classes sociais
 - O sistema fordista; crise do fordismo; pós-fordismo e acumulação flexível; impacto no mundo do trabalho; o sistema toyotista (as inovações organizacionais e a relação salarial)*
 - 2) A revolução informacional e as mutações do trabalho em Jean Lojkine
 - A revolução informacional; impacto no mundo do trabalho*
- VI) A análise de classe em questão
 - Enfraquecimento, persistência ou relativização das classes

- Classe, identidade e ação
- Cidadania e classe
- O paradigma do trabalho
- Classe e fatores não econômicos
- As grandes divisões de classe em foco
 - Classe superior; classes médias; classe trabalhadora; subclasse*
- Sociedade pós-industrial e classes sociais
- Teorizações e estratégias analíticas
- VII) Conclusão

I) INTRODUÇÃO

As tradições do pensamento sociológico clássico vinculadas notadamente às obras de Marx e Weber atribuíram às hierarquias de classe um papel especial na compreensão da sociedade moderna. Estas tradições prolongaram-se no interior da sociologia contemporânea. Entretanto, as transformações econômicas, sociais e políticas que vem afetando a sociedade capitalista nas últimas décadas, ao lado de antigas questões teóricas não resolvidas ou mal resolvidas, alimentaram um conjunto de desafios e impasses que, em certa medida, fragilizaram a teoria e análise de classes. Sobre este terreno fragilizado, ergueram-se inclusive vozes vaticinando a superação da noção de hierarquias de classe. Este trabalho insere-se no âmago desta polêmica. Propõe-se a expor e analisar um conjunto de teorias e debates emergentes nas últimas duas décadas acerca da problemática da teoria e análise de classes.

A título de esclarecimento, são apresentados preliminarmente neste capítulo introdutório os critérios que presidiram às escolhas de autores, teorias e temas abordados no presente trabalho.

O capítulo II trata das contribuições emanadas do denominado marxismo analítico. A opção não se deve propriamente ao fato dos seus expoentes serem considerados o desenvolvimento recente supostamente mais "científico" da tradição marxista. O marxismo analítico entra neste trabalho basicamente por representar uma linha de análise de classe baseada no individualismo metodológico e na teoria da escolha racional. Em termos de tradição marxista, dentro deste projeto reinterpretativo Erik Wright revela-se o autor mais relevante e fecundo. Não sem motivos é igualmente o menos envolvido pela fantasia de aplicar ao marxismo a metodologia promovida pela escola econômica neoclássica.

O capítulo III trata das contribuições de Anthony Giddens à

análise de classe devido tanto à singularidade quanto à especial relevância da sua obra para o propósito de superar um velho dilema da teoria de classes: o dualismo estrutura/ação. Expõe-se o conteúdo do único livro do autor estritamente dedicado à questão das classes, onde se esboçou a noção dinâmica de "estruturação" das relações de classe. Apresenta-se igualmente a sua visão sobre a importância do sistema de classes na sociedade moderna. Por fim, a teoria da estruturação é sintetizada, mostrando-se as principais idéias e soluções trazidas por este inovador corpo de teoria social.

Pierre Bourdieu representa o segundo sociólogo a quem foi dedicado um capítulo especial, de número IV. Esta opção tem ligação com a singularidade da construção teórica do autor, que aborda também a complexa e vital problemática das relações entre estrutura e ação. Ainda que se tenha recorrido neste trabalho apenas da teorização de Bourdieu, deve-se considerar que o mesmo aplica o seu esquema teórico em um esforço sistemático e diversificado de investigação empírica.

Uma das questões atuais mais importantes com que se defronta a análise de classes diz respeito às transformações sócio-técnicas e suas conseqüências para a sociedade atual e seu sistema de classes. Estas transformações têm servido inclusive de estandarte para os sociólogos que proclamam o definhamento das "velhas hierarquias" herdadas da revolução industrial. Por outro lado, são visíveis os sinais de que está havendo um remodelamento, de amplas repercussões, do mundo do trabalho. Há uma literatura ampla sobre esta temática.

Um espaço importante é dedicado no capítulo V à exposição do enfoque da teoria da regulação, que representa uma escola de pensamento voltada para o próprio núcleo desta problemática: processo de trabalho, relação capital/trabalho e acumulação de capital. Além disso, apresentam-se as interpretações de Jean Lojkin sobre a emergência de uma revolução informacional. Sociólogo e pesquisador de formação marxista, a sua obra representa uma reflexão

rica e singular, divergente da teoria da regulação, sobre as transformações sócio-técnicas e seu impacto no mundo do trabalho.

O capítulo VI do trabalho foi dedicado a cobrir o amplo conjunto de temas que têm sido focalizados no debate contemporâneo a respeito da teoria e análise de classes. Foram retratadas oito grandes áreas temáticas do debate. Discute-se a relevância da teoria e análise de classes para a compreensão da sociedade dos nossos dias, o papel das classes como focos de identidade e ação sociais, o confronto analítico entre as noções de classe e cidadania, a atualidade do paradigma do trabalho, o peso dos fatores não econômicos na constituição das classes, as grandes divisões da estrutura de classes e a implicações da formação de uma sociedade pós-industrial para a realidade das classes. Por fim, outras teorizações e estratégias analíticas que não receberam um espaço privilegiado no corpo do trabalho são também lembradas e resumidamente expostas. Tópicos como gênero e relações raciais, que mereceriam um tratamento mais desenvolvido, por limitações de tempo, foram apenas ligeiramente referidos entre os "fatores não econômicos".

No conjunto dos capítulos que abarcam as teorias e as questões temáticas, foi realizada essencialmente uma exposição de idéias, que procurou ser sintética porém exaustiva. Sem dúvida que em toda exposição há uma certa interpretação. A título de exemplo, pode-se mencionar que o tópico sobre a teoria da estruturação de Giddens incorpora uma "leitura" onde se aproxima a sua obra de certa tradição marxista que privilegia a noção de práxis. As considerações críticas foram deixadas exclusivamente para a conclusão geral, momento em que se entra no mérito das teorias expostas nos capítulos. Apenas o capítulo específico sobre o debate em torno da análise de classe não foi especificamente comentado. Considera-se que o debate fala por si mesmo. Levando em conta os questionamentos postos à análise de classe, os desenvolvimentos teóricos e as interpretações afloradas neste universo de idéias coberto pelo trabalho, optou-se por esboçar

nas palavras finais da conclusão quais seriam os possíveis parâmetros básicos de um esforço de renovação da análise de classes de inspiração marxista.

II) AS CLASSES REINTERPRETADAS PELO MARXISMO ANALÍTICO

JON ELSTER

O conceito de classe tem sido questionado em sua capacidade de explicar a ação coletiva. Discute-se a possível prevalência de outros núcleos de ação coletiva, ou seja, linhas divisórias que originam solidariedade e movimento. Engajado num esforço reinterpretativo, visando enfrentar os desafios postos à análise de classe, Elster aprecia as virtudes e limitações de quatro definições alternativas de classe, baseadas respectivamente nos critérios de propriedade, exploração, poder e comportamento de mercado. A dicotomia propriedade e não-propriedade parece-lhe um indicador muito tosco de pertencimento de classe. Por outro lado, o uso do *tipo* e da *quantidade* de propriedade implicaria numa "infinita fragmentação" das classes. A dicotomia explorador e explorado é igualmente grosseira. A distinção das classes segundo os *graus* de exploração também fragmentaria o esquema de classe. A definição em termos de dominação e subordinação, apesar das suas potencialidades, é muito comportamental e insuficientemente estrutural. A definição em termos de comportamento de mercado demonstra ser mais útil, pois agrupa os que estão unidos por uma necessidade e destino comum. O critério de classe torna-se o *comportamento necessário gerado pela dotação*. A fórmula contém uma generalidade que extrapola a sua aplicabilidade às sociedades de mercado. As classes são definidas em termos do que os seus integrantes devem realizar para lograr o melhor uso do que tem. Elster propõe uma definição geral de classes em termos de dotações e comportamento: "Uma classe é um grupo de pessoas que, em virtude do que possuem, são compelidas a engajarem-se nas mesmas atividades se quiserem fazer o melhor uso das suas dotações" (Elster, 1987: 322-31; Elster, 1989: 166-73).

Nas economias de mercado, a distribuição das dotações gera de modo *indireto* a estrutura de classes. A composição de classes não pode ser estabelecida de modo imediato através da mera inspeção de quem é dono de quê. Já as relações imediatas entre as classes, regra geral, são de dois tipos: transferência de excedente, de baixo para cima; transferência de ordens, de cima para baixo (Elster, 1989a: 145-6).

A mobilidade social tem um papel importante na cristalização das classes em atores coletivos. A estrutura de classes representa mais que a soma das classes, pois envolve também as taxas de fluxo entre elas. Entretanto, ainda que uma das tarefas mais importantes da teoria de classe seja explicar a sua transformação em atores coletivos, Elster defende que as condições específicas para esta transformação não devem fazer parte da definição de classe. Elster trabalha uma definição de classe independente do tempo, ou seja, do *processo* de formação de classe.

Ator coletivo, na definição de Elster, representa um grupo de interesses que superou com êxito o problema de levar adiante uma ação coletiva combinada. A condição de classe apenas *em si* não tem poder e relevância explicativa no tocante ao comportamento coletivo. A constituição das classes em atores coletivos envolve o desenvolvimento da consciência de classe, ou seja, a tomada de consciência dos interesses comuns e da capacidade de organização para a defesa coletiva desses interesses. A ação coletiva pressupõe determinadas condições subjetivas, em termos de informação e motivação, além da realização de certas condições sociais adicionais. As condições cognitivas da ação coletiva envolvem a transparência do contexto causal da situação de classe, das fronteiras de classe e da identidade das classes opositoras. As condições motivacionais abarcam a estrutura de ganhos e perdas (Elster, 1987: 350-1). A solidariedade de classe, materializada na ação coletiva, supõe uma transformação na ordem de preferências, a capacidade de superar o

problema do "carona" e optar pelo altruísmo condicional, no sentido de um jogo de confiança (Levine *at alli*, 1989: 67).

Elster defende a busca de micro-fundamentos para a ação coletiva. As explicações a nível individual devem ser construídas de acordo com o princípio heurístico de que o comportamento é racional e auto-interessado. Apenas com o fracasso desta abordagem explicativa deve-se assumir pelo menos a racionalidade e, em último caso, a irracionalidade da ação. No presente, Elster continua a defender a busca "reducionista" de micro-fundamentos, mas a teoria da escolha racional tornou-se basicamente um privilégio normativo e uma prioridade metodológica. A ação orientada por normas passou a ter também um estatuto diferenciado e especial na explicação da ação humana (Elster, 1994).

Ainda que privilegie uma definição de classe "derivada" do comportamento de mercado, Elster reconhece que no capitalismo moderno o poder joga papel na *constituição* das classes. A posição hierárquica numa organização complexa serve de base ao controle da força de trabalho de outrem e faz deste poder um elemento distintivo/constitutivo de classe. O domínio político é capaz de criar as suas próprias fontes de poder. O poder de um ator coletivo pode derivar do seu lugar numa rede de relações estratégicas. Elster admite igualmente que os sentimentos de identidade cultural, não redutíveis à condição de classe, dão origem a atores coletivos. Enfim, sustenta a *relevância* mas rejeita a *centralidade* do conceito de classe.

ADAM PRZEWORSKI

O marxismo ortodoxo considera as classes como categorias de pessoas ocupando posições semelhantes no sistema de produção e realização do capital. Nesta ótica, a análise de classe preocupa-se especialmente em interpretar a transformação da classe *em si*, objetivamente constituída, em classe *para si*, organizada e atuante.

Surgiram versões concorrentes, deterministas e voluntaristas, para explicar a transformação do "objetivo" em "subjetivo". Além disso, o desenvolvimento do capitalismo, ao alterar a estrutura de lugares no sistema de produção e realização do capital, criou assalariados que não são propriamente trabalhadores produtivos. Entrou na ordem do dia o aperfeiçoamento do modelo dicotômico de classes e em especial a problemática da "classificação" dos novos segmentos objetivamente constituídos. Entretanto, este foi um falso caminho, pois as classes não são determinadas unicamente por posições objetivas. É preciso reconsiderar toda a problemática de classes (Przeworski, 1989: 71 e 79-86).

O processo de formação de classe é produto de uma dupla articulação entre estruturas e lutas. As classes são um efeito de lutas, mas as lutas, por sua vez, são estruturadas pelas relações sociais objetivas. As lutas tanto são estruturadas quanto produzem um efeito autônomo no processo de formação de classe. As lutas produzem efeitos sobre as relações objetivas e afetam a organização de classe das pessoas localizadas no processo de produção, ou seja, transformam as condições sob as quais se formam as classes. As condições objetivas determinam esferas de possibilidades. São condições herdadas ou recebidas pelos agentes, que entram em conflito visando preservar ou transformar essas condições "dadas". A mesma base objetiva comporta diferentes *estratégias* de formação de classe. As relações sociais são apenas "uma estrutura de escolhas dadas em um determinado momento da história" (Przeworski, 1989: 93). O conjunto das alternativas estratégicas disponíveis aos agentes individuais e coletivos deve ser incorporada no próprio cerne da análise de classe. A formação de classes tem um caráter descontínuo. As lutas de classes alteram-se com a mudança das conjunturas. A descontinuidade das lutas implica na própria descontinuidade da formação de classes. As classes são agentes históricos em permanente processo de formação, ou seja, não estão desenvolvendo-se sob uma

forma "acabada". Enfim, Przeworski postula a noção de *classe-processo* gerada por *estratégias* de formação de classe selecionadas pelos *indivíduos* entre *estruturas de escolhas disponíveis* (Przeworski, 1989: 86-102 e 109-19).

JOHN ROEMER

Roemer considera que a teoria econômica marxista pregressa fracassou em estabelecer com precisão as causas da exploração no capitalismo. Contesta a definição da exploração em termos de expropriação do trabalho excedente. A teoria da exploração do trabalho não é "objetivamente correta". A força de trabalho não é a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que incorpora, ou seja, não é o único bem explorado no capitalismo (Roemer, 1989: 118-9). A extração do trabalho no processo de produção não desempenha papel na exploração. A exploração do trabalho nem *causa* nem *explica* os lucros e a rentabilidade do capitalismo. O processo de trabalho não pode ser colocado no centro da análise da exploração e das classes. Roemer contrapõe à idéia da exploração do trabalho o teorema da exploração generalizada da mercadoria. A noção de exploração do trabalho só tem valor pelo seu conteúdo normativo, já que é considerada injusta (Roemer, 1989a: 40-1).

O conceito de exploração surge no enfoque de Roemer "puramente definido em termos de relações de propriedade" (Roemer, 1989a: 9). Seu objetivo é a formulação de uma teoria da exploração que seja operativa inclusive na ausência de propriedade privada dos meios de produção. Almeja-se a construção de uma metateoria da exploração aplicável a qualquer modo de produção. A condição necessária e suficiente da exploração é a desigualdade das dotações de riqueza. É destacada a propriedade diferencial dos meios de produção como a causa principal da exploração capitalista.

A exploração é melhor caracterizada em termos de dotações de

propriedade. Uma pessoa ou grupo é explorado se não tem acesso a uma participação justa nos ativos produtivos alienáveis da sociedade. A teoria da exploração é uma teoria da justiça. (Roemer, 1989a: 104, 113 e 123). Roemer introduz adicionalmente um componente de "escolha racional" na noção de exploração. Sugere que um grupo deve ser visto como explorado caso tenha "alguma opção *condicionalmente* factível de acordo com a qual seus membros estariam melhores" (Roemer, 1989: 121). Para o autor a introdução da noção de "retirada condicional" realçaria os "imperativos éticos" da teoria marxista (Przeworski, 1989: 265).

Roemer propõe e procura demonstrar dois teoremas básicos. O teorema da Correspondência entre Riqueza e Classe vai relacionar a posição de classe de um produtor com a sua riqueza. A ordenação das pessoas em classes identifica-se com a sua ordenação em termos de magnitudes de dotações de riqueza. Entretanto, "a relação entre riqueza e classe - que os ricos contratam trabalho e os pobres vendem-no - nem sempre se cumpre" (Roemer, 1989a: 73). O segundo teorema aparece, então, como fundamental para a elaboração de Roemer. O teorema da Correspondência entre Exploração e Classe estabelece que é um explorador o membro de uma classe que aluga trabalho e é um explorado o integrante de uma classe que vende trabalho. Este teorema proporciona os micro-fundamentos analíticos "para a afirmação de que os capitalistas (os que contratam trabalho) exploram os proletários (os que vendem trabalho)" (Roemer, 1989a: 78-9). Enfim, a exploração é determinada unicamente por posições de classe.

Amparado em seu esquema analítico, Roemer estabelece uma taxonomia histórica da exploração. A *exploração feudal* surge da distribuição desigual dos direitos de propriedade sobre o trabalho dos outros. A *exploração capitalista* vincula-se à distribuição desigual dos ativos de propriedade produtiva alienável. Já o socialismo, ainda que anule as formas pretéritas de exploração, convive com uma forma

de exploração calcada na distribuição das dotações pessoais inalienáveis (as habilidades) (Roemer, 1989a: 104-7).

ERIK WRIGHT

Wright vem empreendendo um esforço contínuo de desenvolvimento de um esquema de classe capaz de mapear as variações concretas nas estruturas de classe das sociedades capitalistas. Um primeiro mapa de classes, posteriormente reformulado, valorizava as noções de controle e exploração dentro das relações sociais de produção. Numa inflexão autocrítica, sob a inspiração da obra de Roemer, Wright vai colocar as relações de exploração, ao invés da dominação, no cerne do seu novo mapa de classes (Crompton, 1994: 69-72).

Ao colocar o conceito de exploração no centro da análise de classe, Wright acolherá a idéia de Roemer de que a exploração material é determinada pelas desigualdades nas distribuições dos ativos produtivos. As transferências de excedente são explicadas pelas desigualdades de ativos. As classes aparecem como posições derivadas das relações de exploração.

A formulação inicial de Roemer incorporava à análise apenas os ativos físicos (alienáveis) e os ativos de qualificação (inalienáveis). Wright considera adicionalmente os ativos de força de trabalho e os ativos organizacionais. No capitalismo, regra geral, cada um possui uma unidade do ativo força de trabalho, o que não ocorre no escravismo e no feudalismo. O ativo organizacional decorre do fato da organização ser um recurso produtivo específico. A organização é um ativo frequentemente controlado através de uma hierarquia de autoridade.

Wright elabora uma tipologia básica de exploração e classe na sociedade capitalista que distingue 12 situações de classe em função da apropriação diferenciada de ativos em meios de produção, ativos

organizacionais e ativos de qualificação. O esquema de classe incorpora as situações contraditórias dentro das relações de exploração. Dois tipos distintos de situações de classe não polarizadas atravessam a estrutura de classes. Existem situações de classe que não são nem exploradoras nem exploradas, cobrindo a realidade da classe média "tradicional" (pequena-burguesia, etc). Já a "nova classe média" corresponde a "situações que são *ao mesmo tempo* exploradoras e exploradas" (Wright, 1989: 146-9).

Wright aponta as vantagens do conceito de classe centrado na exploração. A abordagem do problema dos interesses objetivos de classe fica mais clara. A noção adquire um conteúdo mais *materialista* e *histórico*, pois se vincula à propriedade efetiva de elementos das forças produtivas, cujo desenvolvimento imprime aos sistemas de classe a sua trajetória histórica. As diferenças qualitativas entre os diferentes tipos de estrutura de classe ficam melhor demarcadas. As classes médias são caracterizadas pelos mesmos critérios de base que definem as classes fundamentais (Wright, 1989: 163-4). A exploração, por fim, representa um dos mecanismos centrais por meio do qual a estrutura de classes explica o conflito de classes.

Wright propõe um modelo que articula as dimensões de estrutura de classes, formação de classes e luta de classes. A estrutura de classes impõe *limites* à formação de classes, ou seja, à organização coletiva das forças de classe, assim como às lutas de classes. Dois são os mecanismos básicos da imposição de limites: a moldagem dos interesses materiais dos indivíduos e a determinação dos recursos materiais disponíveis. Já a formação de classe *seleciona* as lutas de classes possíveis. As lutas de classes, por fim, retroagem e transformam tanto a estrutura de classes quanto a formação de classes. As práticas das classes, em certa medida, transformam as estruturas que as limitam.

Em período mais recente, Wright tem problematizado a sua

noção de localização de classe. O sentido de ocupar uma localização de classe, no fundo, restringe-se a empregos (*jobs*) e tem uma conotação estática. É preciso conectar a dimensão da estrutura de classes (empregos) a microconceitos que captem o modo dos indivíduos viverem. Wright desenvolveu as noções de localizações de classe *mediatas* e localizações de classe *temporárias*. A noção de localizações de classe *mediatas* procura captar as demais relações sociais, além de emprego, que ligam os indivíduos à estrutura de classes. A referência a localizações de classe *temporárias* reflete o fato de muitos empregos inserirem-se em trajetórias de carreira que alteram o vínculo de classe através do tempo (Wright, 1993: 28-32).

III) ANTHONY GIDDENS, A ESTRUTURAÇÃO DAS CLASSES E DA VIDA SOCIAL

A estruturação das relações de classe

Em período mais recente, o postulado da indivisibilidade de estrutura e ação ganhou força dentro da sociologia. No livro *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas* Giddens apresentou as relações de classe como sendo ativamente estruturadas, ao invés de simplesmente consideradas como dadas. Posteriormente a noção de "estruturação" tornou-se o núcleo fecundo de um novo corpo de teoria social.

Em seu estudo sobre a estrutura de classes Giddens concebe formalmente a noção de classe como um agregado em grande escala de indivíduos, alicerçado em relações impessoais e nominalmente abertas. Classe não é uma "entidade" específica nem se presta a ser precisamente desenhada numa escala de mensuração. Entender a existência das classes implica em conceber a estruturação de relações de classe, na medida em que classe "refere-se a um aglomerado de formas de estruturação baseadas em níveis de possibilidades de mercado comumente compartilhadas". As relações e conflitos gerados pelo mercado capitalista permitem atingir, sob a luz da teoria, a identificação de classes como formas estruturadas. Deve-se, para tanto, desvendar os processos por meio dos quais as relações "econômicas" se expressam em estruturas "não-econômicas". A realidade social das classes implica na formação de padrões comuns de comportamentos e atitudes. A convergência das fontes de estruturação tende a incrementar estilos de vida comuns.

Os processos de estruturação de relações de classe podem intervir de forma *mediata* e *imediata*. A estruturação *mediata* envolve os fatores que incidem como elos de ligação "globais" entre o mercado e os sistemas estruturados de relações de classe. Nesse sentido, o grau de "fechamento" de chances de mobilidade social possui importante impacto na formação de classes identificáveis, pois

favorece a homogeneização de experiências. Na medida em que os principais tipos de possibilidade de mercado tendem a associar-se a padrões fechados de mobilidade a estruturação de classe é estimulada. A posse de propriedade dos meios de produção, a posse de qualificações técnicas ou educacionais e a posse da força de trabalho manual, neste caso, servem de fundamento a um sistema básico de três classes na sociedade capitalista.

Os padrões de estruturação *imediata* de relações de classe decorrem da influência da divisão do trabalho na empresa, das relações de autoridade dentro da empresa e do papel jogado pelos "grupos distributivos". Neste plano, cabe destacar a incidência da técnica industrial na divisão do trabalho, o papel da autoridade diferencial na organização empresarial e os efeitos dos padrões comuns de consumo.

A estrutura de classes nasce da combinação de fontes de estruturação *mediata* e *imediata*. Ainda que a sociedade capitalista, de modo geral, possua uma estrutura *tripartite* de classes, o sistema de classes específico de cada país depende das particularidades do seu desenvolvimento político e econômico.

A estruturação de classe não é um processo exclusivamente objetivo pois pressupõe sempre a existência de "conhecimento de classe", sob a forma de um conhecimento e aceitação de atitudes e crenças similares. A estruturação de classe envolve necessariamente uma ação orientada para significados, ainda que a atribuição de significado possa implicar numa negação da existência da realidade das classes sociais. O conhecimento de classe, presente intrinsecamente na constituição da realidade social, torna-se consciência de classe apenas na medida em que se desenvolve, pelo menos, uma concepção de identidade de classe e, por isso, de diferenciação de classe.

As relações de classe têm caráter explorador pois condicionam a produção assimétrica de chances de vida. Os indivíduos têm

chances diferenciadas de compartilhar os "bens" econômicos ou culturais socialmente criados. O sistema de exploração opera por meio dos diferenciais na capacidade de mercado. A estrutura de classe apresenta-se como o eixo principal que orienta a distribuição dos "bens" socialmente criados. As disparidades na capacidade de mercado, além de gerarem este efeito material, transformam-se plenamente em "realidades sociais" no processo de estruturação de classes, de sorte a condicionar a conduta social dos indivíduos.

Respondendo a alguns críticos, Giddens procurou esclarecer em um pós-escrito (1979) ao seu livro sobre estrutura de classes, que a sua concepção de classe, ao valorizar a noção de "capacidade de mercado", não teria seguido a equiparação de Weber entre "situação de classe" e "situação de mercado". O seu enfoque procurou "realçar a centralidade do contrato de trabalho para o sistema capitalista". Insiste sobre a importância de três conjuntos de relações socioeconômicas - as relações para-técnicas na divisão do trabalho, as relações de autoridade dentro da empresa e as conexões entre produção e consumo (grupos distributivos) - enfatizando que cada um destes fatores deve ser entendido no contexto total da relação capital/trabalho assalariado. Num esforço de diferenciação em relação à concepção de Weber, destaca que a sua noção de "estrutura de classe procura analisar estes três conjuntos de elementos como integrantes do capitalismo como uma sociedade de classe" (Giddens, 1982a: 170-1).

Em trabalho mais recente, Giddens reafirma a idéia de que a divisão de classe é uma característica fundamental da ordem social capitalista. Lembra o fato de que a introdução do termo estruturação ocorreu (o que é significativo, no nosso entendimento) no seu estudo sobre estrutura de classes, sem considerar ainda a sua importância como conceito geral na teoria social. Afirma que o termo foi introduzido para enfatizar a natureza variável e complicada das relações de classe em diferentes países. Destaca a importância de

analisar o modo como as "várias características dos sistemas de classe podem fornecer as bases de 'estruturação' das filiações de grupos". Resgata igualmente o significado da distinção introduzida entre consciência de classe e conhecimento de classe na gênese das suas reflexões sobre o papel do conhecimento como "algo incorporado nas relações sociais de uma maneira constitutiva". Poucos anos depois do estudo sobre a estrutura de classes a noção de estruturação virá a adquirir um estatuto teórico maior dentro de uma "interpretação abstrata da natureza da reprodução social" (Giddens, 1991a : 202-3).

A dimensão institucional capitalista da sociedade moderna

A sociedade moderna, na interpretação de Giddens, possui quatro dimensões institucionais básicas, quais sejam, capitalismo, industrialismo, vigilância e poder militar. O Estado-nação e a produção capitalista sistemática são vistos como dois complexos organizacionais de particular significado no desenvolvimento da modernidade (Giddens, 1991: 65 e 173).

No capitalismo, a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem propriedade, possui um papel central no sistema de produção de mercadorias e forma o eixo do sistema de classes. Não é por outro motivo que o conceito básico na análise da estrutura de classe do capitalismo é o de contrato de trabalho capitalista. O contrato de trabalho capitalista representa uma interseção fundamental entre os mecanismos de produção de mercadoria, a exploração do trabalho e as lutas no mercado de trabalho. O capitalismo é entendido como a única sociedade que "tanto tem quanto é um modo de produção", de modo que apenas nesta sociedade "as relações de classe são estabelecidas como intrínsecas ao processo de trabalho" (Giddens, 1982: 194). Giddens elogia a idéia de Marx de que a relação capital/trabalho assalariado é construída dentro dos próprios mecanismos da produção. Entretanto,

constata que a fonte maior de dificuldade nas teorias de classe marxistas diz respeito a "como relacionar a distinção capital/trabalho assalariado, de um lado, com a distinção burguesia/proletariado, de outro" (Giddens, 1982: 193). O desafio que se propôs no estudo sobre a estrutura de classes foi justamente explicar como as relações "econômicas" transformam-se na "realidade social" das classes. Infelizmente o autor não deu continuidade a uma teorização geral, explícita e específica sobre a problemática das classes sociais. Entretanto, o pleno amadurecimento da teoria da estruturação, onde se insere a questão das relações entre estrutura e ação, fornece elementos de desenvolvimento da sua análise de classe.

Estrutura e ação na produção e reprodução social

A teoria da estruturação de Giddens propõe-se a superar o dualismo entre estrutura e ação cronicamente incrustado na reflexão sociológica. Dada a magnitude do projeto, fontes teóricas diversificadas irão ser absorvidas e contribuir para o empreendimento. Entretanto, cabe destacar o papel da herança marxista na fecundação da teoria, de modo especial as reflexões de Marx sobre as articulações entre práxis e condicionamentos sociais. Giddens esclarece que "os escritos de Marx ainda representam o mais significativo conjunto de idéias de que se pode lançar mão para iluminar os problemas de agência e estrutura. Marx escreveu nos *Grundrisse* que todo elemento social 'que tem uma forma fixa', aparece meramente como 'um momento evanescente' no movimento da sociedade. 'As condições e objetivações do processo', continua, 'são elas mesmas igualmente momentos deste, e apenas os indivíduos são os seus sujeitos, mas indivíduos em relacionamentos mútuos, que eles igualmente reproduzem e produzem sob nova forma...' (Giddens, 1979: 53). Giddens valorizará a visão do aspecto ativo, porém condicionado do sujeito, mas fará um desenvolvimento particular do

que consiste a "produção" da sociedade. A teoria social proposta por Giddens trabalhará "uma visão alterada da interseção entre dizer (ou significar) e fazer, oferecendo uma nova concepção da práxis" (Giddens, 1989: xviii).

Na ótica de Giddens, a chave para entender a ordem social está nas relações cambiantes entre produção e reprodução da vida social por seus atores constituintes. Os homens que reproduzem são também os mesmos que criam e transformam as formas "ordenadas" de vida social. Estas não existem à margem da ação dos homens que as mantem, de sorte que "a semente da mudança existe em cada ato" (Giddens, 1978: 109). Esta é a idéia germinal da teoria da estruturação. Os processos de produção e reprodução da vida social formam uma unidade dialética que deve ser concebida como "dualidade de estrutura".

A produção da sociedade

"A produção da sociedade", segundo Giddens, "é um trabalho qualificado, mantido e 'provocado' pelos seres humanos" (Giddens, 1978: 15). É necessário, então, demonstrar precisamente como os homens produzem a sociedade na manifestação da sua vida. No fundamento de tudo está a ação, que deve ser entendida como praxis. A agência humana refere-se a *fazer* e diz respeito a eventos dos quais o indivíduo é o perpetrador. As práticas sociais estão na raiz da constituição do sujeito e do objeto social. Por esse motivo, a vida social é formada e reformada na praxis. A ação humana, entendida dessa perspectiva, representa a corrente de intervenções causais reais no processo contínuo de acontecimentos do mundo. Não pretende-se com essas colocações afirmar, como poderia parecer à primeira vista, que a ação é o princípio original da constituição do mundo social, pois não se trata de saber se é o ovo ou a galinha que nasce primeiro. Giddens não está discutindo o problema da genesis original do mundo

social. A ação é o motor da produção da sociedade, ainda que se considere a sociedade como uma realidade já dada aos homens. Os homens não criam a sociedade do nada, mas refazem o que já está feito na continuidade da praxis (Giddens, 1989: xviii, 7, 80, 140 e 197).

Giddens vai vincular o entendimento da ação humana à noção de poder, de modo a afirmar que "a ação envolve logicamente poder no sentido de capacidade transformadora" (Giddens, 1989: 12). Este poder essencial, implícito na ação humana, corresponde à capacidade de "criar uma diferença" no mundo social. O indivíduo é um *agente* na medida que é capaz de exercer alguma espécie de poder.

Entretanto, a ação humana não é um simples fazer, isento de consciência, pois os seres humanos são agentes cognoscitivos. Nesta condição, possuem a capacidade de entenderem o que fazem enquanto fazem. A ação precisa ser concebida igualmente como conduta racionalizada ordenada reflexivamente pelos agentes humanos. Esta capacidade reflexiva acompanha persistentemente a atividade social e assume a forma de um monitoramento do fluxo contínuo da vida social. Mas o agente social não é um ser puramente reflexivo e muito menos possui qualquer espécie de conhecimento onisciente da própria prática, pois a sua cognoscitividade está sempre limitada pelo inconsciente pelas condições não reconhecidas/conseqüências não premeditadas da ação (Giddens, 1989: xviii, 8 e 229).

Enquanto agentes reflexivos, os indivíduos mantem uma capacidade de "racionalização da ação", ou seja, de explicar porque eles agem como agem dando razões para sua conduta (Giddens, 1979: 57). No âmago da cognoscitividade dos agentes encontra-se a consciência de regras sociais, notadamente a consciência prática das técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais. As práticas sociais rotinizadas, vinculadas sobretudo à esfera da consciência prática,

constituem a forma predominante de atividade social (Giddens, 1989: 17 e 230).

A reprodução das estruturas sociais

Ainda que Giddens chegue a definir o agente humano pela sua capacidade transformadora, sabe que "o domínio da atuação humana é limitado, pois inclusive ação é constituída estruturalmente (Giddens, 1978: 169). A teoria social não poderia ancorar-se apenas numa teoria do agente humano, ou do sujeito, para a partir daí dar conta do conjunto social. Na verdade, "é fundamental complementar a idéia da produção da vida social com a idéia da *reprodução social* das estruturas" (Giddens, 1978: 134).

Os sistemas sociais possuem *propriedades estruturais* que não podem ser propriamente tidas como "produtos sociais" de atores pré-constituídos que as criam. A reprodução das propriedades estruturais pela ação humana representa também a reprodução das condições que tornam possível tal ação (Giddens, 1989: 21).

As propriedades estruturais podem ser concebidas como organizadas hierarquicamente em termos de extensão espaço-temporal das práticas que elas recursivamente "ordenam". Os *princípios estruturais* correspondem às propriedades implicadas na reprodução de totalidades sociais. As *instituições* representam aquelas práticas que possuem maior extensão espaço-temporal dentro das totalidades (Giddens, 1989: 14).

Ainda que fale de sistemas sociais, propriedades estruturais e instituições, Giddens não acredita que existam totalidades ou instâncias supra-individuais com uma dinâmica auto-reprodutível. Essas dimensões coletivas mantem-se como práticas sociais reproduzidas no espaço e no tempo. Representariam essencialmente formas de "ordenamento" das práticas sociais. Devido ao fato dessas instâncias não existirem sem a ação humana, possuiriam uma

vigência efetiva apenas em suas materializações no movimento da sociedade corporificado nas práticas sociais.

Giddens vai interpretar a dialética entre produção e reprodução da vida social postulando a existência de uma *dualidade de estrutura*. Esta noção realça "o caráter fundamentalmente recursivo da vida social, e expressa a dependência mútua entre estrutura e agência" (Giddens, 1979: 69). A agência pressupõe uma estrutura que "ordena" a prática, do mesmo que a estrutura só existe reproduzida pela agência como prática social. A estrutura não é externa ao sujeito, de maneira a "agir sobre" o mesmo como uma espécie de força material que "compele" o homem a "comportar-se de um modo particular" (Giddens, 1989: 148). A dualidade de estrutura é a marca essencial e incontornável dos processos de produção e reprodução social pois "as estruturas sociais são tanto constituídas pela atuação humana, como também, ao mesmo tempo, são o próprio *meio* desta constituição" (Giddens, 1978: 129).

A mediação da estrutura

Não há dúvida de que o postulado central da teoria da estruturação é a noção de dualidade de estrutura, mas o conceito chave é o de estrutura pois expressa o momento de "mediação" entre ação e condicionamentos sociais. Estrutura apresenta-se como o "elo de ligação" entre ação e *propriedades estruturais*.

A estrutura é simultaneamente *restritiva e habilitadora*. As restrições não se impõem como barreiras exteriores à ação, mas estão essencialmente envolvidas na forma de "ordenamento" da ação, que é também a própria condição da sua produção. As estruturas habilitam o homem a agir e este, no seu *fazer*, pode transformar as condições que estão cronicamente envolvidas na sua prática.

Entendida como uma dimensão paradigmática, a estrutura teria uma existência virtual, "temporalmente 'presente' apenas em suas

manifestações, nos momentos constituintes dos sistemas sociais" (Giddens, 1979: 64). As relações entre as propriedades estruturais e as práticas sociais são concebidas de modo similar às relações do homem com a linguagem, já que "as diferenças que constituem as estruturas e que são constituídas estruturalmente, referem-se à 'parte' do 'todo' no sentido de que a elocução de uma sentença gramatical pressupõe o corpo ausente das regras sintáticas que constituem a linguagem como totalidade" (Giddens, 1979: 71). A linguagem é inquestionavelmente uma instituição social fundamental e serve para entender e demonstrar a dupla condição do homem, de produtor e reproduzidor da vida social. Não é sem motivo que Giddens recorre repetidamente à linguagem para demonstrar o postulado da dualidade de estrutura. "Considerada como estrutura - e isto é crucial - a linguagem (natural) é uma condição para a geração dos atos discursivos e a realização do diálogo, mas também a consequência não intencional da produção dos discursos e da realização dos diálogos". Cada ato que reproduz a estrutura conteria a semente da mudança "como o significado das palavras que muda no e pelo seu uso" (Giddens, 1978: 134-5).

Trata-se de uma solução reveladora da perspectiva escolhida conceber a estrutura como uma dimensão que "existe somente como traços de memória, a base orgânica da cognoscitividade humana, e como exemplificada na ação" (Giddens, 1989: 303). Corporificando-se nas práticas sociais dos indivíduos, a estrutura seria "num certo sentido mais 'interna' do que externa às suas atividades, nem sentido durkheimiano" (Giddens, 1989: 20). Visto que os sistemas sociais são essencialmente práticas sociais reproduzidas, a "ordem virtual" da estrutura existiria apenas, enquanto presença espaço-temporal, "em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognitiva" (Giddens, 1989: 14). Já antes foi observado que os condicionamentos sociais agem como

fatores "ordenadores" das práticas sociais. Sabe-se agora que tais "ordenamentos" da conduta humana possuem uma conformação mais "interna" ao sujeito.

Numa passagem onde se desenvolve a idéia de estrutura como uma "ordem virtual" de diferenças, é proporcionada a especificação desses fatores "ordenadores" da conduta humana: "(a) conhecimento - como traços de memória - de 'como as coisas devem ser feitas' (ditas, escritas), da parte dos atores sociais; (b) práticas organizadas através da mobilização deste conhecimento; (c) capacidades que a produção dessas práticas pressupõem" (Giddens, 1979: 64).

A estrutura envolve o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social, que forma o *meio* de constituição das atividades práticas humanas. Ela "ordena" as práticas sociais pois os atores apoiam-se necessariamente nessas regras e recursos, na diversidade de contextos de ação, para a realização prática de propósitos e interesses.

A consciência de regras sociais, expressa sobretudo na consciência prática, é a forma principal da cognoscitividade humana. Sendo um conhecimento das técnicas de "fazer" atividade social, presentes como traços de memória, "proporciona a capacidade genérica de reagir a uma gama indeterminada de circunstâncias sociais e influenciá-las" (Giddens, 1989: 17). Todas as regras são tanto constitutivas ou habilitadoras, quanto regulativas ou restritivas. "Regras geram - ou são o meio de produção e reprodução de - práticas" (Giddens, 1979: 67). Entretanto as regras, que existem em conjunção com as práticas, não são agregados de preceitos dissociados do conjunto social, mas o meio e o produto da reprodução dos sistemas sociais.

A capacidade dos agentes de "produzirem" as práticas sociais dependem da mobilização de recursos. Existem os recursos alocativos, envolvendo o controle sobre objetos, bens ou fenômenos materiais, e os recursos de autoridade, implicando controle sobre

pessoas ou agentes. Os recursos são as "bases" ou os "veículos" da capacidade transformadora e da dominação. Não são, tal como as regras, agregados de capacidades dissociadas do meio social abrangente, mas componentes estruturais dos sistemas sociais. Existindo no âmbito de estruturas de dominação, a distribuição assimétrica de recursos condiciona a reprodução de relações de *autonomia* e *dependência* na interação social. Entretanto, como o poder tem uma natureza relacional e todo agente exerce alguma espécie de poder, "todas as relações de autonomia e dependência são recíprocas: por maior que seja a distribuição assimétrica de recursos envolvida, todas as relações de poder expressam autonomia e dependência em 'ambas as direções' " (Giddens, 1982, 39).

A dimensão espaço-temporal

A teoria da estruturação considera que as dimensões espacial e temporal encontram-se no próprio âmago da atividade social. Teoriza-se a "situabilidade" da interação no tempo e espaço e, ao mesmo tempo, focaliza-se o conhecimento de como os sistemas sociais são constituídos através do espaço-tempo (Giddens 1989: 89).

A sociedade moderna promove uma separação entre tempo e espaço e sua recombinação em formas que permitem um zoneamento preciso - temporal e espacial - da vida social. Nas sociedades pré-modernas, regra geral, as dimensões espaciais são dominadas pela "presença" - por atividades localizadas. Na sociedade moderna, o espaço dissocia-se do tempo. A interação social não depende mais apenas de circunstâncias de co-presença. Os locais passam a ser penetrados por influências sociais distantes. A trama da interação social envolve extensões espaciais que transcendem o contexto imediato. A interação em contextos de co-presença conecta-se ao sistema social mais amplo. A separação entre o tempo e o espaço representa um fator crucial para o extremo dinamismo da sociedade

moderna. Esta separação é condição principal do desenvolvimento de mecanismos de desencaixe das relações sociais. O processo de desencaixe refere-se ao "deslocamento" das relações sociais de contextos locais de interação e sua reorganização através de grandes distâncias tempo-espaciais. O distanciamento tempo-espço fornece os mecanismos de engrenagem da organização racionalizada moderna, que opera conectando o local e o global de múltiplas formas. Cria-se de maneira inédita um processo de recombinação de tempo e espaço de modo a "formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência" (Giddens, 1991: 28-9). A sociedade moderna é intrinsecamente globalizante. A globalização corresponde ao processo de alongamento tempo-espço em que se forjam "complexas relações entre *envolvimentos locais* (circunstâncias de co-presença) e *interação através da distância* (as conexões de presença e ausência)" (Giddens, 1991: 69). A globalização equivale à intensificação das relações sociais em escala mundial. Ocorre um estiramento lateral das relações sociais através do tempo e do espaço. As estruturas que constituem o lugar deixam de ser organizadas apenas localmente. Forma-se uma dialética complexa de entrelaçamento dos pólos local e global. Recorrendo a noções do trabalho original de Giddens sobre a estrutura de classes, pode-se dizer que estas transformações incidentes sobre a dimensão espaço-temporal afetam a articulação entre os fatores *mediatos* e *imediatos* de estruturação das classes e da vida social.

IV) A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS CLASSES E DA VIDA SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU

A teoria sociológica de Bourdieu, entendida como teoria do conhecimento prático do mundo social, pretende superar, ou seja, incorporar e ultrapassar, tanto o conhecimento objetivista quanto o subjetivista das classes e da vida social. Neste empreendimento, irá

recorrer e dialogar com as diferentes tradições do pensamento clássico, notadamente Weber, Durkheim e Marx. Weber fornece-lhe elementos para uma teoria das funções sociais dos bens simbólicos, já Durkheim alimenta a hipótese de uma correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas simbólicas, ao passo que Marx estimula a ênfase na atividade prática envolvida na produção e reprodução da vida social (Brubaker, 1985: 747-8). A teoria visa dar conta da lógica geral dos condicionamentos sociais, que enraizam-se mesmo no íntimo do "sujeito", e do que existe de contingente e singular nas manifestações da vida social. A tese central da teoria corresponde à idéia de que as condições sociais de existência dos grupos e classe sociais, por encarnarem certas estruturas objetivas, geram determinadas disposições semelhantes e duráveis nos indivíduos, que são chamadas de *habitus*. Existindo como disposições objetivamente concertadas, o *habitus* corresponde a uma espécie de *modus operandi* social que preside e confere uma certa regularidade às práticas. Entretanto, para compreender mais fielmente a teoria, será preciso tratar mais de perto as noções de classe e *habitus*, incorporar reflexões sobre espaço social, poder simbólico, enfim, desenvolver as diferentes facetas da teorização de Pierre Bourdieu.

As estruturas e o espaço social

As estruturas representam o espaço das relações objetivas. O espaço social, multidimensional, existe como um espaço de relações, pois o mundo social não deve ser pensado de maneira *substancialista* mas *relacionalmente* (Bourdieu, 1989: 27-8 e 54). Os agentes, posicionados numa região do espaço social, definem-se pelas suas posições relativas neste espaço. As propriedades que constituem o espaço social, vistas como propriedades atuantes, formam um campo

de forças, ou seja, "um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entram nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes" (Bourdieu, 1989: 138). Neste espaço, atravessado por diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais, recortam-se as *classes*. A diferenciação que dá origem às classes deve ser igualmente pensada sob a forma de um espaço de relações. Estes recortes do espaço social formam classes *prováveis*, pois "não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos" (Bourdieu, 1989: 28 e 137-8). As divisões de classes equivalem num certo sentido às diferenciações produzidas pelas diferentes condições sociais de existência. Classe não corresponde a um tipo particular de segmentação social, mas representa essencialmente um nome genérico para demarcar a existência de condições de existência diferenciadas. Trata-se de um princípio explanatório universal na teoria de Bourdieu e funciona mais como "uma metáfora do conjunto total de determinantes sociais" (Brubaker, 1985: 769). Isto não quer dizer, no entanto, que todos os determinantes sociais confundam-se e joguem o mesmo papel. Mas para discutir isso, será preciso avançar na tipificação das propriedades do espaço social.

O espaço social, multidimensional e relacional, é constituído pelas diversas espécies de poder ou capital que atuam nos diferentes campos. A sociedade, em Bourdieu, é concebida como "um sistema de campos relativamente autônomos mas estruturalmente homólogos" (Brubaker, 1985: 748). A estrutura do campo social "é definida em cada momento pela estrutura da distribuição do capital e dos ganhos característicos dos diferentes campos particulares" (Bourdieu, 1989: 149-50). O capital, equiparado a uma forma de poder, irreduzível mas potencialmente intercambiável, é entendido como um *quantum* de força social que determina a posição de um agente específico no campo onde este se encontra. Na definição de

Bourdieu, o capital "representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre o conjunto de rendimentos e ganhos". A distribuição dos agentes no campo social depende do volume global e da composição do seu capital, ou seja, varia segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. Os poderes sociais fundamentais dentro do espaço social são "sobretudo, o capital econômico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico (...) que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital" (Bourdieu, 1989: 134-5). Ainda que o autor saliente a importância do capital econômico, como pode ser constatado, este representa também um *quantum* de força social e, no fundo, a sociedade é apreendida como estratificação de poder (Ortiz, 1983: 26).

O campo social, por ser um campo de forças, é igualmente um campo de lutas que visam transformar esse campo de forças (Bourdieu, 1983: 44). Os agentes, dominantes e dominados, a depender do *quantum* de capital que possuem, defrontam-se numa luta concorrencial que opõe *orthodoxia* e *heresia*, mas dentro de um consenso básico "ligado à própria existência do campo: daí a cumplicidade subjacente a todos os antagonismos" (Bourdieu, 1983a: 90-1).

Exposta a visão do autor sobre as estruturas sociais, este espaço multidimensional e relacional, cabe passar aos demais níveis da teoria. Os condicionamentos sociais fazem com que a situação particular do agente decorra do seu pertencimento a "campos objetivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos" (Bourdieu, 1989: 55). Mas as condições sociais de existência não "determinam", por si mesmas, as práticas dos agentes.

As estruturas não "agem" via direta sobre os agentes sociais pois são antes um "espaço das relações objetivas". A prática será então "necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatez pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*" (Bourdieu, 1983: 65).

O *habitus* e as práticas

Bourdieu retoma a noção aristotélica de *hexis* (gesto, postura), tal como ela foi convertida pela escolástica em *habitus*, visando incorporar um modo de pensamento genético, não essencialista, e dar conta das dimensões reprodutivas e produtivas da prática social. Pauta-se pelo esforço de descartar as explicações pelas causas determinantes do objetivismo e pelas causas finalistas do subjetivismo. A noção almeja romper com as orientações mecanicistas que concebem a prática como simples *execução*, resgatando a capacidade ativa do agente, mas sem cair no subjetivismo, contrapondo, por isso, as intuições obscuras do senso prático, vinculadas ao *habitus*, aos desígnios conscientes ou planos explícitos de uma consciência calculadora (Bourdieu, 1990: 107).

Para discutir exaustivamente a noção de *habitus* é necessário distinguir analiticamente a sua relação originária com as condições sociais de existência, o seu processo de formação, a sua natureza, o modo como opera e os vínculos com a prática.

As condições sociais existem sob a forma de estruturas objetivas que conferem a sua *fisionomia* a um meio social, transformando-o numa espécie de paisagem coletiva com carreiras "fechadas", lugares "inacessíveis", "horizontes obstruídos". Estas determinações objetivas inculcam *habitus* nos indivíduos. De modo particular, as classes, enquanto sistemas de relações objetivas, geram *habitus* de classe, (parcialmente) comuns a todos os produtos das

mesmas estruturas (Bourdieu, 1983: 79). Estes *habitus* são marcas de posição social (Bourdieu, 1983: 75). Produto das estruturas objetivas, o *habitus* exprime as necessidades objetivas das quais ele é produto (Bourdieu, 1983: 82). Além de estar vinculado à posição no espaço social, o "*habitus* mantém com o mundo social de que ele é produto uma autêntica relação de cumplicidade ontológica" (Bourdieu, 1990: 24).

O *habitus* é um sistema de disposições duráveis socialmente constituído. Corresponde a uma maneira de ser habitual e, de modo particular, a "uma *predisposição*, uma *tendência*, uma *propensão* ou uma *inclinação*". Os *habitus* produzidos pelo meio social existem como "estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes" (Bourdieu, 1982: 61 e 61n). O *habitus* é tanto o produto de uma ação organizadora, reguladora, das estruturas, quanto possui uma capacidade geradora e estruturadora de práticas e representações. Os esquemas adquiridos e incorporados no *habitus* são esquemas práticos que funcionam a nível prático e para a prática. São igualmente princípios organizadores da ação e princípios de classificação (percepção e apreciação), fornecidos por uma espécie de capital de esquemas informacionais. Por incorporar a necessidade objetiva das estruturas, o *habitus* representa a necessidade tornada virtude (Bourdieu, 1990: 23, 26 e 97).

O *habitus* é fruto do trabalho de inculcação e apropriação promovido sobretudo pela educação, através da família e das experiências escolares. A noção remete naturalmente para o papel das instituições de socialização dos agentes e, de modo particular, enfatiza o período de formação das primeiras categorias e valores (Ortiz, 1983: 18). As disposições do *habitus* incorporam as novas experiências, mas num processo de reinterpretação seletiva, sendo que a eficácia do novo diminui à medida que cresce o número de experiências já integradas à estrutura do *habitus*. O *habitus* é tanto o produto da história individual quanto da história coletiva da família e

da classe, mas as disposições propriamente individuais devem ser vistas como *variantes estruturais* dos *habitus* de grupo ou classe (Bourdieu, 1983: 81 e 177).

O *habitus* é um *modus operandi*, um modo de engendramento das práticas, que conforma e orienta o *opus operatum* (Bourdieu, 1983: 60). Mas enquanto matriz geradora das práticas não é uma "máquina" insensível às condições em que opera. Sua lógica é a lógica da prática, por isso, possui a coerência parcial das construções práticas e está aberto ao imprevisível. "Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações renovadas, ele obedece a uma *lógica prática*, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo" (Bourdieu, 1990: 98).

Muito da eficácia das disposições do *habitus* deve-se ao fato delas funcionarem abaixo do nível de consciência e linguagem, como disposições infraverbais e infraconscientes, que ao serem incorporadas tornam-se, inclusive, posturas, disposições do corpo (Bourdieu, 1984: 466).

Procurando desvencilhar-se da hipostasia das estruturas, Bourdieu frisa que "as estruturas objetivas são o produto, incessantemente reproduzido ou transformado, de práticas históricas". Entretanto, adenda que o *habitus*, como princípio produtor das práticas, "é produto das estruturas que ele tende, por isso, a reproduzir" (Bourdieu, 1983: 77). O *habitus* tende a reproduzir as estruturas e as práticas, como se sabe, *tendem* a reproduzir as disposições do *habitus*. Mas "não se pode passar simplesmente e mecanicamente das condições de produção ao conhecimento dos produtos". As práticas comportam uma capacidade e possibilidade de transformação, já que "o *habitus* é um produto dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação" (Bourdieu, 1983a: 105). De um lado, a correspondência entre posições sociais e práticas, pela intermediação do *habitus*, faz com que o mundo não se apresente como puro caos (Bourdieu, 1990: 159). O *habitus* é produto da

incorporação da necessidade objetiva. Os agentes desenvolvem um "senso prático", vinculado ao *habitus*, devido à exposição continuada a condições semelhantes e, por isso, antecipam a necessidade imanente do fluxo do mundo, de modo que as suas estratégias práticas mostram-se objetivamente ajustadas à situação (Bourdieu, 1990: 23). Por outro lado, pela força mesma do primado da razão prática, os agentes carregam sempre a sua condição de operador prático de construção de objetos (Bourdieu, 1990: 25-6). As estruturas só existem enquanto práticas históricas potencialmente aptas a transformarem os condicionamentos objetivos, de modo que o "mundo não se apresenta como totalmente estruturado e capaz de impor a todo sujeito perceptivo os princípios da sua própria construção" (Bourdieu, 1990: 159).

Classes e poder simbólico

Bourdieu postula a existência de uma certa correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas simbólicas, de modo que "a análise das estruturas objetivas (...) é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais (que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais)" (Bourdieu, 1990: 26). As principais diferenciações que marcam a fisionomia do mundo social, conceptualizadas com base na noção de classe, só podem ser plenamente entendidas incorporando a sua dimensão simbólica. A noção de *habitus*, inclusive, envolve simultaneamente os princípios organizadores da ação e os "princípios de classificação, de hierarquização, de divisão que são também princípios de visão" (Bourdieu, 1990: 99). Cabe, então, deter-se sobre as articulações entre a realidade das classes e o poder simbólico.

Bourdieu advoga que a ciência social deve procurar "nas distribuições objetivas das propriedades, especialmente as materiais (...) as bases dos esquemas de classificação" (Bourdieu, 1984: 468).

Os princípios de classificação dos agentes, entendidos como princípios de percepção e apreciação que informam a visão do mundo social, são os produtos da incorporação das estruturas objetivos do espaço social. Mas não é admissível pensar a existência de estruturas sociais puramente objetivas pois "o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das suas distribuições, têm acesso, na própria objetividade, ao estatuto de *sistema simbólico*" (Bourdieu, 1989: 144). A sociedade é formada por campos relativamente autônomos mas estruturalmente homólogos. A autonomia do sistema simbólico, por sua vez, não impede que ele permaneça como campo subordinado, inclusive porque o poder simbólico "é uma forma transformada, que dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder" (Bourdieu, 1989: 15).

As propriedades objetivas funcionam simultaneamente como propriedades simbólicas, que acentuam a eficácia dos mecanismos objetivos com o reforço das representações. A ordem social é inscrita na mente dos agentes. Divisões sociais transformam-se em princípios de *distinção*, disposições adquiridas para estabelecer e assinalar diferenças. Estas disposições envolvem a totalidade do ser social dos agentes e internalizam-se mesmo como *hexis* corporal. Os princípios de distinção representam um considerável poder social, o poder de constituir a identidade e a diferença social, "constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo" (Bourdieu, 1989: 142). A *doxa* é a experiência primária do mundo social e promove uma aderência às relações objetivas da ordem social, em particular por envolver um "ato de cognição errônea (*miscognition*), implicando a forma mais absoluta de reconhecimento social (Bourdieu, 1984: 471). No plano explícito do visível e dizível, os princípios de distinção, ancorados na *doxa*, são parte de uma luta classificatória. Estes princípios de natureza sócio-lógica, "ao produzirem conceitos, eles produzem grupos, os mesmos grupos que produzem os conceitos e o grupos contra os quais eles são produzidos" (Bourdieu, 1984:

479). As relações de força entre os grupos e as classes estão presentes na consciência sob a forma de categorias de percepção dessas relações, mas o poder simbólico agrega às relações objetivas de força o poder da sua própria força, ou seja, o "poder de constituir o dado pela evidência, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo" (Bourdieu, 1989: 14). Os agentes não são joguetes das determinações objetivas e nem a luta classificatória têm os seus resultados implacavelmente pré-definidos por reportar-se às posições dos agentes delimitadas objetivamente dentro do espaço social. O espaço da representação do mundo social incorpora a contribuição que os agentes dão "para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo" (Bourdieu, 1989: 139). As estruturas estruturadas do *habitus* funcionam também como estruturas estruturantes, de modo que "entre as condições de existência e as práticas e representações intervem a atividade estruturante dos agentes, que, longe de reagirem mecanicamente a estimulações mecânicas, respondem às atrações (*invitations*) ou ameaças de um mundo cujo significado eles ajudam a produzir" (Bourdieu, 1984: 467). Enfim, o espaço social, os grupos e as classes sociais que nele se constituem e os princípios de visão e divisão são produtos de lutas históricas (Bourdieu, 1990: 26 e 159).

IV) OS SISTEMAS SÓCIO-TÉCNICOS E AS CLASSES SOCIAIS

1) A TEORIA DA REGULAÇÃO E OS REGIMES TECNOLÓGICO-INSTITUCIONAIS

De acordo com a teoria da regulação instala-se na sociedade um regime de acumulação que estabiliza, por um longo período, a alocação do produto líquido entre consumo e acumulação, dentro de uma esquema de reprodução coerente. Este regime de acumulação informa as condições de produção e reprodução da força de trabalho. Entretanto, para que se garanta a unidade do processo, ou seja, a

consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução, é preciso que se configure um corpo de regras e processos sociais interiorizados que recebe a denominação de modo de regulação. (Harvey, 1993: 117). O modo de desenvolvimento de uma determinada formação social será caracterizado pela conjugação do regime de acumulação e do modo ou regime de regulação (Melo, 1990: 169). O regime de acumulação diz respeito ao modo como se gera, se apropria e se mobiliza o excedente (Boddy, 1990: 45). Assenta-se sobre certos princípios de organização do trabalho e uso de técnicas, conformando uma estrutura tecnológico-institucional. O regime de acumulação expressa uma regularidade macroeconômica específica. A sua reprodução coerente demanda a intervenção de mecanismos reguladores, que ajustam permanentemente os comportamentos dos agentes à lógica de conjunto do regime de acumulação (Leborgne e Lipietz, 1990: 18). A teoria pretende pensar a evolução social em termos de sucessão de diferentes regimes de acumulação, o que pressupõe a periodização da história. Um foco analítico importante consiste justamente no estudo da passagem entre regimes diferentes e os correspondentes processos de crises-reestruturações (Valladares e Preteceille, 1990: 10).

O cerne da teoria da regulação, no entendimento de Coriat, prende-se ao fato desta reintroduzir "a relação capital/trabalho no centro da dinâmica econômica" (Coriat, 1994: 186). O conteúdo da relação salarial constitui o fundamento do regime de acumulação e possui um papel estratégico na determinação de "como se obtém e se distribui os ganhos de produtividade" (Coriat, 1992: 242). A ênfase dada à relação salarial pela teoria da regulação implica na valorização de todo "o complexo de condições jurídicas e institucionais que governam o uso do trabalho assalariado e a reprodução da força de trabalho". A "relação salarial" é elevada à condição de "princípio organizador das relações fabris e sociais" (Silva, 1991: 15 e 31).

Coerente com a sua estratégia analítica, Coriat centra o seu estudo sobre o taylorismo, o fordismo e a produção em massa na "relação capital/trabalho, a grande indústria e a composição da força do trabalho" (Coriat, 1994a: 102). De modo particular, privilegia como objeto de estudo "a *relação* entre processo de trabalho e acumulação de capital" (Coriat, 1994a: 4). Posteriormente, ao debruçar-se sobre as transformações produzidas pela era eletrônica, destacará a linha de continuidade em termos de objeto e método dos seus estudos, que consiste em partir da oficina, considerada com célula elementar da produção, e interpretar os impactos sobre o conjunto da vida social (Coriat, 1992: 12).

O sistema fordista

O paradigma de organização do trabalho taylorista-fordista baseia-se na idéia de que "a eficácia e a produtividade dependem centralmente de um trabalho fragmentado e distribuído ao longo de uma linha, que se movimenta a um ritmo rígido" (Coriat, 1992: 19). Importantes inovações organizacionais no processo de trabalho foram viabilizadas. O taylorismo contribuiu com a *especialização das funções*, a *fragmentação das tarefas* e a *medição de tempos e movimentos*. A linha de montagem fordista trouxe a técnica da *produção em fluxo contínuo* e o conceito de *tempo imposto*. A introdução dos novos métodos precipitou uma transformação histórica de múltiplas dimensões. Uma nova relação de forças entre as classes foi estimulada com a substituição do operário profissional de "ofício" e seu sindicato pelo operário-massa, não qualificado e não organizado. Surgiu a produção de massa, consubstanciando um novo regime de acumulação de capital. Iniciaram-se novas práticas estatais de regulação e controle social da força de trabalho.

O regime de acumulação fordista representou um regime intensivo de acumulação. Estabeleceram-se grandes unidades de

produção altamente especializadas voltadas para a obtenção de economias de escala internas por meio da padronização dos produtos, rotinização dos processos de produção e uso de equipamento especializado. O sistema viabilizou o crescimento da produção física e elevação da produtividade do trabalho (Storper, 1990: 132). Estabeleceu-se uma certa correspondência entre a produção em massa na indústria e o consumo massivo de mercadorias (Gottdiener, 1990: 67). Para tanto, desenvolveu-se um modo de regulação que consagrava algumas exigências: formas estáveis de relação de trabalho e regularidade dos salários; manutenção de uma capacidade de financiamento das firmas para fazer frente a uma contínua transformação do aparelho técnico; uma política monetária em condições de cobrir as necessidades de crédito da economia e a ampliação expressiva do papel do Estado (Leborgne e Lipietz, 1990: 20). O fordismo, no entender de D. Harvey, deve ser visto não como um mero sistema de produção e consumo de massa, mas como um modo de vida total, envolvendo novo sistema de reprodução da força de trabalho, sociedade democrática e racionalizada, nova estética e nova psicologia. O fordismo implicou a assunção pela nação-Estado de um papel muito especial no sistema geral de regulação social. Nem por isso, no entanto, deixou de ter uma dimensão internacional. O crescimento estável da demanda mundial no período pós-guerra compensou amplamente as oscilações dos ciclos econômicos locais. Ocorreu um processo de globalização da oferta de matérias primas baratas que auxiliou a expansão econômica. Formou-se inclusive nova cultura internacional apoiada nas tecnologias para reunir e distribuir informação (Harvey, 1993: 121 e 130-1).

Ao debruçar-se sobre a experiência de países como o Brasil, fala-se na existência de um fordismo periférico. Aqui também teria se dado o modelo de acumulação intensiva com expansão de mercados. A especificidade do fordismo brasileiro estaria mais na forma de inserção no mercado mundial e na relação salarial. O achatamento da

taxa de salários definiria um acesso restrito dos assalariados dos ramos fordistas aos produtos industrializados e as tarefas altamente especializadas do processo industrial global estariam alocadas no exterior. Argumenta-se igualmente que as estratégias de industrialização dos países maiores e mais ricos do Terceiro Mundo, como o Brasil, estiveram calcadas na transferência do modelo tecnológico-institucional fordista de produção em massa. Estas estratégias de industrialização teriam sido viáveis devido ao fato de convergirem com a lógica organizacional e locacional da produção em massa fordista a nível global (Storper, 1990: 131 e 137). Na interpretação de Harvey, o deslocamento geográfico foi uma forma de tentar resolver o problema de superacumulação do capitalismo central. Nesse processo, muitos sistemas padronizados de produção foram transferidos para a periferia, criando o fordismo periférico (Harvey, 1993: 174). Entretanto, autores como Marcos André Melo contestam a pertinência da aplicação da noção de fordismo periférico ao Brasil, pois não teria se configurado aqui a totalidade das condições da acumulação intensiva, segundo a definição de Aglietta. Prefere-se falar de fordização incompleta (Melo, 1990: 172-3).

Crise do fordismo

Acredita-se que o núcleo do regime fordista manteve-se firme até pelo menos 1973, mas a aguda recessão deste ano, ao abalar esse quadro, serve para demarcar o início de um processo de transição do regime de acumulação. Assiste-se nessa altura ao esgotamento de todo um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. A rigidez do fordismo mostra-se incapaz de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Trabalham contra o fordismo a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, assim como problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos

de trabalho, especialmente no setor monopolista (Harvey, 1993: 119 e 134-5).

Coriat considera que o sistema taylorista-fordista passou a enfrentar uma crise de legitimidade e eficácia. O absentismo, a rotatividade de pessoal e a "falta de cuidado" na produção aparecem simultaneamente como sintomas e fatores da perda de eficácia. Foi toda uma técnica social de dominação do capital sobre o trabalho que sofreu um abalo radical. Face às novas exigências de valorização do capital, a linha de montagem fordista revelou os seus limites tecnoeconômicos, notadamente os problemas envolvendo o tempo de trabalho (morto) das transferências na linha de produção e a necessidade de coordenação "equilibrada" entre postos de trabalho separados. O processo de trabalho fundado no sistema taylorista-fordista, que serviu de suporte à acumulação de capital, revela-se frágil para promover novos ganhos de produtividade e intensidade do trabalho, em função dos seus limites sociais e econômicos (Coriat, 1994a: 121-46). Após crise de 1974-5 a economia entra numa fase de crescimento mais lento e de diferenciação. Incrementa-se a concorrência pela qualidade e a demanda de produtos diferenciados. A capacidade de fabricação por lotes passa a ser muito exigida. A produção em série de produtos *indiferenciados* revela-se incapaz de enfrentar os novas forças, múltiplas e interdependentes, que remodelam o mercado e afetam profundamente as estruturas de produção (Coriat, 1992: 18 e 24-6).

D. Leborgne e A. Lipietz asseguram que a crise não comporta uma solução meramente tecnológica. A questão subjacente à crise do paradigma fordista diria respeito à problemática do engajamento ou não do operador direto. As novas tecnologias associadas à revolução eletrônica, no entendimento destes autores, mais exacerbam que resolvem a contradição (Leborgne e Lipietz, 1990: 25-6).

Na interpretação de Harvey, no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra, o regime fordista resolveu o problema de

superacumulação, crônico no sistema capitalista, principalmente através do deslocamento espacial e temporal. O deslocamento temporal envolve, seja um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, seja uma aceleração do tempo de giro do capital. Já o deslocamento espacial corresponde à absorção pela expansão geográfica do capital e do trabalho excedente. Enfatizando o exemplo norte-americano, Harvey chama a atenção para o papel da suburbanização e desconcentração da população e da indústria como o principal elemento de estímulo da demanda efetiva no longo período de expansão do pós-guerra. Em certa medida, a crise do fordismo é vista como um esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação. A crise do fordismo seria, em larga escala, uma crise da forma temporal e espacial (Harvey, 1993: 122, 171-3 e 184).

Pós-fordismo e acumulação flexível

O sistema pós-fordista de produção caracteriza-se principalmente pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A flexibilidade pode ser dinâmica, uma capacidade de pronto deslocamento de uma configuração de processo e/ou produto para outra, e de tipo estática, uma capacidade de ajuste de quantidades de produção num período curto sem perda de eficiência (Storper, 1990: 133). A economia de escala cede lugar à economia de escopo. A empresa desenvolve uma crescente capacidade de realizar produção em lotes de produtos diferenciados, aumentando a sua capacidade tanto de reagir quanto de induzir mudanças no mercado. A acumulação flexível traduz-se pelo surgimento de novos setores de produção e serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, intensa inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey,

1993: 140 e 148).

A era eletrônica assiste, na interpretação de Coriat, à constituição de um novo conceito geral de organização do trabalho para a produção de grandes volumes. Formam-se organizações multidimensionais, em rede e de ritmos flexíveis, apoiadas em três princípios interdependentes: distribuição do trabalho em pequenos grupos aos quais se atribuem conjuntos homogêneos de tarefas; oficina composta por redes de linhas com trajetórias complexas por onde circula o produto; transporte do produto por deslocamentos a ritmos flexíveis para as partes da rede a que se destina. Tais inovações não são propriamente tecnológicas, mas puramente organizacionais. Por outro lado, as "novas tecnologias de informação" promovem o nascimento e a consolidação progressiva de um novo "sistema técnico". A produção industrial passa a apoiar-se num novo "quadrilátero mágico": a informática, a eletrônica, as telecomunicações e a robótica. Estabelece-se uma nova conjuntura histórica em que, à transformação dos mercados, no sentido da diferenciação e da incerteza, vêm somar-se as conquistas na organização do trabalho, as novas ferramentas e suportes técnicos e científicos inovadores (Coriat, 1992: 22-33).

A *integração* e a *flexibilidade* são os novos paradigmas aplicados às linhas produtivas. A produtividade por máquina, mais que a intensificação do trabalho vivo, passa a ser o elemento principal de diminuição dos custos de produção. A linha flexível é capaz de fabricar uma gama diferenciada de produtos, sobre a base de uma forma elementar dada. Esta flexibilidade, a nível técnico, envolve cinco dimensões: flexibilidade de produto (variedade), flexibilidade de variação (variações do mesmo produto), flexibilidade de elementos (usados no processo), flexibilidade de envio (através da linha de fabricação) e flexibilidade de volume (flutuações quantitativas). As oficinas do pós-fordismo compõem-se de um conjunto identificável de novas "formas produtivas tipo": a linha

fordista automatizada, a linha assíncrona de montagem ou linha taylorista informatizada, a linha integrada flexível e, por fim, o *MRP* (*Material Requirement Planning*) e o *Kan-Ban*. A possível alteração dos "cimentos microeconômicos" tradicionais da produção em série enseja a emergência de uma grande variedade e diversidade de formas produtivas novas (Coriat, 1992: 61-97).

A automatização flexível implica numa modificação geral da estrutura de custos. A sua superioridade em relação às combinações técnicas convencionais depende da ocorrência de um determinado patamar de escala de produção. Ultrapassada esta exigência, as combinações flexíveis permitem potencialmente a realização de uma quase saturação das capacidades instaladas. Viabiliza-se o aparecimento de uma figura produtiva inédita: a empresa *monotecnológica*, mas *multiprodutos*. Aparecem as "economias de variedade", ainda que não se possa falar de uma superioridade geral sobre as economias de escala clássicas. No plano microeconômico da firma, as tecnologias flexíveis propiciam em termos potenciais o estabelecimento de um conjunto de novos microcimentos que assegura a produção diferenciada e ganhos comparativos de produtividade. Estes novos microcimentos envolvem três terrenos conexos: economias de "organização" (ação do conjunto sobre os componentes), "economias de variedade" (ganhos de produtividade associados à flexibilidade produto) e "economias de aprendizagem" (economias de repetição procedimentos/produtos) (Coriat, 1992: 118-40).

As transformações das normas de produção e concorrência dão origem a dois tipos de configurações produtivas, que se associam respectivamente ao princípio da Especialização Flexível e ao princípio da Flexibilidade Dinâmica. O princípio da Especialização Flexível se apóia sobretudo na exploração sistemática das economias de variedade, favorecendo os ajustes às flutuações da demanda. O princípio da Flexibilidade Dinâmica, operando sobre um horizonte

temporal longo, "*descansa centralmente nas economias de repetição procedimento-produto, mobilizadas em estratégias cujo objetivo é tirar partido das economias de escala e de dimensão*" (Coriat, 1992: 156). Representam os novos princípios a animar a economia, cada um com a sua potencialidade particular.

Ao nível da organização industrial no seu conjunto, aparecem novas relações interempresas. Entre os grandes grupos outorgantes e os subcontratistas é tecida uma relação de "associação", que precisa empregar uma engenharia social muito complexa para gerar um sistema de contrapartidas. Por outro lado, criam-se entre as pequenas e médias empresas formas de cooperação horizontal que beneficiam-se de economias de variedade na exploração de determinadas áreas do mercado, gerando um processo de *industrialização difusa*. Tudo indica que a grande empresa, sobretudo no nível da determinação do preços de mercado, desempenhará por muito tempo um papel estratégico, mas a exploração dos "efeitos de qualidade", que serve de contrapeso aos "efeitos de quantidade", abre um espaço de desenvolvimento às empresas de médio volume. As normas de concorrência tornam-se mais complexas, devido às possibilidades abertas pela tecnologia flexível e à instabilidade dos ciclos de vida dos produtos. Divisam-se tendências à "contratualização" e à "horizontalização" das relações interempresas, baseadas em sistemas de compromissos ou de contrapartidas recíprocas (Coriat, 1992: 161-75). Sustenta-se que o dinamismo do sistema não emerge propriamente da força impulsionadora da grande empresa, mas da organização socioeconômica mais ampla formada por redes de empresas. Os sistemas de produção flexível representam coletividades de produtores interdependentes, o que implica na emergência de novas formas de coordenação econômica e social (Storper, 1990: 137-8).

Impacto do pós-fordismo e da acumulação flexível no

mundo do trabalho

Coriat considera que o trabalho está em vias de passar por uma mutação fundamental. Encontra-se no centro de um conjunto poderoso de forças econômicas e sociais. As novas tecnologias abrem um imenso potencial, que depende porém do trabalho humano para ganhar vida e realidade.

As inovações tecnológicas e organizacionais alteram as formas de consumo produtivo do trabalho vivo. Parece delinear-se um novo modelo geral de trabalho. A configuração dos grupos de trabalho é redelineada por três séries de efeitos: um *efeito de deslocamento*, um *efeito de reclassificação* e um *efeito de organização*.

O trabalho concreto é redistribuído. As novas tecnologias diminuem consideravelmente a sua quantidade e importância estratégica. Quanto mais simples e repetitiva a tarefa, mais fácil é encontrar uma substituição tecnológica rentável. O trabalho concreto não desaparece, mas é "objeto de um movimento amplo, poderoso e diversificado de dissolução" (Coriat, 1992: 182). Por outro lado, cresce muito o trabalho indireto, ao nível de tarefas de programação, diagnóstico ou ajuste e manutenção. Trata-se de um movimento geral que impulsiona a "abstração do trabalho". A constituição de equipes limitadas visando minimizar os custos de trabalho, as exigências em termos de "cooperação" para administrar as linhas flexíveis e o "enriquecimento" das atividades incentivam uma aproximação e interpenetração do trabalho direto e indireto. Por fim, com as novas tecnologias as tarefas de administração-organização ficam mais complexas e fundem-se em certa medida, estendendo o seu âmbito de ação às tarefas conexas, de modo a ocupar tendencialmente um lugar chave na oficina.

O efeito de reclassificação intervém ao nível dos processos de valorização ou desqualificação das habilidades possuídas pelas categorias sócio-profissionais. O impacto nos empregos de

fabricação será diferenciado e dependerá das próprias mudanças por que passa o conteúdo do trabalho. Algumas categorias vivem um processo de exclusão das suas habilidades iniciais. Este é o caso, na França, dos "operários especializados" (o operário OS taylorista típico, dito no Brasil "semiqualeficado"), dos jovens do ensino técnico curto e dos operários de ofício. Outras categorias são "desestabilizadas", pois suas habilidades iniciais deixam de ser plenamente utilizáveis. Ocorre um processo parcial de "desqualificação". Com o processo de automatização, a experiência técnica dos operários profissionais é apropriada por parte das direções da empresa. As mudanças das práticas organizacionais e a redefinição do perfil da supervisão, colocam em questão as formas de autoridade e as competências dos supervisores. Já determinadas categorias passam a ser "valorizadas". Esta é a condição dos operários-operadores de sistemas automatizados, que realizam funções de supervisão-otimização dos sistemas conduzidos pela informática industrial. Também partilham desta situação os novos técnicos de produção, devido, entre outros motivos, à aproximação entre as tarefas técnicas e as tarefas de fabricação. A mudança da composição técnica da classe operária conduz naturalmente a uma alteração fundamental da sua composição social.

O efeito de organização - o mais importante em termos de conseqüências - decorre das decisões empresariais relativas à atribuição de tarefas a determinados perfis de postos de trabalho, de um lado, e aos modos de coordenação de tarefas entre postos, de outro.

A abstração e o aumento da complexidade do trabalho pode receber uma grande variedade de soluções. Cabe, então, apresentar uma tipologia das novas figuras operárias, segundo uma dupla chave de leitura. A simples rotinização da abstração e da complexidade, promovida por uma taylorização com ajuda de computadores, gera potencialmente três tipos operários: o operário marginalizado,

responsável pelas tarefas diretas não suprimidas; o operário-detector, reduzido a vigilante ou "detector humano"; o operário trivializado, responsável por manipulações simples, catalogadas e classificadas. Já a mudança em direção à qualificação e competência, implica na valorização sistemática das habilidades e qualificações. Nasce três figuras típicas: o operário-fabricante, articulador das tarefas "diretas" e "indiretas", polivalente e engajado dentro de um espaço de "contrato" na fabricação; o operário tecnólogo, em que a polivalência técnica é "vertical", pois as tarefas técnicas "descem" ao nível da oficina; por fim, o operário administrador, que assume certas tarefas de administração técnica e econômica, antes vedadas pela rígida divisão hierárquica e funcional do trabalho.

O pós-fordismo exerce uma dupla pressão fundamental - a abertura internacional dos mercados e o ascenso da concorrência pela qualidade - que condiciona as novas disposições da relação salarial. As reações adaptativas nacionais variam. Nos EUA, entra em crise o modelo histórico da "Collective Bargaining", que prosperou na "idade de ouro" do crescimento fordista. A década de 1980 assiste à ruptura e ao surgimento de novos convênios contratuais. Esboça-se um modelo de modernização e de configuração da relação salarial caracterizado pela *"perda de competitividade interna, convênios contratuais defensivos e dualização da economia e da sociedade"* (Coriat, 1992: 220).

A Alemanha apresenta um modelo singular e paradoxal, que desafia a análise, pois combina uma competitividade externa de primeira ordem com uma "relação salarial que propicia amplos direitos e vantagens aos assalariados e sindicatos" (Coriat, 1992: 222). A competitividade assenta-se não num ataque aos *custos de trabalho*, mas na qualificação do trabalho, inversão organizacional e valorização dos recursos humanos. O modelo contratual garante o emprego, o salário real e inversões para formação e organização. As empresas abraçaram o caminho da busca de vantagens competitivas

no plano da qualidade dos produtos. Vêm-se fortalecidos e renovados os elementos de rigidez institucional em torno do trabalho, ou melhor, do "núcleo central" da classe operária, onde se encontra o trabalho organizado e protegido pelos sindicatos, pois a deteriorização do nível de emprego interno agrava a situação dos não protegidos pelos convênios coletivos. Na verdade, tomadas em conjunto, a economia e a sociedade experimentam uma certa dualização.

As codificações salariais possuem um papel central no estabelecimento das normas de consumo, pois condicionam aspectos essenciais do estabelecimento dos ingressos diretos e também dos "indiretos". A relação de emprego, que está no centro do contrato social, foi afrouxada e fragmentada numa multiplicidade de formas. Assiste-se a uma forte elevação relativa das relações de emprego "débeis", debilitadas e incompletas. Diminui o nível de renda distribuído, sua estabilidade e regularidade no tempo. A relação de emprego perde força e aumenta a *relação de formação* (capacitação contínua dos empregados, ajuda à inserção dos "jovens" e dos desempregados). O desemprego massivo persistente incrementa o trabalho à "*margem dos convênios e das normas*" de um lado, e a "*relação de transferência monetária não vinculada, como substituto da relação de emprego*", de outro. A "renda sem trabalho" representa um retrocesso enorme em relação a um dos princípios fundadores do sistema do trabalho assalariado (Coriat, 1992: 236-9).

O sistema toyotista

O sistema toyotista, esclarece Coriat, representa essencialmente um conjunto de inovações organizacionais. apóia em dois "pilares": a produção *just in time* e a "*auto-ativação*" da produção. A essência do sistema está em ser "adaptado à *produção em série restritas de produtos diferenciados e variados*" (Coriat, 1994: 30). Traduz uma

busca inédita de ganhos de produtividade que se faz no terreno da produção de pequena série e diferenciada.

As inovações organizacionais

Entre as primeiras descobertas do toyotismo desponta a noção de fábrica mínima. Implementa-se uma política de redução de estoques ao mínimo necessário para atender à demanda solúvel e escoada, o que, por desdobramento, atinge o excesso de pessoal e equipamentos. A gestão "pelos olhos" emerge igualmente como um preceito chave. A chefia deve dispor visualmente a todo o momento das informações que garantam o fluxo desimpedido da produção. A estratégia de racionalização do toyotismo vai procurar obter "internamente" à empresa as economias e ganhos de produtividade. A *auto-ativação* diz respeito à introdução de dispositivos organizacionais que permitem a parada e retomada do trabalho para evitar desperdícios e defeitos. Estabelece-se a *linearização* da produção e a *organização do trabalho em torno de postos polivalentes*. Os operários profissionais e qualificados são submetidos a um processo de desespecialização para tornarem-se trabalhadores multifuncionais. A desespecialização é acompanhada pela intensificação do trabalho.

O método *Kan-Ban*, considerado a maior inovação organizacional da segunda metade do século, sustenta-se em três inovações organizacionais de base: deslocamento do comando de ativação da fabricação para as encomendas do mercado; estabelecimento de um fluxo de informação (instruções e demandas) entre os postos de trabalho num sentido invertido ao fluxo real de produção; instituição de sistema de informação com "cartazes" (*kan-ban*) onde se escrevem as "encomendas" encaminhadas pelos postos de trabalho entre si. É reconstituída na oficina uma função geral de fabricação através do reagrupamento no seu interior das

tarefas de execução, programação, controle de qualidade, etc. A desespecialização do trabalho operário e do trabalho "geral" da empresa estende-se a quatro domínios: a polivalência e pluriespecialização dos operadores; a assunção pelos operadores diretos de tarefas ou funções de diagnóstico, reparo e manutenção; a introdução do controle de qualidade nos postos de fabricação; a junção das tarefas de programação às tarefas de fabricação. As técnicas de linearização da produção viabilizam a busca da produtividade através da flexibilidade. A arquitetura das linhas, ao organizar a produção segundo postos que materializam séries de operações, permite a redução de pessoal em caso de redução de demanda, além de outras *flexibilidades*. A linearização permite passar do tempo de trabalho alocado ou imposto do sistema fordista ao tempo de trabalho "partilhado". Aliado à multifuncionalidade dos trabalhadores, implementa-se "o princípio da atribuição de tarefas moduláveis e variáveis tanto em quantidade quanto em natureza" (Coriat, 1994: 67-71). Uma arquitetura mais "horizontal", que supera a rígida separação funcional advogada por Fayol e estabelece um jogo de solidariedades entre a divisão manufatureira e a divisão hierárquica funcional, propicia a emergência de uma *fábrica transfuncional*.

A economia japonesa é tipicamente *dualizada*. Ainda que as relações entre grandes e pequenas empresas subcontratadas sejam sempre marcadas por uma certa assimetria, a superioridade japonesa não está em apresentar uma *dualidade* maior que em outros países. Regra geral, o peso das atividades subcontratadas é extremamente elevado (superior a 70%). A noção de fábrica mínima estimula a externalização das atividades que não são estritamente indispensáveis. As relações de subcontratação são institucionalizadas e hierarquizadas; formam estruturas organizacionais com regulações sutis e complexas. Coexistem, num jogo permanente, relações de cooperação, de força e de competição. Combinam-se estímulos à

inovação técnica e à responsabilização das subcontratadas com garantias de "segurança" e riscos compartilhados. As estrutura japonesa de subcontratação explora as vantagens clássicas da integração mas sem arcar com as suas implicações em termos de rigidez e custos. A inovação organizacional intrafirma reforça e é reforçada por uma inovação organizacional interfirmas, produzindo uma *forma descentralizada e externalizada de firma*, mais adaptada às novas condições da concorrência.

A relação salarial

O sistema de relações de emprego serve ao mesmo tempo de *suporte* e de *instrumento* das práticas organizacionais com as quais se articula. No modo de regulação toyotista as contrapartidas para os assalariados são *substanciais* e *verdadeiras*. Afinal, o regime de reagregação e relativa "não divisão" das tarefas exige o "engajamento" dos assalariados para o bom desenrolar da produção e a garantia da qualidade dos produtos.

O sistema de relações de emprego japonês repousa sobre três traços principais: emprego vitalício, salário por antiguidade e sindicalismo de empresa. O *sindicalismo de empresa* limita a organização e a reivindicações dos assalariados ao âmbito da própria firma. Mostra-se um sindicalismo *integrado* à hierarquia empresarial pelo jogo da carreira e promoções e um sindicalismo *cooperativo*, sensível às eventuais dificuldades atravessadas pela empresa. Em que pese possíveis restrições, o sindicalismo japonês historicamente assegurou "contínuas e substanciais melhorias das condições de vida dos assalariados" (Coriat, 1994: 84-7). Entretanto, as principais contrapartidas obtidas (emprego vitalício, mercado de trabalho interno, etc) permanecem no essencial *condicionais* e "*implícitas*", revelando a "*relativa fraqueza dos compromissos contratuais explicitamente negociados*" (Coriat, 1994: 147). O emprego vitalício

abarca apenas os trabalhadores das grandes firmas, que perfazem 30% da força de trabalho operária global. Além do mais, a garantia é flexibilizada em períodos recessivos. O sistema de salário por *antiguidade* é todavia também *individualizado*. Combina uma parte fixa e outra parte variável, de flutuação conjuntural. O modo de fixação do salário por antiguidade vincula-se ao modo de produção das qualificações. Existe um mercado de trabalho interno, ainda que dissimulado, que possui nas grandes empresas japonesas a particularidade de dar aos trabalhadores "colarinhos azuis" tratamento similar àquele dispensado no Ocidente aos "colarinhos brancos" e funcionários públicos.

A admiração e inspiração suscitadas pelo modelo japonês têm ligação com a sua sintonia com a fase atual de crescimento da concorrência através da diferenciação e da qualidade. A construção de um flexibilidade "interna", que questiona a divisão do trabalho, traduz demandas sociais que vêm avolumando-se e exigindo satisfação. A eficácia das inovações organizacionais ou relacionais dos métodos japoneses pressupõe sólidas contrapartidas em termos de *compromissos sociais*. O método japonês tem o mérito de inaugurar para a empresa a era da regulação pelo engajamento. Entretanto, o perigo do "ostracismo" ronda o modelo japonês. A auto-ativação dos grupos de trabalhadores e os protocolos de engajamento estimulado, combinam processos sutis de *inclusão* e *exclusão*. A não interiorização dos objetivos da empresa "legítima" a *exclusão* dos desviantes. A junção de relações contratualizadas e democratizadas na empresa emerge como o grande desafio. É preciso "passar do engajamento estimulado ao engajamento negociado". O avanço da democracia depende da abertura e extensão do contrato ao espaço do trabalho e da decisão econômica (Coriat, 1994: 163-74).

2) A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E AS MUTAÇÕES DO TRABALHO EM JEAN LOJKINE

A revolução informacional

A revolução informacional, longe de reduzir-se às potencialidades sociais da micro-eletrônica, expressa-se notadamente na emergência da informação sob novas formas nas redes que vinculam indústrias, serviços e pesquisa científica. Seu eixo central está na produção, circulação e distribuição de *sentido* (Lojkine, 1995: 38 e 302).

As tecnologias da informação têm um caráter de forças *produtivas*, ainda que se considere a sua propriedade de objetivação crescente de funções intelectuais. A revolução informacional corresponde a um distinto sistema sócio-técnico, formando um singular complexo de forças produtivas materiais e humanas. O instrumento de trabalho típico é a máquina auto-regulada que objetiva funções cerebrais abstratas (direção-regulação da máquina). A combinação na unidade de trabalho das forças produtivas materiais encarna um sistema flexível, auto-regulado, de máquinas polifuncionais. No plano nacional e internacional a combinação social dos meios de trabalho se faz à base de meios de circulação materiais e imateriais (informacionais) descentralizados e interativos (telemática em rede). O processo de trabalho abstrato homem/meio de trabalho tem como marca a polivalência vertical (concepção mais produção) voltada para a otimização. A combinação social dos homens no nível da unidade de trabalho implica na interpenetração de trabalhadores produtivos/improdutivos, em decorrência da mesclagem e gradação de funções produtivas/improdutivas. A combinação social dos homens ao nível do espaço nacional e internacional envolve a cooperação entre professores, pesquisadores, assalariados dos serviços e assalariados da indústria, devido aos feixes cooperativos serviços-indústria. O papel dinâmico na economia cabe à metatrônica. Ocorre a integração urbana de funções

em rede. Os três traços principais da revolução informacional são a *polifuncionalidade*, a *flexibilidade* e a estrutura em *redes descentralizadas* (Lojkine, 1995: 73-9).

Deve-se diferenciar revolução *organizacional*, que apóia instrumentalmente na informática, e revolução *informacional*, que "envolve sobretudo a *criação*, o *acesso* e a *intervenção* sobre informações *estratégicas*, de síntese, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética" (Lojkine, 1995: 109).

A revolução informacional, ao contrário do que especulam os teóricos da "sociedade pós-industrial", envolve a produção material. Ocorre uma interpenetração entre o material e o informacional. Os operadores necessariamente se envolvem nas atividades de formação, de articulação e mesmo de gestão. Altera-se a antiga relação homem/máquina/produto material. A máquina passa também a substituir a *inteligência* e o "produto" vira uma informação imaterial. Além disso, a relação homem/homem substitui a relação homem/meio material/produto, conformando uma relação direta de *prestação*.

Não é isento de ambigüidade o estatuto de *revolução* informacional. Afinal, *revolução* pressupõe um suporte social, atores e movimentos sociais que a implementem. A base tecnológica da revolução informacional apenas abre novas *possibilidades*. Grandes são as forças de resistência. O desafio está nas mãos dos atores do processo social, usuários e promotores das Novas Tecnologias da Informação.

A revolução informacional enfrenta um desafio central. A apropriação privada e o monopólio social da informação revelam-se "*uma fonte de ineficácia e de paralisia mesmo para aqueles que a monopolizam*" (Lojkine, 1995: 237).

A objetividade da prestação social de um serviço diferencia-se da materialidade de um produto. A troca informacional manifesta uma especificidade em relação à troca de produtos mercantis. Esta

especificidade revela-se em alguns traços: o prestador de informações não se separa da informação, pois a produção é inseparável do ato de produzir; a informação pressupõe interatividade; o tratamento da informação recebida enriquece-a; a riqueza informacional não pode ser equiparada à simples acumulação de mercadorias privadas. A natureza do valor de uso dos serviços tem chocado-se com os critérios de mensuração mercantis de eficácia econômica. A informação não estandardizada, a sessão educativa, o cuidado médico, a pesquisa científica, o trabalho nas instalações automatizadas, têm a sua eficácia associada aos processos de articulação, formação e expressão da sua "produção", não se prestando adequadamente à aplicação de critérios uniformizadores de rendimento. Círculos empresariais tem sintomaticamente tomado consciência da lógica subjacente à revolução informacional. Relatório do MIT vincula o fracasso econômico competitivo da indústria norte-americana à sua incapacidade de *partilhar informações* entre produtores e usuários, empresas e fornecedores. O relatório Riboud, patrocinado pelo grande empresariado francês, questiona o dogma do critério mercantil único e estimula a busca de novos indicadores e métodos (Lojkine, 1995: 224-6).

Impacto sobre o mundo do trabalho

A revolução informacional tem promovido "uma interpenetração complexa entre indústria e serviços, concepção e fabricação, ciência e experiência" (Lojkine, 1995: 238). As atividades de serviços (informacionais) requerem como suporte do seu crescimento o correlativo crescimento das atividades industriais. A operação das novas linhas produtivas demanda a imbricação de funções de serviço e produção. O êxito econômico dos processos de inovação alimenta-se de aproximações entre o saber abstrato dos criadores e a experiência concreta dos intermediadores e usuários das

novas tecnologias. Dão-se processos complexos e contraditórios de aproximação e diferenciação entre assalariados da produção e dos serviços, abalando as antigas clivagens categoriais. O desenvolvimento da indústria de ponta (eletrônica, alta informática, etc) vincula-se ao desempenho do conjunto da indústria manufatureira. A capacidade de inovar correlaciona-se com a preservação da experiência tecnológica associada à capacidade de produzir. Não há dúvida de que a produção material, notadamente a que utiliza componente microeletrônico, incorpora cada vez menos "matéria", com menores custos, e cada vez mais "recursos humanos", mas, em contrapartida, a "materialização" de serviços e atividades intelectuais vem demandando muito mais meios materiais que no passado. Os serviços coletivos (saúde, educação, lazer) desenvolvem-se agregando grande expansão de equipamentos materiais. O desenvolvimento dos serviços informacionais apóia em suportes materiais, verdadeiros meios de consumo coletivos. A revolução industrial deu origem a uma divisão fundamental entre produção e serviços. Na atualidade, procedimentos inovadores vêm implementando relações diretas entre fabricantes e clientes, descortinando uma possível transformação da oficina em unidade prestadora de serviços para a clientela. A revolução informacional traz dentro de si a tendência *irreversível* de interpenetração entre funções produtivas e de serviços.

O modelo de gestão patronal centralista precipita-se na crise sob o influxo subjacente da crise de produtividade e rentabilidade. As novas experiências gestonárias patronais, no fundo, refletem uma desestabilização de todos os espaços de poder. Buscam-se novas relações entre produção e gestão, hoje crescentemente interpenetradas. A crise da motivação do trabalho (produção) enlaça-se com a crise da mensuração da produtividade do trabalho (gestão). (Lojkine, 1990: 121-39).

A secular divisão entre a classe dos trabalhadores manuais e dos

trabalhadores não manuais está em vias de desaparecer. A imagem do trabalhador "manual" não traduz o conteúdo novo do trabalho operário na indústria automatizada. As clivagens entre encarregado de controle, de métodos e operários profissionais são questionadas. Funções antes separadas são aproximadas pelo surgimento de uma nova informática de gestão. Emergem convergentes empregos-funções em decorrência dos processos de cooperações transversais, que vão além da noção de equipe. A socialização dos processos produtivos e das informações, no entanto, esbarra em limites do sistema capitalista. Afinal, a divisão do trabalho está profundamente enraizada no atual sistema social.

Deve-se ponderar que os operários das instalações automatizadas não são propriamente os "protegidos" em meio da precarização e da massa de "excluídos" mundial. A precarização da situação dos assalariados e a destruição das proteções sociais representam tendência maciça e dominante mesmo nos países capitalistas desenvolvidos. Sua qualificação não lhes protege de uma eventual precarização no dia de amanhã (Lojkine, 1995: 235-6).

Em longo prazo, a participação do emprego produtivo dentro do emprego total tende inevitavelmente a diminuir. Entretanto, dois processos podem "travar" a tendência no horizonte da crise atual: a extensão da transferência das atividades produtivas para os novos países industrializados (e o Japão), de um lado, e a colisão do crescimento dos serviços com as pressões de rentabilidade, de outro. Por outro lado, entre o patronato, as Novas Tecnologias da Informação, apesar das suas potencialidades em termos de uma interatividade homens/máquinas inerente ao próprio sistema tecnológico, são vistas ainda predominantemente como métodos ideais para dispensar o trabalho humano ou reduzir o seu custo.

A revolução informacional em curso não aboliu a oposição fundamental entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O trabalho produtivo de valor permanece sendo "o trabalho produtivo de

produtos materiais que cristalizam o *quantum* de trabalho abstrato dispendido pelo trabalhador" (Lojkine, 1995: 279). Entretanto, a interpenetração de funções produtivas e "improdutivas" subverte as relações que cada assalariado mantém com o trabalho produtivo e improdutivo. Surgem os "produtivos improdutivo", por conta da integração de funções informacionais no trabalho produtivo, e os "improdutivos produtivos", devido aos processos de racionalização capitalista do trabalho intelectual.

O alargamento da classe operária a novas camadas de trabalhadores intelectuais e a sua aproximação de outras camadas assalariadas coloca em questão a antiga identidade de classe fundada sobre o "trabalhador produtivo". Há uma crise dos valores sobre os quais se apoiava esta identidade, devido à aproximação entre trabalho de produção e tratamento de informação, à irrupção de novos modos de vida e às desorientações do movimento ativista face ao novo quadro. Revelam-se inadequadas as "formas clássicas de mobilização sindical, fundadas na representação exclusiva do mundo do 'trabalho'" (Lojkine, 1995: 292). Nos países europeus amplia-se comprometedoramente a defasagem entre uma crescente massa de assalariados qualificados dos serviços e o recrutamento sindical tipicamente operário e industrial. A original ancoragem no *trabalho* do movimento operário nascido da revolução industrial não consegue enfrentar adequadamente os desafios colocados na esfera da *gestão*. A incapacidade de intervir no terreno dos compromissos contratuais, de um lado, e o deslize para a negociação consensual, de outro lado, formam os dois círculos viciosos, mutuamente estimulados, do bloqueio vivido no campo das organizações do trabalho. Ainda que não se trate de um processo de convergências identitárias, as aproximações tendenciais entre funções produtivas e improdutivas subvertem as antigas oposições de identidades sociais entre "classe operária" e "dirigentes". Um movimento duplo de centralização de funções antecipativas e de dispersão de funções de acompanhamento

orçamentário, contribui para fazer dos quadros um "poder enquadrado", delimitado e subordinado. Explode o mito da unidade dos quadros. Um novo *continuum* de funções aproxima operadores, quadros e dirigentes, apontando para a necessidade de romper com o corte quadros/não quadros.

A constituição pela classe operária de uma representação autônoma de "classe" implica na construção de um sistema de valores e práticas opostos à classe dominante. A formação da classe, tipicamente uma comunidade nacional de pertinência, envolve uma rede de práticas sociais, de instituições e representações. A cidade, como mercado de trabalho, representa um elo intermediário chave para passar da análise do processo de trabalho à análise sócio-política. A cidade imbrica o que o processo de trabalho eventualmente decompõe e isola como categorias sócio-profissionais. Forja-se na cidade a "unidade entre espaço de trabalho e espaço de moradia" (Lojkine, 1990: 91).

Ao nível da esfera da gestão, a estratégia dos assalariados deve considerar os vínculos profundos existentes entre o "interesse pelo trabalho", o "poder sobre o ato de trabalho" e o "poder do ato de trabalho" (Lojkine, 1990: 142). O movimento da classe operária deve tomar nas mãos o desafio de intervir na gestão. A via autogestionária de transformação social revela-se a "única via possível nos países capitalistas desenvolvidos" (Lojkine, 1990: 235).

IV) OS SISTEMAS SÓCIO-TÉCNICOS E AS CLASSES SOCIAIS

1) A TEORIA DA REGULAÇÃO E OS REGIMES TECNOLÓGICO-INSTITUCIONAIS

De acordo com a teoria da regulação instala-se na sociedade um regime de acumulação que estabiliza, por um longo período, a alocação do produto líquido entre consumo e acumulação, dentro de uma esquema de reprodução coerente. Este regime de acumulação informa as condições de produção e reprodução da força de trabalho. Entretanto, para que se garanta a unidade do processo, ou seja, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução, é preciso que se configure um corpo de regras e processos sociais interiorizados que recebe a denominação de modo de regulação. (Harvey, 1993: 117). O modo de desenvolvimento de uma determinada formação social será caracterizado pela conjugação do regime de acumulação e do modo ou regime de regulação (Melo, 1990: 169). O regime de acumulação diz respeito ao modo como se gera, se apropria e se mobiliza o excedente (Boddy, 1990: 45). Assenta-se sobre certos princípios de organização do trabalho e uso de técnicas, conformando uma estrutura tecnológico-institucional. O regime de acumulação expressa uma regularidade macroeconômica específica. A sua reprodução coerente demanda a intervenção de mecanismos reguladores, que ajustam permanentemente os comportamentos dos agentes à lógica de conjunto do regime de acumulação (Leborgne e Lipietz, 1990: 18). A teoria pretende pensar a evolução social em termos de sucessão de diferentes regimes de acumulação, o que pressupõe a periodização da história. Um foco analítico importante consiste justamente no estudo da passagem entre regimes diferentes e

os correspondentes processos de crises-reestruturações (Valladares e Preteceille, 1990: 10).

O cerne da teoria da regulação, no entendimento de Coriat, prende-se ao fato desta reintroduzir "a relação capital/trabalho no centro da dinâmica econômica" (Coriat, 1994: 186). O conteúdo da relação salarial constitui o fundamento do regime de acumulação e possui um papel estratégico na determinação de "como se obtém e se distribui os ganhos de produtividade" (Coriat, 1992: 242). A ênfase dada à relação salarial pela teoria da regulação implica na valorização de todo "o complexo de condições jurídicas e institucionais que governam o uso do trabalho assalariado e a reprodução da força de trabalho". A "relação salarial" é elevada à condição de "princípio organizador das relações fabris e sociais" (Silva, 1991: 15 e 31). Coerente com a sua estratégia analítica, Coriat centra o seu estudo sobre o taylorismo, o fordismo e a produção em massa na "relação capital/trabalho, a grande indústria e a composição da força do trabalho" (Coriat, 1994a: 102) De modo particular, privilegia como objeto de estudo "a *relação* entre processo de trabalho e acumulação de capital" (Coriat, 1994a: 4). Posteriormente, ao debruçar-se sobre as transformações produzidas pela era eletrônica, destacará a linha de continuidade em termos de objeto e método dos seus estudos, que consiste em partir da oficina, considerada com célula elementar da produção, e interpretar os impactos sobre o conjunto da vida social (Coriat, 1992: 12).

O sistema fordista

O paradigma de organização do trabalho taylorista-fordista baseia-se na idéia de que "a eficácia e a produtividade dependem centralmente de um trabalho fragmentado e distribuído ao longo de uma linha, que se movimenta a um ritmo rígido"(Coriat, 1992: 19). Importantes inovações organizacionais no processo de trabalho foram

viabilizadas. O taylorismo contribuiu com a *especialização das funções*, a *fragmentação das tarefas* e a *medição de tempos e movimentos*. A linha de montagem fordista trouxe a técnica da *produção em fluxo contínuo* e o conceito de *tempo imposto*. A introdução dos novos métodos precipitou uma transformação histórica de múltiplas dimensões. Uma nova relação de forças entre as classes foi estimulada com a substituição do operário profissional de "ofício" e seu sindicato pelo operário-massa, não qualificado e não organizado. Surgiu a produção de massa, consubstanciando um novo regime de acumulação de capital. Iniciaram-se novas práticas estatais de regulação e controle social da força de trabalho.

O regime de acumulação fordista representou um regime intensivo de acumulação. Estabeleceram-se grandes unidades de produção altamente especializadas voltadas para a obtenção de economias de escala internas por meio da padronização dos produtos, rotinização dos processos de produção e uso de equipamento especializado. O sistema viabilizou o crescimento da produção física e elevação da produtividade do trabalho (Storper, 1990: 132). Estabeleceu-se uma certa correspondência entre a produção em massa na indústria e o consumo massivo de mercadorias (Gottdiener, 1990: 67). Para tanto, desenvolveu-se um modo de regulação que consagrava algumas exigências: formas estáveis de relação de trabalho e regularidade dos salários; manutenção de uma capacidade de financiamento das firmas para fazer frente a uma contínua transformação do aparelho técnico; uma política monetária em condições de cobrir as necessidades de crédito da economia e a ampliação expressiva do papel do Estado (Leborgne e Lipietz, 1990: 20). O fordismo, no entender de D. Harvey, deve ser visto não como um mero sistema de produção e consumo de massa, mas como um modo de vida total, envolvendo novo sistema de reprodução da força de trabalho, sociedade democrática e racionalizada, nova estética e nova psicologia. O fordismo implicou a assunção pela nação-Estado

de um papel muito especial no sistema geral de regulação social. Nem por isso, no entanto, deixou de ter uma dimensão internacional. O crescimento estável da demanda mundial no período pós-guerra compensou amplamente as oscilações dos ciclos econômicos locais. Ocorreu um processo de globalização da oferta de matérias primas baratas que auxiliou a expansão econômica. Formou-se inclusive nova cultura internacional apoiada nas tecnologias para reunir e distribuir informação (Harvey, 1993: 121 e 130-1).

Ao debruçar-se sobre a experiência de países como o Brasil, fala-se na existência de um fordismo periférico. Aqui também teria se dado o modelo de acumulação intensiva com expansão de mercados. A especificidade do fordismo brasileiro estaria mais na forma de inserção no mercado mundial e na relação salarial. O achatamento da taxa de salários definiria um acesso restrito dos assalariados dos ramos fordistas aos produtos industrializados e as tarefas altamente especializadas do processo industrial global estariam alocadas no exterior. Argumenta-se igualmente que as estratégias de industrialização dos países maiores e mais ricos do Terceiro Mundo, como o Brasil, estiveram calcadas na transferência do modelo tecnológico-institucional fordista de produção em massa. Estas estratégias de industrialização teriam sido viáveis devido ao fato de convergirem com a lógica organizacional e locacional da produção em massa fordista a nível global (Storper, 1990: 131 e 137). Na interpretação de Harvey, o deslocamento geográfico foi uma forma de tentar resolver o problema de superacumulação do capitalismo central. Nesse processo, muitos sistemas padronizados de produção foram transferidos para a periferia, criando o fordismo periférico (Harvey, 1993: 174). Entretanto, autores como Marcos André Melo contestam a pertinência da aplicação da noção de fordismo periférico ao Brasil, pois não teria se configurado aqui a totalidade das condições da acumulação intensiva, segundo a definição de Aglietta. Prefere-se falar de fordização incompleta (Melo, 1990: 172-3).

Crise do fordismo

Acredita-se que o núcleo do regime fordista manteve-se firme até pelo menos 1973, mas a aguda recessão deste ano, ao abalar esse quadro, serve para demarcar o início de um processo de transição do regime de acumulação. Assiste-se nessa altura ao esgotamento de todo um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. A rigidez do fordismo mostra-se incapaz de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Trabalham contra o fordismo a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, assim como problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, especialmente no setor monopolista (Harvey, 1993: 119 e 134-5).

Coriat considera que o sistema taylorista-fordista passou a enfrentar uma crise de legitimidade e eficácia. O absentismo, a rotatividade de pessoal e a "falta de cuidado" na produção aparecem simultaneamente como sintomas e fatores da perda de eficácia. Foi toda uma técnica social de dominação do capital sobre o trabalho que sofreu um abalo radical. Face às novas exigências de valorização do capital, a linha de montagem fordista revelou os seus limites tecnoeconômicos, notadamente os problemas envolvendo o tempo de trabalho (morto) das transferências na linha de produção e a necessidade de coordenação "equilibrada" entre postos de trabalho separados. O processo de trabalho fundado no sistema taylorista-fordista, que serviu de suporte à acumulação de capital, revela-se frágil para promover novos ganhos de produtividade e intensidade do trabalho, em função dos seus limites sociais e econômicos (Coriat, 1994a: 121-46). Após crise de 1974-5 a economia entra numa fase de crescimento mais lento e de diferenciação. Incrementa-se a concorrência pela qualidade e a

demanda de produtos diferenciados. A capacidade de fabricação por lotes passa a ser muito exigida. A produção em série de produtos *indiferenciados* revela-se incapaz de enfrentar os novas forças, múltiplas e interdependentes, que remodelam o mercado e afetam profundamente as estruturas de produção (Coriat, 1992: 18 e 24-6).

D. Leborgne e A. Lipietz asseguram que a crise não comporta uma solução meramente tecnológica. A questão subjacente à crise do paradigma fordista diria respeito à problemática do engajamento ou não do operador direto. As novas tecnologias associadas à revolução eletrônica, no entendimento destes autores, mais exacerbam que resolvem a contradição (Leborgne e Lipietz, 1990: 25-6).

Na interpretação de Harvey, no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra, o regime fordista resolveu o problema de superacumulação, crônico no sistema capitalista, principalmente através do deslocamento espacial e temporal. O deslocamento temporal envolve, seja um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, seja uma aceleração do tempo de giro do capital. Já o deslocamento espacial corresponde à absorção pela expansão geográfica do capital e do trabalho excedente. Enfocando o exemplo norte-americano, Harvey chama a atenção para o papel da suburbanização e desconcentração da população e da indústria como o principal elemento de estímulo da demanda efetiva no longo período de expansão do pós-guerra. Em certa medida, a crise do fordismo é vista como um esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação. A crise do fordismo seria, em larga escala, uma crise da forma temporal e espacial (Harvey, 1993: 122, 171-3 e 184).

Pós-fordismo e acumulação flexível

O sistema pós-fordista de produção caracteriza-se

principalmente pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A flexibilidade pode ser dinâmica, uma capacidade de pronto deslocamento de uma configuração de processo e/ou produto para outra, e de tipo estática, uma capacidade de ajuste de quantidades de produção num período curto sem perda de eficiência (Storper, 1990: 133). A economia de escala cede lugar à economia de escopo. A empresa desenvolve uma crescente capacidade de realizar produção em lotes de produtos diferenciados, aumentando a sua capacidade tanto de reagir quanto de induzir mudanças no mercado. A acumulação flexível traduz-se pelo surgimento de novos setores de produção e serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, intensa inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 1993: 140 e 148).

A era eletrônica assiste, na interpretação de Coriat, à constituição de um novo conceito geral de organização do trabalho para a produção de grandes volumes. Formam-se organizações multidimensionais, em rede e de ritmos flexíveis, apoiadas em três princípios interdependentes: distribuição do trabalho em pequenos grupos aos quais se atribuem conjuntos homogêneos de tarefas; oficina composta por redes de linhas com trajetórias complexas por onde circula o produto; transporte do produto por deslocamentos a ritmos flexíveis para as partes da rede a que se destina. Tais inovações não são propriamente tecnológicas, mas puramente organizacionais. Por outro lado, as "novas tecnologias de informação" promovem o nascimento e a consolidação progressiva de um novo "sistema técnico". A produção industrial passa a apoiar-se num novo "quadrilátero mágico": a informática, a eletrônica, as telecomunicações e a robótica. Estabelece-se uma nova conjuntura histórica em que, à transformação dos mercados, no sentido da diferenciação e da incerteza, vêm somar-se as conquistas na organização do trabalho, as novas ferramentas e suportes técnicos e

científicos inovadores (Coriat, 1992: 22-33).

A *integração* e a *flexibilidade* são os novos paradigmas aplicados às linhas produtivas. A produtividade por máquina, mais que a intensificação do trabalho vivo, passa a ser o elemento principal de diminuição dos custos de produção. A linha flexível é capaz de fabricar uma gama diferenciada de produtos, sobre a base de uma forma elementar dada. Esta flexibilidade, a nível técnico, envolve cinco dimensões: flexibilidade de produto (variedade), flexibilidade de variação (variações do mesmo produto), flexibilidade de elementos (usados no processo), flexibilidade de envio (através da linha de fabricação) e flexibilidade de volume (flutuações quantitativas). As oficinas do pós-fordismo compõem-se de um conjunto identificável de novas "formas produtivas tipo": a linha fordista automatizada, a linha assíncrona de montagem ou linha taylorista informatizada, a linha integrada flexível e, por fim, o *MRP* (*Material Requirement Planning*) e o *Kan-Ban*. A possível alteração dos "cimentos microeconômicos" tradicionais da produção em série enseja a emergência de uma grande variedade e diversidade de formas produtivas novas (Coriat, 1992: 61-97).

A automatização flexível implica numa modificação geral da estrutura de custos. A sua superioridade em relação às combinações técnicas convencionais depende da ocorrência de um determinado patamar de escala de produção. Ultrapassada esta exigência, as combinações flexíveis permitem potencialmente a realização de uma quase saturação das capacidades instaladas. Viabiliza-se o aparecimento de uma figura produtiva inédita: a empresa *monotecnológica*, mas *multiprodutos*. Aparecem as "economias de variedade", ainda que não se possa falar de um superioridade geral sobre as economias de escala clássicas. No plano microeconômico da firma, as tecnologias flexíveis propiciam em termos potenciais o estabelecimento de um conjunto de novos microcimentos que assegura a produção diferenciada e ganhos comparativos de

produtividade. Estes novos microcimentos envolvem três terrenos conexos: economias de "organização" (ação do conjunto sobre os componentes), "economias de variedade" (ganhos de produtividade associados à flexibilidade produto) e "economias de aprendizagem" (economias de repetição procedimentos/produtos) (Coriat, 1992: 118-40).

As transformações das normas de produção e concorrência dão origem a dois tipos de configurações produtivas, que se associam respectivamente ao princípio da Especialização Flexível e ao princípio da Flexibilidade Dinâmica. O princípio da Especialização Flexível se apóia sobretudo na exploração sistemática das economias de variedade, favorecendo os ajustes às flutuações da demanda. O princípio da Flexibilidade Dinâmica, operando sobre um horizonte temporal longo, "*descansa centralmente nas economias de repetição procedimento-produto, mobilizadas em estratégias cujo objetivo é tirar partido das economias de escala e de dimensão*" (Coriat, 1992: 156). Representam os novos princípios a animar a economia, cada um com a sua potencialidade particular.

Ao nível da organização industrial no seu conjunto, aparecem novas relações interempresas. Entre os grandes grupos outorgantes e os subcontratistas é tecida uma relação de "associação", que precisa empregar uma engenharia social muito complexa para gerar um sistema de contrapartidas. Por outro lado, criam-se entre as pequenas e médias empresas formas de cooperação horizontal que beneciam-se de economias de variedade na exploração de determinadas áreas do mercado, gerando um processo de *industrialização difusa*. Tudo indica que a grande empresa, sobretudo no nível da determinação do preços de mercado, desempenhará por muito tempo um papel estratégico, mas a exploração dos "efeitos de qualidade", que serve de contrapeso aos "efeitos de quantidade", abre um espaço de desenvolvimento às empresas de médio volume. As normas de concorrência tornam-se mais complexas, devido às

possibilidades abertas pela tecnologia flexível e à instabilidade dos ciclos de vida dos produtos. Divisam-se tendências à "contratualização" e à "horizontalização" das relações interempresas, baseadas em sistemas de compromissos ou de contrapartidas recíprocas (Coriat, 1992: 161-75). Sustenta-se que o dinamismo do sistema não emerge propriamente da força impulsionadora da grande empresa, mas da organização socioeconômica mais ampla formada por redes de empresas. Os sistemas de produção flexível representam coletividades de produtores interdependentes, o que implica na emergência de novas formas de coordenação econômica e social (Storper, 1990: 137-8).

Impacto do pós-fordismo e da acumulação flexível no mundo do trabalho

Coriat considera que o trabalho está em vias de passar por uma mutação fundamental. Encontra-se no centro de um conjunto poderoso de forças econômicas e sociais. As novas tecnologias abrem um imenso potencial, que depende porém do trabalho humano para ganhar vida e realidade.

As inovações tecnológicas e organizacionais alteram as formas de consumo produtivo do trabalho vivo. Parece delinear-se um novo modelo geral de trabalho. A configuração dos grupos de trabalho é redelineada por três séries de efeitos: um *efeito de deslocamento*, um *efeito de reclassificação* e um *efeito de organização*.

O trabalho concreto é redistribuído. As novas tecnologias diminuem consideravelmente a sua quantidade e importância estratégica. Quanto mais simples e repetitiva a tarefa, mais fácil é encontrar uma substituição tecnológica rentável. O trabalho concreto não desaparece, mas é "objeto de um movimento amplo, poderoso e diversificado de dissolução" (Coriat, 1992: 182). Por outro lado, cresce muito o trabalho indireto, ao nível de tarefas de programação,

diagnóstico ou ajuste e manutenção. Trata-se de um movimento geral que impulsiona a "abstração do trabalho". A constituição de equipes limitadas visando minimizar os custos de trabalho, as exigências em termos de "cooperação" para administrar as linhas flexíveis e o "enriquecimento" das atividades incentivam uma aproximação e interpenetração do trabalho direto e indireto. Por fim, com as novas tecnologias as tarefas de administração-organização ficam mais complexas e fundem-se em certa medida, estendendo o seu âmbito de ação às tarefas conexas, de modo a ocupar tendencialmente um lugar chave na oficina.

O efeito de reclassificação intervém ao nível dos processos de valorização ou desqualificação das habilidades possuídas pelas categorias sócio-profissionais. O impacto nos empregos de fabricação será diferenciado e dependerá das próprias mudanças por que passa o conteúdo do trabalho. Algumas categorias vivem um processo de exclusão das suas habilidades iniciais. Este é o caso, na França, dos "operários especializados" (o operário OS taylorista típico, dito no Brasil "semiqualficados"), dos jovens do ensino técnico curto e dos operários de ofício. Outras categorias são "desestabilizadas", pois suas habilidades iniciais deixam de ser plenamente utilizáveis. Ocorre um processo parcial de "desqualificação". Com o processo de automatização, a experiência técnica dos operários profissionais é apropriada por parte das direções da empresa. As mudanças das práticas organizacionais e a redefinição do perfil da supervisão, colocam em questão as formas de autoridade e as competências dos supervisores. Já determinadas categorias passam a ser "valorizadas". Esta é a condição dos operários-operadores de sistemas automatizados, que realizam funções de supervisão-otimização dos sistemas conduzidos pela informática industrial. Também partilham desta situação os novos técnicos de produção, devido, entre outros motivos, à aproximação entre as tarefas técnicas e as tarefas de fabricação. A mudança da

composição técnica da classe operária conduz naturalmente a uma alteração fundamental da sua composição social.

O efeito de organização - o mais importante em termos de consequências - decorre das decisões empresariais relativas à atribuição de tarefas a determinados perfis de postos de trabalho, de um lado, e aos modos de coordenação de tarefas entre postos, de outro.

A abstração e o aumento da complexidade do trabalho pode receber uma grande variedade de soluções. Cabe, então, apresentar uma tipologia das novas figuras operárias, segundo uma dupla chave de leitura. A simples rotinização da abstração e da complexidade, promovida por uma taylorização com ajuda de computadores, gera potencialmente três tipos operários: o operário marginalizado, responsável pelas tarefas diretas não suprimidas; o operário-detector, reduzido a vigilante ou "detector humano"; o operário trivializado, responsável por manipulações simples, catalogadas e classificadas. Já a mudança em direção à qualificação e competência, implica na valorização sistemática das habilidades e qualificações. Nasce três figuras típicas: o operário-fabricante, articulador das tarefas "diretas" e "indiretas", polivalente e engajado dentro de um espaço de "contrato" na fabricação; o operário tecnólogo, em que a polivalência técnica é "vertical", pois as tarefas técnicas "descem" ao nível da oficina; por fim, o operário administrador, que assume certas tarefas de administração técnica e econômica, antes vedadas pela rígida divisão hierárquica e funcional do trabalho.

O pós-fordismo exerce uma dupla pressão fundamental - a abertura internacional dos mercados e o ascenso da concorrência pela qualidade - que condiciona as novas disposições da relação salarial. As reações adaptativas nacionais variam. Nos EUA, entra em crise o modelo histórico da "Collective Bargaining", que prosperou na "idade de ouro" do crescimento fordista. A década de 1980 assiste à ruptura e ao surgimento de novos convênios contratuais. Esboça-se um modelo

de modernização e de configuração da relação salarial caracterizado pela "*perda de competitividade interna, convênios contratuais defensivos e dualização da economia e da sociedade*" (Coriat, 1992: 220).

A Alemanha apresenta um modelo singular e paradoxal, que desafia a análise, pois combina uma competitividade externa de primeira ordem com uma "relação salarial que propicia amplos direitos e vantagens aos assalariados e sindicatos" (Coriat, 1992: 222). A competitividade assenta-se não num ataque aos *custos de trabalho*, mas na qualificação do trabalho, inversão organizacional e valorização dos recursos humanos. O modelo contratual garante o emprego, o salário real e inversões para formação e organização. As empresas abraçaram o caminho da busca de vantagens competitivas no plano da qualidade dos produtos. Vêm-se fortalecidos e renovados os elementos de rigidez institucional em torno do trabalho, ou melhor, do "núcleo central" da classe operária, onde se encontra o trabalho organizado e protegido pelos sindicatos, pois a deteriorização do nível de emprego interno agrava a situação dos não protegidos pelos convênios coletivos. Na verdade, tomadas em conjunto, a economia e a sociedade experimentam uma certa dualização.

As codificações salariais possuem um papel central no estabelecimento das normas de consumo, pois condicionam aspectos essenciais do estabelecimento dos ingressos diretos e também dos "indiretos". A relação de emprego, que está no centro do contrato social, foi afrouxada e fragmentada numa multiplicidade de formas. Assiste-se a uma forte elevação relativa das relações de emprego "débeis", debilitadas e incompletas. Diminui o nível de renda distribuído, sua estabilidade e regularidade no tempo. A relação de emprego perde força e aumenta a *relação de formação* (capacitação contínua dos empregados, ajuda à inserção dos "jovens" e dos desempregados). O desemprego massivo persistente incrementa o

trabalho à "*margem dos convênios e das normas*" de um lado, e a "*relação de transferência monetária não vinculada, como substituto da relação de emprego*", de outro. A "renda sem trabalho" representa um retrocesso enorme em relação a um dos princípios fundadores do sistema do trabalho assalariado (Coriat, 1992: 236-9).

O sistema toyotista

O sistema toyotista, esclarece Coriat, representa essencialmente um conjunto de inovações organizacionais. apóia em dois "pilares": a produção *just in time* e a "*auto-ativação*" da produção. A essência do sistema está em ser "adaptado à *produção em série restritas de produtos diferenciados e variados*" (Coriat, 1994: 30). Traduz uma busca inédita de ganhos de produtividade que se faz no terreno da produção de pequena série e diferenciada.

As inovações organizacionais

Entre as primeiras descobertas do toyotismo desponta a noção de fábrica mínima. Implementa-se uma política de redução de estoques ao mínimo necessário para atender à demanda solúvel e escoada, o que, por desdobramento, atinge o excesso de pessoal e equipamentos. A gestão "pelos olhos" emerge igualmente como um preceito chave. A chefia deve dispor visualmente a todo o momento das informações que garantam o fluxo desimpedido da produção. A estratégia de racionalização do toyotismo vai procurar obter "internamente" à empresa as economias e ganhos de produtividade. A *auto-ativação* diz respeito à introdução de dispositivos organizacionais que permitem a parada e retomada do trabalho para evitar desperdícios e defeitos. Estabelece-se a *linearização* da produção e a *organização do trabalho em torno de postos polivalentes*. Os operários profissionais e qualificados são submetidos

a um processo de desespecialização para tornarem-se trabalhadores multifuncionais. A desespecialização é acompanhada pela intensificação do trabalho.

O método *Kan-Ban*, considerado a maior inovação organizacional da segunda metade do século, sustenta-se em três inovações organizacionais de base: deslocamento do comando de ativação da fabricação para as encomendas do mercado; estabelecimento de um fluxo de informação (instruções e demandas) entre os postos de trabalho num sentido invertido ao fluxo real de produção; instituição de sistema de informação com "cartazes" (*kan-ban*) onde se escrevem as "encomendas" encaminhadas pelos postos de trabalho entre si. É reconstituída na oficina uma função geral de fabricação através do reagrupamento no seu interior das tarefas de execução, programação, controle de qualidade, etc. A desespecialização do trabalho operário e do trabalho "geral" da empresa estende-se a quatro domínios: a polivalência e pluriespecialização dos operadores; a assunção pelos operadores diretos de tarefas ou funções de diagnóstico, reparo e manutenção; a introdução do controle de qualidade nos postos de fabricação; a junção das tarefas de programação às tarefas de fabricação. As técnicas de linearização da produção viabilizam a busca da produtividade através da flexibilidade. A arquitetura das linhas, ao organizar a produção segundo postos que materializam séries de operações, permite a redução de pessoal em caso de redução de demanda, além de outras *flexibilidades*. A linearização permite passar do tempo de trabalho alocado ou imposto do sistema fordista ao tempo de trabalho "partilhado". Aliado à multifuncionalidade dos trabalhadores, implementa-se "o princípio da atribuição de tarefas moduláveis e variáveis tanto em quantidade quanto em natureza" (Coriat, 1994: 67-71). Uma arquitetura mais "horizontal", que supera a rígida separação funcional advogada por Fayol e estabelece um jogo de solidariedades entre a divisão manufatureira e a divisão

hierárquica funcional, propicia a emergência de uma *fábrica transfuncional*.

A economia japonesa é tipicamente *dualizada*. Ainda que as relações entre grandes e pequenas empresas subcontratadas sejam sempre marcadas por uma certa assimetria, a superioridade japonesa não está em apresentar uma *dualidade* maior que em outros países. Regra geral, o peso das atividades subcontratadas é extremamente elevado (superior a 70%). A noção de fábrica mínima estimula a externalização das atividades que não são estritamente indispensáveis. As relações de subcontratação são institucionalizadas e hierarquizadas; formam estruturas organizacionais com regulações sutis e complexas. Coexistem, num jogo permanente, relações de cooperação, de força e de competição. Combinam-se estímulos à inovação técnica e à responsabilização das subcontratadas com garantias de "segurança" e riscos compartilhados. As estrutura japonesa de subcontratação explora as vantagens clássicas da integração mas sem arcar com as suas implicações em termos de rigidez e custos. A inovação organizacional intrafirma reforça e é reforçada por uma inovação organizacional interfirmas, produzindo uma *forma descentralizada e externalizada de firma*, mais adaptada às novas condições da concorrência.

A relação salarial

O sistema de relações de emprego serve ao mesmo tempo de *suporte* e de *instrumento* das práticas organizacionais com as quais se articula. No modo de regulação toyotista as contrapartidas para os assalariados são *substanciais* e *verdadeiras*. Afinal, o regime de reagregação e relativa "não divisão" das tarefas exige o "engajamento" dos assalariados para o bom desenrolar da produção e a garantia da qualidade dos produtos.

O sistema de relações de emprego japonês repousa sobre três

traços principais: emprego vitalício, salário por antiguidade e sindicalismo de empresa. O *sindicalismo de empresa* limita a organização e a reivindicações dos assalariados ao âmbito da própria firma. Mostra-se um sindicalismo *integrado* à hierarquia empresarial pelo jogo da carreira e promoções e um sindicalismo *cooperativo*, sensível às eventuais dificuldades atravessadas pela empresa. Em que pese possíveis restrições, o sindicalismo japonês historicamente assegurou "contínuas e substanciais melhorias das condições de vida dos assalariados" (Coriat, 1994: 84-7). Entretanto, as principais contrapartidas obtidas (emprego vitalício, mercado de trabalho interno, etc) permanecem no essencial *condicionais* e *implícitas*", revelando a *"relativa fraqueza dos compromissos contratuais explicitamente negociados"*(Coriat, 1994: 147). O emprego vitalício abarca apenas os trabalhadores das grandes firmas, que perfazem 30% da força de trabalho operária global. Além do mais, a garantia é flexibilizada em períodos recessivos. O sistema de salário por *antiguidade* é todavia também *individualizado*. Combina uma parte fixa e outra parte variável, de flutuação conjuntural. O modo de fixação do salário por antiguidade vincula-se ao modo de produção das qualificações. Existe um mercado de trabalho interno, ainda que dissimulado, que possui nas grandes empresas japonesas a particularidade de dar aos trabalhadores "colarinhos azuis" tratamento similar àquele dispensado no Ocidente aos "colarinhos brancos" e funcionários públicos.

A admiração e inspiração suscitadas pelo modelo japonês têm ligação com a sua sintonia com a fase atual de crescimento da concorrência através da diferenciação e da qualidade. A construção de um flexibilidade "interna", que questiona a divisão do trabalho, traduz demandas sociais que vêm avolumando-se e exigindo satisfação. A eficácia das inovações organizacionais ou relacionais dos métodos japoneses pressupõe sólidas contrapartidas em termos de *compromissos sociais*. O método japonês tem o mérito de inaugurar

para a empresa a era da regulação pelo engajamento. Entretanto, o perigo do "ostracismo" ronda o modelo japonês. A auto-ativação dos grupos de trabalhadores e os protocolos de engajamento estimulado, combinam processos sutis de *inclusão* e *exclusão*. A não interiorização dos objetivos da empresa "legítima" a *exclusão* dos desviantes. A junção de relações contratualizadas e democratizadas na empresa emerge como o grande desafio. É preciso "passar do engajamento estimulado ao engajamento negociado". O avanço da democracia depende da abertura e extensão do contrato ao espaço do trabalho e da decisão econômica (Coriat, 1994: 163-74).

VI) A ANÁLISE DE CLASSE EM QUESTÃO

Enfraquecimento, persistência ou relativização das classes

A análise de classe sofre na atualidade um forte processo de

questionamento. Clark e Lipset defendem que a emergência de novas formas de estratificação patenteia a crescente inadequação e a necessidade de modificação substancial das teorias de classe do passado. As hierarquias tradicionais, econômicas e familiares, estão declinando, diminuindo a saliência na estrutura social das relações de classe. Este processo pode ser comprovado pela amplitude do número de *situs* que evidenciam o declínio da hierarquia. O comportamento político é uma área ideal para avaliar mudanças na estratificação. Estudos da evolução do voto de classe nas democracias ocidentais, recorrendo ao índice de Alford, mostram o dramático declínio, em poucos anos, dos efeitos de classe. A afluência desloca a preocupação das pessoas para longe da tradicional política de classe. A afluência enfraquece as hierarquias e o coletivismo, mas aumenta o individualismo. O aumento da renda, associado à afluência, faz com que cresça em relevância o papel dos mercados. A extensão do mercado, por outro lado, diminui a margem de ação das decisões particularistas e solapa as estratificações hierárquicas locais. As relações familiares e pessoais têm ficado mais igualitárias, flexíveis e tolerantes. De modo geral, o papel da família no acesso à educação e empregos, tem tornado-se menos importante, enfraquecendo o seu impacto na estratificação. Estes fatores contribuem para a emergência de um processo de "fragmentação da estratificação". A diferenciação das classes segundo os estilos de vida sofre um enfraquecimento, cresce a importância dos fatores sociais e culturais na estratificação, outras lealdades extraclasse passam a organizar a política, a família encolhe e a mobilidade social passa a ser mais determinada pela habilidade e educação (Clark e Lipset, 1991).

Inspirado por um enfoque similar, Pakulski sai em defesa do que seriam os temas centrais de Clark e Lipset: a *fragmentação* e a *importância relativa* das desigualdades de classe e dos conflitos de classe. Propõe-se a arrolar outros aspectos e mecanismos adicionais da "decomposição de classes". Estes seriam: a proliferação da

pequena propriedade e o ofuscamento das divisões entre as categorias de propriedade e não-propriedade; a credencialização das habilidades e o fechamento profissional, implicando no reforço do papel da certificação educacional; a expansão dos direitos civis a expensas da posição de classe; o efeito de globalização do mercado no sentido de enfraquecer identidades e solidariedades de classe assentadas numa base nacional (coalizões, etc); a tensão de interesses entre as condições de consumidor/produtor, gerada pela expansão do consumo, conduzindo ao enfraquecimento dos alinhamentos tradicionais classe-partido; a contribuição dos meios de comunicação de massa para a formação de "comunidades imaginárias", que geram identidades e senso de solidariedade transcendendo a condição de classe; por fim, o surgimento dos novos movimentos sociais, cuja composição, caráter e estilo de ativismo não podem ser analisados em termos de classe.

Pakulski destaca a papel da "super-estrutura" da classe, mais do que das bases estruturais econômicas, na constituição (e superação) da classe como entidade histórica. Os modos de ação e padrões de desigualdade que deram origem à classe como entidade social foram institucionalmente cimentados por regulações corporativas. Os acordos corporativistas começaram a ser solapados pelas mudanças econômicas que golpearam as indústrias tradicionais, aceleraram a diferenciação ocupacional, expandiram as ocupações não manuais no setor terciário e intensificaram a mobilidade. Somaram-se ao processo que vem erodindo e dissolvendo as velhas classes industriais o crescimento da educação, a saturação dos meios de comunicação de massa e a diversificação dos estilos de vida (Pakulski, 1992).

Clark e Lipset, apoiados por Rempel, face às contestações, procuraram aperfeiçoar os seus argumentos, o que implicou inclusive em aceitar o renascimento das classes, pois afinal estas "ainda vivem" (Clark, Lipset e Rempel, 1993: 293). Além disso, de modo mais

prudente, preferiram delimitar a questão e defender a idéia do declínio da capacidade da classe social explicar os processos sociais e notadamente os políticos. Defendem, em substituição à análise centrada em classes, uma explicação multi-causal do comportamento político e dos fenômenos sociais relacionados. A nível teórico geral propõem que quanto mais polarizada, penetrante e sobrepostas são as divisões hierárquicas ou a estrutura de classes, mais prevaletentes são os padrões políticos e culturais que se originam dessas divisões. Além disso, consideram que a organização é freqüentemente um fator distinto, influente e complementar, ao lado dos fatores macro-estruturais. Por isso, quanto maior for a organização interna daqueles na base da hierarquia ou estrutura de classe, mais chances possuem de realizar uma política anti-hierárquica ou de classe. Levando em conta essas proposições, ou melhor, a recíproca invertida, apresentam evidências empíricas que pretendem demonstrar a significância política declinante da classe social no Ocidente. Registra-se um abrandamento da militância operária. Seriam de duas ordens as suas causas mais evidentes. De um lado, a crise das instituições de barganha "corporativista" do estado de bem-estar, fragiliza fatores que, no passado, ajudaram a constituir identidades e padrões de comportamento de classe. Por outro lado, a diversificação da estrutura ocupacional, faz da filiação de classe algo mais sutil e menos socialmente áspero, fomentando o declínio da política de classe organizada. O crescimento da afluência, ao expandir as economias de consumo, faz do domínio do lazer um novo *locus* da diferenciação das identidades políticas e pessoais. Para mais indivíduos afluentes os temas "pós-materialistas" tornam-se, em termos relativos, mais politicamente salientes. A ascensão do mercado de trabalho dual, dividido entre um núcleo dominante de grandes firmas e uma periferia dominada de pequenas firmas, tem o efeito contraditório de simultaneamente criar uma nova forma de estratificação de classe e dispersar o conflito de classe. Localização

de classe tem tornado-se mais baseada em processos institucionais específicos, como credencialismo, assim como nas novas distinções do mercado de trabalho, vizinhança e estrutura social local.

Classe tem transformado-se numa realidade mais fluida e complexa, menos subjetivamente saliente e politicamente influente. As teorias de classe precisam ser crescentemente complementadas por outras hierarquias não baseadas em classe. Hierarquia, mais que classe, tem servido para explicar o comportamento político (Clark, Lipset e Rempel, 1993).

A análise de classe tem também encontrado firmes defensores. Além da intervenção polêmica no debate sociológico, que joga o seu papel, sem dúvida a contribuição mais fecunda fica por conta da elaboração, aplicação e sistematização da análise de classe.

Hout, Brooks e Manja argüiram na polêmica patrocinada pela revista da *Associação Internacional de Sociologia* a indispensabilidade do conceito de classe para a sociologia (Hout, Brooks e Manza, 1993). A introdução de maior complexidade no modelo sociológico de classe, como vem ocorrendo, não significa a negação do fenômeno. As sociedades capitalistas contemporâneas mostram de forma saliente a persistência das desigualdades de classe. Altos níveis de riqueza são controlados por uma minoria, o que vem a influenciar, de forma direta ou indireta, os próprios processos políticos. As desigualdades de renda *entre* as classes, mesmo variando-se o esquema analítico utilizado, permanecem significativas. Ao lado disso, vem somar-se o desemprego prolongado ou a marginalidade ocupacional, o crescimento de áreas de baixa renda, etc, mostrando a força das "hierarquias tradicionais".

A análise da problemática de classe centrada nos efeitos de classe na política, economia e família desmente as especulações sobre a morte das classes sociais. Na arena política, estudo de Przeworski e Sprague (1986) sobre o voto de classe entre 1900 e 1975 nega as afirmações sobre o declínio monolítico do fenômeno nas sociedades

capitalistas avançadas. Além disso, deve-se considerar que a relação entre classe e voto é mediada por sindicatos, movimentos sociais organizados e partidos políticos. Por outro lado, os fatores de classe podem ficar latentes em determinados períodos ou não agirem via direta sob formas já consagradas. No que diz respeito às novas tendências econômicas, o papel ampliado das pequenas firmas na economia tem associado-se a empregos mais instáveis e mal pagos, ao passo que as propaladas novas tecnologias e estilos de gerenciamento têm produzido, não o declínio da hierarquia, mas novas formas de conflito de classe. Já a família reduzida, celebrada por certos autores, tem sido para os pobres urbanos fator de incremento da pobreza e desigualdade. A diminuição da estratificação educacional, por seu turno, está vinculada a uma menor incidência geral de seletividade, não à diminuição especial da seletividade de classe.

As classes não estão morrendo, a sociologia apenas está movendo-se em direção a um modelo de classe mais complexo e multidimensional. O desafio teórico da próxima década será aprofundar esta questão e explicar porque classe parece depender da política em vez de determinar a política (Hout, Brooks e Manza, 1993).

Goldthorpe e Marshall defendem a análise de classe como um programa de investigação que se interessa pelo desvendamento das relações entre as estruturas macrosociais e as experiências dos indivíduos (Goldthorpe e Marshall, 1993). Três áreas de investigação são usadas para demonstrar a relevância da análise de classes no estudo das sociedades modernas, quais sejam, mobilidade, educação e filiação política.

As classes ostentam distintas "características de mobilidade", o que tem uma dupla origem. Classes tendem a seguir preferencialmente distintas trajetórias de crescimento ou declínio em relação ao desenvolvimento estrutural das economias. Diferentes classes tendem a associar-se com "propensões" específicas para

imobilidade ou mobilidade independentemente de quaisquer efeitos estruturais. Estas características de mobilidade mostram que a definição de classe não é meramente arbitrária e que a formação de classe pode assentar-se num nível "demográfico" básico, o que permite abordar a questão da extensão e natureza da associação entre indivíduos ou famílias e posições de classe particulares através do tempo. Sob este substrato, as classes desenvolvem-se potencialmente como coletividades, com subculturas distintas e "capacidade para socialização", que são os pré-requisitos das identidades de classe.

A análise das interconexões entre classe e educação mostra que, mesmo se tivesse sido ampliada à suposta seleção social meritocrática, pouca indicação há de que este fato tivesse algum efeito na produção de chances de mobilidade mais iguais. Há fraca evidência de que a educação opera como uma força de "abatimento de classe".

Estudo de Helth e colaboradores, centrado na Inglaterra e baseado na distinção entre taxas relativas e absolutas de voto de classe, não constata nenhuma tendência secular de declínio da associação classe-voto. Ainda que classe isoladamente não determine o voto, pois existem inclusive fatores de diferenciação na orientação política *dentro* das classes, classe revela-se como a principal base estrutural de partidatismo no conjunto do eleitorado, em comparação com outras clivagens setoriais. O papel de regimes de mobilidade na associação através do tempo entre indivíduos e famílias e diferentes locações setoriais revela-se mais fluida em comparação com classe, o que permite compreender a fraqueza dos efeitos setoriais. Apesar das mudanças, prevalece antes a *estabilidade* que o dinamismo das relações de classe (Goldthorpe e Marshall, 1993: 391-3).

Waters sugere que a grande questão que precipitou a falência dos paradigmas consagrados de análise de classe foi o fracasso em "reconciliar os conceitos de estrutura (as categorias observáveis) com os conceitos de formação (as categorias da experiência)". Entretanto,

otimista, divisa como saída a progressiva integração desta dualidade em torno do conceito de "classe social", que seria tanto gerado estruturalmente quanto manifesto ao nível da experiência (Waters, 1991: 143).

Focalizando a produção social do espaço urbano, Gottdiener diagnostica a necessidade de uma certa relativização da linha de análise classista. No capitalismo tardio, os interesses espaciais não conformam uma classe ou fração de classe separada, como acreditava Marx. Não é possível prever como a classe capitalista se comportará ou definir o seu interesse em relação ao espaço. O entendimento das novas divisões sócio-espaciais demanda uma estratégia analítica que combina a interação entre frações de classe, agrupamentos de raça, gênero, etnia e consumo. Os problemas sócio-espaciais exigem uma abordagem mais global, envolvendo grupos de consumo e estilos de vida, de modo a captar corretamente alguns interesses organizados em torno do espaço social (Gottdiener, 1992).

Crompton discute a noção de classe como um fenômeno peculiarmente moderno, no sentido de que o discurso sobre classe ter tornado-se um dos conceitos-chaves no entendimento da modernidade. Classe continua a ser um dos grandes fatores que moldam os grandes contornos da desigualdade nas sociedades capitalistas industriais. Estas sociedades caracterizam-se pela presença de grupos possuindo diferentes níveis de vantagens e desvantagens materiais e simbólicas em decorrência do seu acesso e participação diferencial na propriedade, produção e mercado. Os processos de classe, no entanto, não são os únicos fatores que contribuem na estruturação dessas desigualdades. Fatores como gênero, raça e idade são altamente significativos e, além disso, deve-se reconhecer a ocorrência de importantes variações entre as nações (Crompton, 1994: 4 e 190).

Classe, identidade e ação

Defensores da análise de classe, Hout, Brooks e Manza reconhecem que classe representa uma das fontes de identidade e ação política, ao lado de raça, religião, nacionalidade, gênero e outras. Além disso, como já foi mencionado, ao lado do reconhecimento do importante papel mediador das organizações políticas, os autores chegam a questionar se a relação causal e explicativa classe-política não deveria ser invertida (Hout, Brooks e Manza, 1993: 268 e 271).

Pakulski propõe que no debate atual sobre a análise de classe deve-se fazer uma diferenciação conceitual básica entre a "noção de classe como uma unidade de desigualdade e uma base de identificação política e conflito". Defende a idéia da independência relativa, de um lado, entre as distintas formas de desigualdade (econômicas, políticas e culturais) e, de outro lado, entre o conjunto das desigualdades e as manifestações da consciência e ação (Pakulski, 1993: 282-3).

Goldthorpe e Marshall, alegando demarcar diferenças com a tradição marxista, rejeitam um enfoque reducionista da ação coletiva, calcado no entendimento de que a ação é a expressão imediata das relações e interesses de classe estruturalmente dados. Concentram-se no estudo das condições que devem ser preenchidas para que a ação coletiva seja possível. Posições de classe criam apenas interesses potenciais. Além disso, no entendimento dos autores, os interesses de classe dependem das identidades sociais que os indivíduos seguem, sendo que a identidade precede o interesse. Na formação das identidades interferem vários processos sociais, de modo destacado os movimentos e partidos políticos (Goldthorpe e Marshall, 1993: 383-5). Estas ponderações analíticas, no entanto, não negam a visão de que a formação de classe cria potenciais para a ação coletiva e identidade de classe. Considera-se que a abordagem de Goldthorpe estabelece uma separação analítica entre formação de classe e ação de classe dentro de um modelo sistemático que articula *estrutura de*

classe -> formação demográfica de classe -> classe sócio-política (Crompton, 1994: 60 e 97).

Na sociologia acadêmica, Bendix e Lipset promoveram a distinção entre classe como uma realidade histórica concreta, de um lado, e classe como coletividade portadora de consciência da sua identidade e capacidade de agir. A questão da ação de classe foi colocada como contingente (Crompton, 1994: 12 e 32-3). A distinção analítica entre "estrutura" e "ação" assumiu uma importância considerável no desenvolvimento da análise de classe. De modo particular, a estrutura de emprego tornou-se o foco principal de identificação da estrutura de classes. Dahrendorf, Bendix e Lipset, Lockwood, Braverman, Goldthorpe e Wright, expressam variações dessa tradição. Já a obra de Thompson, dentro da tradição da história marxista, enfatiza a significado da experiência e consciência na formação de classe, recusando-se a identificar *a priori* uma estrutura de classe localizada dentro da estrutura de trabalho e emprego, independentemente da *consciência* da classe (Crompton, 1994: 33-7). Crompton relata os diversos questionamentos a que têm sido submetidos os modelos que, de uma forma ou de outra, pressupõem uma articulação encadeada entre localização estrutural, interesse de classe e ação de classe. Enquadra-se neste caso o modelo marxista *estrutura -> consciência -> ação*, mas também o similar esquema analítico de Goldthorpe *estrutura de classe -> formação demográfica de classe -> classe sócio-política*. Argumenta-se que esta modalidade de análise de classe *afirma* a existência de um elo entre localização estrutural e interesses de classe, mas sem apresentar os mecanismos que demonstram sua existência. Além disso, a sociologia é acusada de sofrer uma doença mais profunda de subdesenvolvimento analítico que compromete, de maneira geral, as interpretações em que forças sociais são consideradas produtoras de mudanças (Crompton, 1994: 97-9).

Insiste-se hoje igualmente na importância dos fatores não

classistas para a identidade e ação sociais. A diferenciação homem / mulher tem sido apresentada como uma *fonte* significativa de identidade social coletiva e ação. Loockwood alega, no entanto, que a fragmentação imperante nas relações de gênero compromete seriamente o seu poder explicativo macrosocial. Em contraposição, Crompton reconhece que gênero e sexualidade têm emergido como focos coerentes de organização social. Raça e etnia, como se sabe, desde há muito tem sido um foco de identidade social organizada (Crompton, 1994: 101-2).

Considera-se que a importância da identidade e ação de classe deriva e depende do fato do "agregado" classe existir como uma coletividade social significativa. Nesse sentido, ganha realce o papel do contexto e das instituições e organizações que articulam suas demandas (Crompton, 1994: 113).

Nas sociedades contemporâneas as evidências empíricas indicam que "as associações mais fortes de diferentes aspectos do comportamento e atitudes são ainda aquelas estabelecidas com classe ocupacional". Mesmo os padrões de consumo, que tem respondido pelo estabelecimento de novas clivagens, a nível agregado, encontram na classe ocupacional o seu determinante básico (Crompton, 1994: 168-9).

De modo geral, a problemática da ação de classe tem apresentado dois enfoques diferentes, porém relacionados. Analisam-se, de um lado, as ações de classe em relação à estruturação de classe ou formação de classe, considerando estratégias e localizações no espaço social. Busca-se, de outro lado, interpretar o potencial para a ação de classe, considerando de modo particular as circunstâncias em que certas condições econômicas e experiências comuns poderão conduzir o grupo à ação organizada (Crompton, 1994: 197-8).

Crompton adverte que as classes enquanto tais não agem. Os agregados ocupacionais ou de emprego, construídos pelos diferentes

esquemas de classe, definitivamente não agem. Mesmo para os teóricos que encaram as classes como agregados sendo ativamente construídos, indivíduos, líderes e organizações agem em nome da classe (Crompton, 1994: 202).

Classe e cidadania

T. H. Marshall iniciou na sociologia contemporânea uma linha de reflexão que realça o papel do desenvolvimento da cidadania social na mitigação das desigualdades de classe. Enquanto classe é concebida como a fonte das desigualdades fundamentais, a cidadania representa para Marshall uma tendência contrária, pois se caracteriza pela atribuição de direitos universais ao cidadão numa comunidade nacional. Existem três formas de cidadania no estado moderno: a cidadania civil, equivalente à igualdade perante a lei e ao acesso ao sistema jurídico; a cidadania política, atinente ao sufrágio universal e à democracia representativa; e a cidadania social, correspondente aos direitos de barganha coletiva e bem-estar social. Segundo Marshall, historicamente o desenvolvimento de um tipo serviu de plataforma ao desenvolvimento dos outros (Giddens, 1984: 54). A contribuição principal da cidadania para a mitigação das desigualdades de classe advém da sua dimensão social. Marshall não chegou a afirmar que os direitos sociais dissolveriam totalmente as desigualdades de classe. A guerra entre os direitos de cidadania e o sistema da classe capitalista resultaria mais numa trégua negociada, em que as tensões derivadas do conflito de classe seriam abrandadas (Giddens, 1982: 170).

Admirador do diagnóstico de Marshall, Lockwood argumentou que a cidadania emergiu como um elemento central na *moderna* ordem de status. A noção de cidadania é explorada sociologicamente como uma aplicação particular do conceito de status (Crompton, 1994: 18 e 143).

Dahrendorf desenvolveu a linha de reflexão de Marshall numa

interpretação do que seria o fulcro do conflito social moderno. A origem do conflito de classes encontra-se nas estruturas de poder que geram distribuição desigual das chances de vida. A sociedade moderna transformou os padrões de desigualdades e conflitos entre os homens de diferenças políticas qualitativas em diferenças econômicas quantitativas. Os processos nucleares da sociedade e políticas modernas destacam um antagonismo em especial: "o que ocorre entre a riqueza e a cidadania, ou, como virei a chamá-lo, entre provimentos e prerrogativas" (Dahrendorf, 1992:14). Provimentos dizem respeito às vantagens ou desvantagens em relação aos bens materiais e serviços. Prerrogativas correspondem a direitos que traçam fronteiras, criam acessos, oferecem oportunidades ou definem barreiras. A cidadania é um conjunto de prerrogativas.

Giddens expôs uma crítica consistente ao modelo de Marshall de interpretação das relações entre classe e cidadania. A conquista histórica dos direitos de cidadania num processo de luta tenaz desmente a visão da expansão dos direitos de cidadania como um processo de evolução natural conduzido pela mão de um estado beneficente. Além disso, é contestável o tratamento dos "direitos civis econômicos" como uma extensão dos direitos civis em geral, pois a "cidadania industrial" não pode ser apropriadamente equiparada aos direitos legais de liberdade individual. Lembra que a emergência dos direitos civis foi parte do processo de separação entre a "economia" e a "política", ou seja, vida de trabalho e participação no Estado, contribuindo para minar muitas das liberdades de que o Estado depende. Os direitos de cidadania, antes de oporem-se à realidade das classes, foram e continuam sendo um foco do conflito de classes. Invertendo os termos da análise, Giddens sustenta que é "mais adequado dizer que o conflito de classes tem sido um *meio de extensão dos direitos de cidadania*, que afirmar que a extensão dos direitos de cidadania ofuscou as divisões de classe" (Giddens, 1982: 173-4). Considerar os direitos de bem-estar como um eixo do conflito

de classes auxilia a compreender os limites, contradições e variações nacionais das provisões de bem-estar, sua dependência das particularidades das instituições estatais e relações de classe desenvolvidas nas diferentes sociedades.

Crompton reconhece que a luta de classe tem um papel importante na efetivação de ganhos de *status*, onde merece destaque o status de cidadão. Pondera, contudo, que os direitos de cidadania social, em particular, foram modelados segundo o figurino de estruturas familiares patriarcais. Por outro lado, chama atenção para a natureza universal dos direitos de cidadania e lembra que uma possível erosão da cidadania "afeta mais do que apenas a classe trabalhadora". A defesa da cidadania, por isso, ultrapassa as fronteiras de classe social (Crompton, 1994: 163-4).

O paradigma do trabalho

Offe considera que o objetivo da sociologia diz respeito à análise dos princípios que estruturam a sociedade, sua integração, conflitos e projeções ideativas. Os teóricos clássicos consideraram o trabalho a pedra de toque da teoria social em função de três pontos: a importância adquirida na vida social pelo trabalho em sua forma pura, dissociada de outras atividades; o nivelamento e mesmo inversão da velha hierarquia entre atividades "vulgares" e "nobres"; a separação do trabalho assalariado das formas de proteção tradicionais e sua vinculação à exploração capitalista. Hoje em dia, no entanto, o poder determinante abrangente do fato trabalho é questionável.

O "emprego" tem cada vez menos importância para o conteúdo da atividade social, percepção de interesses e estilo de vida. A heterogeneidade crescente do trabalho assalariado, sua diversificação interna, a erosão dos alicerces culturais e políticos da identidade coletiva focalizada no trabalho, ampliaram a crise da centralidade do fator trabalho. O trabalho assalariado sofre muitas rupturas.

Segmenta-se entre mercados de trabalho primários e secundários, internos e externos. A produção de muitos bens vem ocorrendo fora dos liames do trabalho assalariado formal e contratual. Cresce as posições de classe "intermediárias" na hierarquia empresarial e social. Ampliam-se as diferenças entre formas de trabalho "produtivo" e de "serviços".

A esfera do trabalho não é mais organizada e governada por uma racionalidade unificada. O setor de serviços realiza uma produção de base conceitual e organizacional, desconhece um "critério de eficiência econômica" indiscutível, inclina-se à não-estandardização e envolve-se na "produção" de ordem e normalidade. Aparece como "corpo estranho indispensável" face ao regime de racionalidade econômica formal.

A ética do trabalho entra em declínio. O trabalho tem deixado de possuir um papel central na organização da existência individual, seja no nível da sanção normativa como *dever* seja no plano da imposição como *necessidade*. A racionalização enfraquece as orientações "morais" em relação ao trabalho. Decaem as obrigações e direitos associados à "dignidade do produtor" e ao seu reconhecimento social. Os mecanismos de estímulo positivo ou negativo relacionados à renda têm efeitos limitados sobre a quantidade e a qualidade dos esforços de trabalho, dado os níveis de salários e saturação de consumo existentes na Europa Ocidental. A esfera do trabalho tem confinado-se às margens da biografia, transformando-se num interesse "entre outros" e perdido o seu papel de força estimulante central da atividade social.

Enfim, houve uma "implosão" do poder da esfera de trabalho de determinar a vida social. A teoria sociológica deve debruçar-se em torno da pesquisa de novos âmbitos de agência social e formas de racionalidade (Offe, 1994: 171-97).

A obra de Habermas, por seu turno, foi sendo construída em torno da polaridade *trabalho* e *interação*, herdada do jovem Hegel.

Desde meados da década de 60 realça, em contraposição ao trabalho, o papel da interação e comunicação simbólica na vida social (Merquior, 1987: 233-4). Crítico do paradigma do trabalho elaborado por Marx, Habermas argumenta que a "interação social", mediada simbolicamente, é uma dimensão igualmente irredutível da prática humana. Aos poucos a noção de interação foi substituída pela de comunicação, sendo que esta veio a ser cada vez mais identificada com a linguagem. A linguagem é apresentada com o *fundamento* universal da vida sócio-cultural (Anderson, 1984: 70-5). Na concepção societária de Habermas "o fato aglutinador básico dos indivíduos numa sociedade (...) o elemento funcional que faz com que as pessoas contraiam relações sociais não é o trabalho, mas a interação mediada lingüisticamente" (Aragão, 1992: 118). Os processos fundamentais da evolução ocorrem na área da consciência prático-moral. O aumento da complexidade sistêmica, associado ao desenvolvimento das forças produtivas, depende da institucionalização de nova forma de integração social. As transformações fundamentais dependem mais das regulações morais, do que das forças econômicas.

No entendimento de Habermas, o paradigma da produção traz problemas à teoria da sociedade. Restringe o conceito de práxis. O conjunto das formas de manifestação cultural dos sujeitos não pode ser vista como produto do trabalho em sentido restrito. O modo naturalístico de conceber a prática do trabalho como um processo osmótico entre a sociedade e a natureza, dificulta a abordagem da questão dos conteúdos normativos. O fim historicamente previsível da sociedade do trabalho compromete a plausibilidade histórico-universal do paradigma da produção, já que o significado nitidamente empírico do conceito de práxis ficará sem referente (Habermas, 1990: 84).

Habermas censura Marx por não ter distinguido adequadamente entre "o nível de diferenciação sistêmica que a modernidade implica e

as formas específicas de classe em que esse nível se institucionaliza" (Habermas, 1987: 481). Considera que os processos de coisificação não se apresentam apenas na esfera do mundo do trabalho: podem se manifestar nos âmbitos públicos e nos âmbitos privados da existência, além de envolver tanto o papel de consumidor quanto o papel de trabalhador (Habermas, 1987: 483-4). No capitalismo tardio surge um novo tipo de efeitos coisificadores não especificamente deriváveis da estrutura de classe, que se fazem sentir "sobretudo nos âmbitos de ação estruturados comunicativamente, ou seja, fora da esfera da produção" (Habermas, 1987: 493). O Estado social promove a normalização dos papéis integrantes do sistema de ocupações. A pacificação do mundo do trabalho tem como correlativo "o equilíbrio que se estabelece (...) entre o papel de *cidadão, generalizado*, assim como *neutralizado*, e o inflado *papel de cliente*" (Habermas, 1987: 494-5). A pacificação do conflito de classes operada pelo Estado social e a anonimização das estruturas de classe fazem com que fique cada vez "menos possível identificar mundos da vida estritamente específicos de classe" (Habermas, 1987: 497).

Antunes, por sua vez, parte do diagnóstico de que a *classe-que-vive-do-trabalho* passa por uma crise aguda, que afeta tanto a sua *materialidade* quanto a sua *subjetividade*, ou seja, afeta a sua própria *forma de ser*. Esta crise tem ligação com a emergência de novos processos de trabalho, que vêm acarretando transformações significativas nas formas de inserção do trabalho na estrutura produtiva. A crise tem alimentado na teoria social o questionamento da condição do *trabalho* como *protoforma* da atividade dos seres sociais (Antunes, 1995).

Assiste-se a um processo de incremento da *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora. Nos países de capitalismo avançado, de modo especial, ocorre clara redução do proletariado manual industrial, ao lado de uma brutal taxa de desemprego estrutural. De modo paralelo, aumentam as formas de

subproletarização, compondo uma legião de trabalhadores parciais, precários, temporários e subcontratados. A mão de obra feminina passa a perfazer mais de 40% da força de trabalho global dos países capitalistas avançados. Uma parte expressiva integra o contingente subproletarizado. O setor de serviço agigantado conserva majoritariamente um caráter improdutivo. Ocorre igualmente uma alteração *qualitativa na forma de ser* do trabalho. Há uma tendência a uma maior *qualificação* ou intelectualização de parcelas do trabalho social. Cada vez mais funções da capacidade de trabalho se incluem no trabalho produtivo global. Paralelamente, tendência oposta precipita a desqualificação de diversos setores do trabalho, envolvendo desde a *desespecialização* do segmento de operários profissionais da fábrica fordista, até a massa de trabalhadores subproletarizados. Forma-se um *centro* e uma *periferia* no mundo do trabalho. No *centro* do processo produtivo estão os trabalhadores de tempo integral, com maior segurança e melhor padrão salarial. Na *periferia* ficam os trabalhadores com habilidades facilmente disponíveis no mercado, ainda que contratados por tempo integral, e a massa de empregados parciais, precários, temporários e subcontratados. A *classe-que-vive--do-trabalho* não está em vias de desaparecimento, porém complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se (Antunes, 1995: 41-5).

As metamorfoses do mundo do trabalho têm atingido, como não poderia deixar de ser, a *subjetividade* da classe trabalhadora. Há uma crise do movimento sindical dos trabalhadores, cuja expressão mais nítida é a tendência de diminuição da participação sindical. O fosso aberto entre os trabalhadores do *núcleo* e da *periferia* do mundo do trabalho está na raiz do processo. De um lado, o sindicalismo sente dificuldades em incorporar os segmentos subproletarizados, de outro lado, intensifica-se uma tendência neocorporativa entre os trabalhadores estáveis, vinculados aos sindicatos (Antunes, 1995: 59-72).

Faz-se necessário qualificar melhor a crise do mundo do trabalho. A crise afeta o trabalho *abstrato* ou o trabalho *concreto*? Na verdade, a crise da sociedade do trabalho *abstrata tem sido* entendida erroneamente como a crise da sociedade do trabalho *concreto*. É possível divisar o fim do trabalho *abstrato*, produtor de valores de troca, mas não conceber, no âmbito da sociabilidade humana, a extinção do trabalho "como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, *protoforma* de uma atividade humana" (Antunes, 1995: 82). O trabalho não é o elemento *único* ou *totalizante* da atividade humana. A atividade humana é multilateral mas tem na esfera do trabalho a sua base de sustentação. A fragmentação, heterogeneização e complexificação do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, não solaparam o papel central que a *totalidade do trabalho social* joga no processo de criação de valores de troca. Este processo dificulta, mas não *impossibilita*, a atuação convergente destes segmentos enquanto classe. Persistem os antagonismos entre *o capital social total* e a *totalidade do trabalho* (Antunes, 1995: 75-97).

Classe e fatores não econômicos

Um importante foco de controvérsia na análise de classe diz respeito ao grau em que os fatores sociais ou culturais, em contraste com os econômicos, devem ser levados em conta na identificação da classe social e explicação do comportamento coletivo (Crompton, 1994: 110).

A crítica feminista realçou o viés dos estudos empíricos que fazem da estrutura de classes o equivalente da estrutura do emprego masculino, na medida em que reconstroem o seu objeto amparados na condição do "chefe de família". A estrutura de classe (emprego) é sobremaneira atravessada pelo fator gênero, de modo que é difícil desenredar os efeitos de "classe" e "gênero". A divisão do trabalho por gênero é uma realidade da vida social proeminente tanto na esfera

pública quanto na privada. A persistência da segregação ocupacional divide a estrutura ocupacional em ocupações "femininas" e "masculinas". O status e as recompensas de certas ocupações são determinadas historicamente pelo fato de serem ocupações "femininas". O "patriarcado", a dominação da mulher pelo homem, tem sido um sistema de moldagem da estrutura de emprego similar à classe, sendo que a mulher sofre uma dupla desvantagem, decorrente tanto do seu sexo quanto do seu emprego (Crompton, 1994: 94 e 100-1).

Pesquisadores como Goldthorpe, numa atitude autocrítica, passaram a definir a posição de classe da família a partir da ocupação "dominante" em termos materiais. Segundo Crompton esta mudança de estratégia apenas desvia a atenção das limitações mais sérias desta abordagem em relação à questão da mulher, como é o caso do uso da família como unidade de análise de classe. O correto seria tratar a escolha da unidade de análise, a nível empírico, como uma questão dependente do escopo da investigação (Crompton, 1994: 96-7).

Constata-se que a noção de cidadania, longe que ser neutra, foi profundamente marcada pela diferenciação de gênero. As mulheres foram incorporadas no estado de bem-estar não tanto como trabalhadoras e cidadãs, mas particularmente como esposas e mães. Por outro lado, os direitos de bem estar não estritamente relacionados ao emprego, continuam não sendo enfatizados. Apesar dos progressos, talvez a maioria das mulheres ainda viva as limitações de uma cidadania de segunda classe. Entretanto, as conquistas graduais obtidas em termos de cidadania tiveram inegavelmente um impacto na localização da mulher dentro do sistema de estratificação (Crompton, 1994: 148-53).

Amplas evidências empíricas demonstram que fatores tipicamente étnicos reproduzem obstáculos estruturais sistemáticos à realização dos direitos plenos de cidadania dos negros em países como a América e Inglaterra. No plano teórico, Rex focaliza o estudo

das "relações raciais" de modo a incorporar o âmbito das desigualdades enraizadas em processos de opressão, coerção e exploração entre grupos étnicos (Crompton, 1994: 153-4).

Discute-se igualmente o papel do status na estruturação das desigualdades. O conceito de status abarca três dimensões: (a) grupos de prestígio ou comunidades de consciência; (b) estilos de vida ou posição social; (c) pretensões, não baseadas no mercado, de prerrogativas materiais ou "chances de vida". A convergência de estilo de vida, comunidade de consciência e compartilhamento de cultura comum contribui para a criação de grupos diferenciados, alimentando "novos focos para a articulação de interesses e preocupações". Crompton advoga a necessidade de um reconhecimento explícito das inter-relações de classe e status. A análise de classe social pressupõe o inter-relacionamento do "econômico" e do "social" (Crompton, 1994: 128-31).

Certos autores consideram que os incrementos na produtividade econômica e na capacidade de gerar riqueza, ao elevarem os padrões de vida, têm aumentado a importância das questões relacionadas a consumo e estilos de vida na moldagem de atitudes e comportamentos. O setor de consumo estaria mesmo servindo de base a novas divisões sociais, a um processo de "reestratificação social". Entretanto, estas tendências estão longe de suplantam a força da classe ocupacional no condicionamento de diferentes aspectos do comportamento e atitudes (Crompton, 1994: 167-70).

Teóricos do estilo de vida pós-moderno têm argumentado que a cultura deve ser considerada uma variável independente na construção da posição ou *habitus* de classe e que a hiper-inflação de símbolos vinculada ao crescimento do capitalismo de consumo aumentou, em termos relativos, o significado da cultura nos processos de estruturação de classe. Entretanto, o significado crescente do consumo e estilo de vida na sociedade atual não deve obscurecer o fato de que os fatores econômicos ainda jogam o papel principal na

estruturação e persistência dos sistemas de desigualdades sociais. Além do mais, a "diferenciação cultural sozinha não pode nem sustentar nem explicar a ordem de estratificação" (Crompton, 1994: 203).

Os enfoques que privilegiam a idéia de estruturação de classe consideram as relações entre classe e cultura ou estilo de vida dentro de um *processo*, cujo resultado, dependente da luta e conflito, irá gerar a classe (Crompton, 1994: 173).

As grandes divisões de classe em foco

Classe superior

Waters propõe um modelo de quatro classes para retratar a estrutura de classes da sociedade contemporânea, ainda que reconheça problemas de aplicabilidade. O modelo identifica uma classe superior, que possui / controla propriedade, com o que obtém privilégios através da exploração do trabalho alheio. Trata-se de agrupamento de forma típica altamente orientado para a acumulação de capital. Esta classe é integrada por segmentos ("sub-classes") formados por controladores de corporações e agências estatais, de um lado, e gerentes executivos, pequenos empregadores e profissionais independentes, de outro. A propriedade representa a base da desigualdade de classe (Waters, 1991: 165-6).

Nas sociedades capitalistas avançadas, ampla evidência empírica demonstra que o poder político e econômico estão estreitamente vinculados à propriedade e ao controle do capital, permanecendo concentrados dentro de uma relativamente pequena classe superior (Crompton, 1994: 193).

Em termos de mobilidade social, não é certo que a maioria dos países desenvolvidos estejam tornando-se sociedades mais "fluidas" e "abertas". Estabelecendo distinção entre mobilidade absoluta e

mobilidade relativa, Goldthorpe sublinha a notável resistência às mudanças demonstrada pelas taxas diferenciais *relativas* de expectativas de mobilidade (Crompton, 1994: 68).

Autores como Offe e Weisenthal ponderam que a estabilidade da classe dominante ou capitalista, não diz respeito apenas à sua superioridade de recursos, mas deita raízes também nas suas capacidades organizacionais diferenciadas (Crompton, 1994: 198).

Goldthorpe identifica a existência de uma "classe de serviço" nos níveis elevados da estrutura ocupacional, que incorpora autonomia, exercício de autoridade delegada e a segurança da carreira burocrática. Ao contrário de Goldthorpe, que enfatiza a sua condição de força conservadora, Lash e Urry entendem que a "classe de serviço" tem sido, no período atual, um elemento desestabilizante na sociedade capitalista, ao lutar para proteger seus interesses próprios e sobrecarregar o Estado com demandas diversificadas (Crompton, 1994: 92).

Classes médias

Dentro de seu esquema de quatro classes Waters caracteriza a classe média pela posse de autoridade (recursos organizacionais) ou habilidades credencializadas ou, de forma mais rara, pequena propriedade. Estes recursos são usados para garantir vantagens de mercado, privilégios e uma certa autonomia. A questão da estabilidade e unidade da pequena burguesia é vista como uma das dificuldades maiores do modelo de quatro classes, ao lado da problemática da localização dos trabalhadores de colarinho-branco. A visão da pequena burguesia como entidade unitária distinta é contestada. Já os grupos ocupacionais de colarinho-branco têm desagregado-se num setor profissional de elevado controle/autonomia e num setor clerical de baixo controle/autonomia. A classe média está composta por sub-classes, em que pontuam, de um lado, gerentes e

administradores médios e empregados especialistas, e de outro, "managerial clerks" e supervisores indiretos, além de semi-profissionais e técnicos. A base da desigualdade provém da autoridade e das credenciais (Waters, 1991: 164-6).

As transformações do emprego revelam a superação da fronteira convencional entre trabalho manual e não-manual. Merece grande consideração os processos de diferenciação dentro das ocupações não-manuais (Crompton, 1994: 112). A expansão do emprego não-manual vem caracterizando-se por uma extrema heterogeneidade. Um dos traços dos sistemas de estratificação do capitalismo industrial é o "desenvolvimento contínuo de uma formação heterogênea de classes médias" (Crompton, 1994: 196). Registra-se a emergência de uma grande variedade de grupos ocupacionais, cujo traço comum está no fato de *não* serem trabalhadores manuais. O trabalho de serviço demanda crescentemente as denominadas *habilidades sociais* (saber receber, vender, confortar, etc). Bourdieu fala de uma nova pequena burguesia formada por ocupações que comportam basicamente apresentação e representação, envolvendo as instituições que promovem bens e serviços simbólicos. São os "mercadores de carência" ou os "novos intermediários culturais". Lash e Urry falam do desenvolvimento de "produtores de signos", que usam o seu capital cultural para estabelecer novos sistemas de classificação de modo a criar empregos a serviço de suas ambições. A classe média vive processo de fragmentação cultural que parece refletir a fragmentação econômica e espacial dos diferentes grupos ocupacionais em que se divide (Crompton, 1994: 175-82). A externalização pelas "firmas flexíveis" de parcelas das suas atividades, ao afetar as hierarquias gerenciais, tem ocasionado o declínio das estruturas burocráticas de carreira das classes médias. A direção e o alcance das transformações realçam o quanto são infrutíferas as tentativas de "especificar uma localização teórica precisa das fragmentadas classes médias dentro da estrutura de

empregos/ocupações". Esta fragmentação condiciona a ocorrência de variações em termos de consciência social dentro das "classes médias", dando origem potencialmente a diversas "imagens da sociedade", preferências e comportamentos políticos (Crompton, 1994: 202-5).

Classe trabalhadora

Um abrupto colapso da manufatura na maioria das economias ocidentais tem resultado numa declínio das ocupações convencionalmente descritas como da "classe trabalhadora". Debate-se a crise do mundo do trabalho. Crompton sustenta que uma das mudanças relativamente permanentes nos sistemas de estratificação do industrialismo capitalista corresponde ao "declínio proporcional de uma classe trabalhadora internamente homogênea" (Crompton, 1994: 196). As mudanças na organização da produção, em conjunto com a passagem para a economia de serviço, tem erodido o papel do processo de trabalho coletivamente compartilhado como fonte (potencial) de ação coletiva da classe trabalhadora. O declínio relativo da classe trabalhadora organizada tradicional tem implicado no enfraquecimento do papel das suas entidades representativas na manutenção e extensão dos direitos de cidadania (Crompton, 1994: 199-200). Os estudos de Goldthorpe sobre a Inglaterra, por outro lado, enfatizam a "maturidade" da classe trabalhadora, decorrente da estabilidade das taxas relativas de mobilidade e auto-recrutamento através de várias gerações (Crompton, 1994: 68-9).

Waters considera que a questão da integridade da classe trabalhadora desafia a aplicabilidade dos modelos de quatro classes à sociedade contemporânea. Defende a necessidade de incorporar teorias sobre o mercado de trabalho dual. Feita a ponderação, identifica a classe trabalhadora com a condição de posse e negociação

da força de trabalho, vinculando-a também à capacidade de estruturar o mercado de trabalho, em certa medida, em seu próprio benefício, através da manipulação da oferta de trabalho pelas suas organizações representativas. A classe trabalhadora tem como seus principais segmentos, os trabalhadores rotineiros de escritório e supervisores diretos, os trabalhadores manuais qualificados, além de outros trabalhadores manuais do setor primário. As bases da desigualdade reportam-se à força de trabalho (Waters, 1991: 165-6).

Sub-classe

O debate envolvendo a existência de uma sub-classe não é novo na sociologia. Entretanto, esta temática tem ganhado novo relevo, possivelmente devido ao agravamento dos processos de exclusão (desemprego estrutural, orientações em relação a trabalhadores migrantes, etc). Waters coloca a sub-classe como a quarta grande divisão do seu modelo de quatro classes. Pertencem à sub-classe todos aqueles que são submetidos a uma atribuição de status com base em gênero, etnicidade, idade ou outro fato capaz de restringir sua capacidade de obter um bom preço para o seu trabalho no mercado. Tendo como base de desigualdade de classe a atribuição de status e a subordinação, a sub-classe compõe-se de trabalhadores manuais do setor secundário do mercado de trabalho, de um lado, e dependentes do Estado, de outro (Waters, 1991: 165-6).

A identificação do fenômeno da sub-classe, para Crompton, envolve um conjunto de fatores vinculados: crescimento do desemprego de longa duração; aumento de lares de família com apenas um parente, usualmente a mãe; concentração espacial de pobres em áreas decadentes; dependência econômica de provisões estatais. Em países como os EUA, agrega-se a variável etnicidade. Tudo indica que a recessão econômica e os cortes de provisões de bem-estar por governos conservadores contribuíram para o

agravamento do fenômeno na última década. Entretanto, não se deve esquecer que no capitalismo competitivo sempre há uma "sub-classe" (Crompton, 1994: 194-6).

Sociedade pós-industrial e classes sociais

Esping-Andersen, editor do livro *Changing Classes*, esboça um modelo analítico aplicável à estrutura de classes pós-industrial e apresenta os resultados de um estudo comparativo da formação de classe emergente em seis sociedades avançadas (Esping-Andersen, 1993). Os aspectos teóricos mais genéricos deste modelo encontram-se apresentados no tópico "Teorizações e estratégias analíticas".

Esping-Andersen postula que as forças dirigentes subjacentes ao processo de pós-industrialismo incidem nos nexos entre lar e trabalho, remodelando-os. Está nascendo um "novo tipo de estruturação de chances de vida tanto nas ocupações industriais quanto nas de serviço" (Esping-Andersen, 1993: 15). Muito da essência revolucionária da emergente sociedade pós-industrial radica na superação da lógica de gênero da ordem industrial fordista, com a sua particular divisão sexual do trabalho, em que prevalecia a dedicação da mulher à reprodução do lar. A estrutura do estado de bem-estar aparece como uma "característica chave no processo contemporâneo de estratificação social" (Esping-Andersen, 1993: 20). Uma proporção crescente de posições passa a ser definida por credenciais educacionais. A centralidade da educação introduz um novo filtro de classe e fortalece as diferenças entre os países em termos de estruturas de classe. Tudo leva a crer que "muitos dos princípios fundamentais que sustentaram o capitalismo industrial não prevalecem mais" (Esping-Andersen, 1993: 21). A economia divide-se em dois setores com duas lógicas gerais distintas: o setor de atividades associadas ao sistema fordista, de um lado, e o setor de

serviços pós-industriais, de outro. As classes ocupacionais emergentes ordenam-se de acordo com uma hierarquia pós-industrial, que combina uma estrutura de comando/autoridade (em menor grau) e uma estrutura de capital humano. Três forças institucionais, em particular, intervêm na reformulação da estrutura de emprego: o estado de bem-estar, a educação e o sistema de relações industriais.

O estudo empírico comparativo dos seis países revela que estão emergindo novos critérios de seleção de classe. A abertura de oportunidades de emprego e carreira dependem das conexões de auto-serviço familiar, políticas estatais de bem-estar e preferências de lazer. Aumenta a influência dos novos tipos de suprimento de trabalho (educação, perícia científica e habilidades sociais). A aquisição das habilidades sociais, valorizadas no mercado de trabalho, faz-se principalmente na família e caras escolas de elite. Um novo nexo de classe pode ser potencialmente catalisado pelo acesso diferencial a credenciais educacionais e habilidades sociais. Uma conexão reformulada entre vida de trabalho, família e estado tem sido a principal contribuição para um processo dramático de mudança da estrutura de empregos. A mulher torna-se um agente independente dentro do esquema de classes pós-industrial. Emerge um processo de formação de classe específico em termos de gênero, de modo que imensos setores da economia representam um mercado de trabalho feminino. Além disso, transforma-se a conexão de auto-serviço familiar, redesenhando-se o ciclo de vida da mulher. Os empregos não qualificados de serviço sofrem um processo de divisão por gênero, em que a mulher sem qualificação encontra-se presa a um circuito fechado de mobilidade, enquanto para o homem o fechamento inter-ocupacional é menos evidente. Os trabalhadores de comércio (mais baixos), em particular, demonstram um potencial para fechamento de classe em termos de circuito de mobilidade relativamente fechado. Entretanto, os empregos profissionais qualificados, técnicos e semi-profissionais estão crescendo mais

rapidamente, na estrutura ocupacional, que os empregos de serviço inferiores e terminais. No plano geral, a fluidez dos padrões de mobilidade mostram que não ocorre nenhum fechamento social significativo, de modo a gerar um massivo proletariado de serviço pós-industrial. Os trabalhadores de serviço não-qualificados, estruturalmente indeterminados, não formam propriamente uma classe, mas uma massa de pessoas temporariamente forçada a pegar empregos ruins. Paradoxalmente, o alto nível de mobilidade na base, convive com notável grau de fechamento nos empregos de elite .

Esping-Andersen sintetiza o estudo comparativo sugerindo que "uma distinta estrutura de classes pós-industrial pode estar emergindo" (Esping-Andersen, 1993: 239).

Teorizações e estratégias analíticas

Numa tentativa de buscar os elementos de uma teorização "convergente" entre distintas tradições Waters desenvolve um enfoque enfatizando o "retorno do social" na análise de classe. Nesta ótica, classe social caracteriza-se pelo fato dos seus membros terem uma situação comum de recursos/dependência em relação ao mercado. Suas condições e oportunidades são similares em termos de vantagens e/ou desvantagens. As classes sociais são auto-reproduzidas através do tempo. Há ampla mobilidade intra-classe e baixa extra-classe. Praticam-se estratégias de "fechamento" do intercurso social inter-classe. A ação coletiva de fechamento social é direcionada à influência ou controle sobre o sistema econômico e estatal (Waters, 1991: 156-7).

Waters destaca a natureza substantiva do social como um processo unificado. As classes sociais, por terem um caráter sócio-econômico, dependem de um conjunto de processos que tem a ver com a reprodução do trabalho humano e a constituição de recompensas diferenciadas. Sistemas de produção e reprodução

similares dão origem a um padrão comum de estrutura de classes, regra geral composta de um relativo pequeno número de classes. Os padrões de ingresso e associação, em conjunto com as relações de imposição, são responsáveis pelo delineamento das fronteiras de classe, de sorte que o fechamento de mercado e a localização organizacional apresentam-se como processo de classe centrais. A estrutura de classes é perpassada por padrões de exploração emergentes da diferenciação de recursos, gerados a nível tanto da "capitalização" quanto do consumo (Waters, 1991: 167).

Goldthorpe associa classe às forças que sistematicamente estruturam chances de vida coletiva, criando uma situação de fechamento social. Os processos sociais moldam distintos cenários de chances de vida, que apresentam certa uniformidade. A formação de classe pode assumir múltiplos caminhos. O pertencimento de classe é elucidado pelas experiências de mobilidade das pessoas (Esping-Andersen, 1993: 225-6). A identificação das classes sociais depende dos "limites de mobilidade". Os padrões de mobilidade social são cruciais para a constituição da "identidade demográfica" de uma classe (Crompton, 1994: 52 e 59).

A análise de classe é vista pelo eminente sociólogo inglês principalmente como um "programa de investigação". O esquema de classe de Goldthorpe é construído através da agregação de categorias ocupacionais em que se privilegiam as situações de "mercado" e "trabalho". Decompõe-se em sete categorias agregadas em três grandes divisões: serviço, intermediário e trabalhador. O esquema de classe é utilizado apenas como ponto de partida da estratégia total da análise de classe. Caracterizada a identidade demográfica de classe, a análise volta-se para a questão da formação de classe sócio-política, ou seja, o grau de distinção dos membros das classes identificáveis, orientações e modos de ação sócio-políticas (Crompton, 1994: 58-60).

Esping-Andersen prega a necessidade de uma teoria

institucional da estratificação, postulando que a inserção do mercado de trabalho entre um conjunto de instituições sociais superiores explica as transformações dos nexos de emprego na sociedade pós-industrial. A teoria de classe viciou-se ao pensar em termos de um mundo institucionalmente nu ou desprotegido. Entretanto, os filtros institucionais modificam as relações de emprego, podendo também moldar a direção da mudança (Esping-Andersen, 1993: 8-9).

Classe pressupõe certo grau de fechamento social e depende das regularidades de chances de vida e dos padrões de mobilidade ocupacional. O grau de fechamento pode ser pensado em termos de estabilidade de "pertencimento" e da sua capacidade de moldar sistematicamente mobilidade de emprego e curso de vida. Apenas a análise dinâmica dos padrões de mobilidade através do ciclo de vida permite apurar e determinar a formação de classe. Uma genuína análise do fechamento de classe precisa estabelecer os mecanismos da mobilidade ocupacional no curso da vida (Esping-Andersen, 1993: 14-6 e 28).

Crompton analisa o uso problemático da variável ocupação como medida de classe. Posições ocupacionais não incorporam as diferentes dimensões da desigualdade e nem capturam adequadamente a realidade das *relações* de classe. Além disso, classe tem sido pensada teoricamente como algo mais que simples agregados ocupacionais. Agregados de emprego não representam "entidades reais com interesses identificáveis e capacidades de agir" (Crompton, 1994: 114).

O uso da estrutura de emprego, adverte Crompton, não permite chegar a uma medida "não contaminada" de classe social pois outros fatores entram na própria estruturação das relações de emprego. Revela-se extremamente difícil separar o "econômico" do "social" ou "cultural" na análise de classe. Relações sociais subjacentes à condição de classe, assim como vínculos entre estrutura, consciência e ação não podem ser adequadamente apreendidos por abordagens

que "descansam, em última análise, sobre a agregação de atributos individuais" (Crompton, 1994: 116). Mas apesar dos problemas, que não podem ser obscurecidos, medidas baseadas em emprego conservam a sua utilidade enquanto indicador de desigualdade de classe e medida de "chances de vida". Afinal, o trabalho permanece como "o mais significativo determinante do destino de vida da maioria dos indivíduos e famílias nas sociedades industriais avançadas" (Crompton, 1994: 120).

Crompton faz um balanço dos defeitos principais das tentativas de construir um esquema teórico de classe universalmente válido: a impossibilidade empírica de identificar "classe" independentemente de outros processos; a tendência ao reducionismo; os pressupostos estereotipados em relação ao papel do gênero na divisão do trabalho; for fim, a separação analítica entre estrutura de classe e ação de classe. Extraí a lição de que uma nova abordagem não deve pretender aplicar uma única estrutura conceitual a diferentes sociedades, mas considerar tanto a diversidade quanto a uniformidade dos efeitos da estratificação (Crompton, 1994: 188-9 e 207).

Numa linha de preocupação semelhante, Giddens aponta quatro erros que devem ser evitados na análise da estrutura de classe das sociedades de hoje: a super-generalização com base num período curto de tempo; a generalização com base em apenas uma sociedade; a suposição de que a mudança social é somente controlada por desenvolvimentos imanentes; por último, a desconsideração do contexto internacional da organização e mudança sociais (Giddens, 1982: 164-5).

VII) CONCLUSÃO

O marxismo analítico pretende renovar a problemática marxista com o auxílio da metodologia patrocinada pela economia neo-clássica. Elster representa nesse movimento acadêmico o pólo mais intransigente de defesa do individualismo metodológico. Recentemente tem relativizado o conteúdo de "escolha racional" na explicação dos mecanismos da ação individual e debruçado-se também sobre os fundamentos emotivos profundos das normas sociais. Em sua compulsão reducionista, na busca de micro-fundamentos da ação e dos processos sociais, chega a rebaixar a sociologia a uma psicologia social (Elster, 1994). O reducionismo individualista mais simplificador de Elster introduz uma contradição insolúvel no próprio âmago da sua teorização. Ao desconhecer a natureza relacional das classes sociais, é incapaz de explicar as ordens de preferências e a distribuição de recursos dos atores que entram em interação social (Burawoy, 1991: 102).

No âmbito do marxismo analítico, autores como Roemer e Przeworski aceitam a metodologia porém levantam restrições a certos pressupostos ontológicos da economia neo-clássica. Przeworski advoga que a força do individualismo metodológico é *metodológica*.

Defende a abordagem "econômica", ou seja, neo-clássica, que aplicada à sociologia significa encarar as relações sociais como estruturas de escolhas disponíveis aos agentes (Przeworski, 1989: 118). Considera que o pressuposto do interesse pessoal, ou seja, o postulado básico da escola neo-clássica, é mais rejeitável que substituível. Critica a visão ontológica de uma sociedade formada por "indivíduos" não diferenciados, imutáveis e dissociados. Admite que os recursos analíticos da teoria dos jogos, na atualidade, não têm nada a dizer a respeito do processo histórico (Przeworski, 1988: 7, 11 e 22). Roemer sustenta a idéia da maleabilidade e do condicionamento social das preferências do sujeito. Defende a necessidade de desenvolver um psicologia materialista capaz de derivar as preferências a partir das dotações de recursos e da história. Enfatiza a importância da análise da formação das preferências que conduzem à ação coletiva de classe (Roemer, 1989c: 222-3 e 232). Entretanto, o marxismo analítico padece tanto de fragilidade teórica quanto metodológica. A ontologia relacional do marxismo não é compatível com uma metodologia individualista. As relações sociais só existem através dos indivíduos (o que é um truísmo), mas isso não quer dizer que são *reduzíveis* aos indivíduos. A análise marxista da sociedade capitalista mostra que capitalistas e operários "são o que são somente em virtude da sua posição num conjunto de relações que criam as condições de sua existência" (Weldes, 1991: 146). A possível análise do comportamento individual e das interações entre indivíduos específicos exige a compreensão prévia das estruturas e instituições que formam o "contexto social (irreduzível) no qual ocorrem" (Weldes, 1991: 139).

A aplicação da metodologia neo-clássica por Roemer faz com que as suas refutações e afirmações teóricas apoiem-se num processo eminentemente hipotético-dedutivo, que é exercitado através do "teste" de consistência lógico-matemática dos modelos abstratos propostos. Entretanto, este recurso de "prova" é discutível. A

coerência lógica interna do corpo teórico não assegura a sua relevância e adequação empírica. São bem conhecidas as limitações da "realidade imaginária" construída por certos modelos de inspiração neo-clássica. Da própria seara do marxismo analítico surgem considerações acerca das inconsistências e paradoxos da teorização de Roemer. Nos seus teoremas a riqueza é considerada renda acumulada e a renda, por sua vez, é determinada apenas pela riqueza inicial. Considerar que a distribuição final da renda é determinada unicamente pela distribuição inicial da riqueza implica em concluir que os operários, por mais que se organizem e lutem, não são capazes de melhorar a suas condições sob o capitalismo. Além disso, desconhece-se que a renda é influenciada não só pelas dotações produtivas alienáveis mas também pelas dotações desiguais de habilidades de trabalho. Por outro lado, Roemer constrói uma teoria que dissocia acumulação e luta de classes. A exploração, ou melhor, a "injustiça ética" da exploração, explica a luta de classes. Os operários tendem a preferir a "retirada" do capitalismo por uma questão de escolha racional, motivados apenas por seus interesses materiais. A exploração, no entanto, não explica a acumulação de capital. Em contraponto crítico, Przeworski defende a necessidade de construir uma teoria que articule exploração do trabalho, luta de classes e acumulação do capital. Ainda que as suas "soluções" sejam contestáveis, o alerta é importante (Przeworski, 1989: 267-78).

Wright desenvolve todo um programa de pesquisas inspirado na elaboração teórica de Roemer. Entretanto, os seus estudos empíricos não parecem voltados especialmente para entrar no mérito do *fundamento* da construção teórica de Roemer, ou seja, a idéia de que a exploração surge puramente das desigualdades nas distribuições dos ativos produtivos e, por isso, não teria nenhuma relação com a extração de trabalho no bojo do processo de trabalho e de realização do capital. Ainda que Wright faça uma defesa das teses de Roemer, o valor maior das suas investigações empíricas não gira em torno de

uma possível confirmação pela via empírico-indutiva de idéia desenvolvida antes pela via hipotético-dedutiva. Uma investigação comparativa entre os EUA e a Suécia comprova que a posse diferencial de ativos produtivos associa-se às desigualdades de percepção de renda pessoal. Wright considera "plausível supor que é estreita a relação entre exploração e renda pessoal" (Wright, 1989: 153). Baseando-se nessa suposição, afirma que os resultados empíricos "são sistematicamente consistentes com a proposta de reconceituação de classe em termos de relações de exploração" (Wright, 1989: 161). A afirmação absolutamente plausível, ainda que não tivesse sido empiricamente comprovada, de uma associação entre ativos produtivos e renda pessoal (indicando relações de exploração, segundo Wright), não decide a respeito do mérito dos *fatores geradores* desta associação: a extração de trabalho excedente, amparada na posse diferencial de ativos produtivos, como quer o marxismo clássico, ou a simples (sem mediações?) desigualdade em termos de dotações iniciais de ativos, como pretende Roemer. Aparte a questão dos fundamentos últimos da exploração, o certo é que Wright trabalha a análise de classe amparado na idéia de apropriação quantitativa e qualitativamente diferenciada de ativos produtivos, dentro de uma noção ampliada de "propriedade" que envolve além dos ativos em meios de produção, os ativos organizacionais e os ativos de habilidades.

O estudo de Giddens sobre a estrutura de classes dos países desenvolvidos possui inegavelmente um acento weberiano, ainda que se considere as ponderações em contrário do autor. Apenas depois o autor passa efetivamente a destacar a centralidade do contrato de trabalho para a estrutura de classes da sociedade capitalista. Afinal, nos termos da formulação original de Giddens, o contrato de trabalho capitalista deveria ser visto como o principal fator de estruturação *mediata* das relações de classe, já que é considerado o eixo do sistema

de classes e pressupõe um conjunto de relações estruturais (Giddens, 1991: 61; Giddens, 1989: 152-8). Entretanto, Giddens destacou no seu estudo o papel da mobilidade social, associada à posse de certas capacidades de mercado, como um dos principais elos de ligação "globais" entre o mercado e os sistemas estruturados de classe. Nos escritos posteriores sobre classes sociais emerge um acento mais próximo do marxismo. Giddens defende a idéia de que as relações de classe são estabelecidas intrinsecamente ao *processo de trabalho*, deixando de destacar a importância das "capacidades de mercado" valorizadas diferencialmente. Mesmo as suas críticas às análises de classe marxistas sobre o capitalismo questionam especialmente as dificuldades em explicar como a distinção capital/trabalho, constituída ao nível do modo de produção, estrutura-se socialmente como distinção de classe do tipo burguesia/proletariado. A solução parece-lhe estar na investigação dos modos por meio dos quais as relações de classe transformam-se em bases para a formação de grupos e de filiações de grupos (Giddens, 1991a: 202).

A elaboração da teoria da estruturação coloca novas questões em foco. Não se pretende aqui fazer o que Giddens não fez, ou seja, "atualizar" a sua teoria de classes levando em conta as novas direções da sua teoria social acerca da produção e reprodução da vida social. O estudo dos sistemas de classes coloca de forma aguda a questão da relação entre ação e estrutura. Do mesmo modo, a teorização sobre a problemática ação/estrutura tem uma importância decisiva para o desenvolvimento da análise de classe. Tendo em vista essa relação, apresentam-se considerações críticas acerca das soluções preconizadas pela teoria da estruturação.

A noção de estrutura é um aspecto débil da teoria da estruturação. Entende-se que a estrutura "existe somente com traços de memória, a base orgânica da cognoscitividade humana". Não resta dúvida que sem memória não existe ação social, pois nesse caso o indivíduo estaria perdido num mundo puramente visual e mecânico,

sem referências. A sociedade existe na memória, assim como no sub-consciente, nos sonhos. O conhecimento do "fazer" atividade social existe como traços de memória. Através do "fazer" recursivo da prática social, inclusive, as propriedades estruturais dos sistemas sociais sedimentam-se sutilmente na cognoscitividade do agente, cujo âmagô é o conhecimento de regras sociais, notadamente a consciência prática. A consciência é primariamente a "consciência da práxis existente" (Marx e Engels, 1977: 45). Giddens admite a centralidade da práxis na vida social e, por isso, critica o giro lingüístico de Habermas em sua teoria da ação comunicativa (Giddens, 1991b: 185). Sabe que ação é *fazer*, ainda que seja um fazer significativo, pois a dimensão simbólica é inerente à vida social. Mas sua teoria, por outro lado, pretende oferecer uma nova concepção da práxis, que se baseia em "uma visão alterada da interseção entre dizer (ou significar) e fazer". A sua concepção da consciência social afina-se com a tradição marxista, como ele próprio reconheceu em uma de suas primeiras obras (Giddens, 1984a: 76-7). Na linha de *A Ideologia Alemã*, admite, com Marx, que "a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros e, portanto, existe também para mim mesmo" (Marx e Engels, 1977: 43).

A noção de estrutura está vinculada estreitamente a um teoria do agente humano e, de modo particular, pretende dar conta das condições e conseqüências da ação (Giddens, 1979: 47). Em decorrência disso, acaba por promover a junção conceitual contraditória de regras e recursos numa ordem virtual fundada na cognoscitividade do agente. Os recursos devem ser conhecidos para serem mobilizados, mas estes mesmos não representam um atributo da cognoscitividade humana. Nem os recursos de autoridade nem muito menos os recursos alocativos. O controle sobre outros agentes, em certa medida, "flui suavemente" como processo ideológico, ou seja, disposições intelectivas e valorativas, envolvendo, por isso, traços de memória. Mas a força material da dominação e o Estado

como organismo especial, dotado da capacidade coercitiva, não são configurações cognoscitivas, ainda que tudo, por envolver o homem, envolva a mente humana e, afinal, os traços de memória.

Em Giddens a práxis aparece como uma espécie de manifestação ou exteriorização da cognoscitividade do agente, ainda que a sua produção pressuponha certas capacidades vinculadas ao domínio de recursos. As regras sociais inscritas na consciência são vistas como uma "ordem virtual", uma matriz subjacente, habilitadora e conformadora, das práticas sociais, que seriam a ordem manifesta e real. O momento instituinte da prática instala a reprodução e a possibilidade de produção das condições e objetivações do processo sob nova forma. No fundo, Giddens propõe uma visão em que a práxis, condicionada pelas propriedades estruturais, conforma a consciência social e esta, por sua vez, em conjunção com os recursos, irá constituir a práxis, momento de produção e reprodução do social. Mas a práxis é "ordenada" pelas relações sociais e estas formas objetivadas da interação social não podem ser reduzidas à manifestação ou exteriorização da cognoscitividade do agente. As formas de ordenamento da interação social não podem ser concebidas adequadamente em moldes similares aos processos de constituição da consciência social do sujeito. Muito do que "existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo", não existe como simples emanção da consciência social. Não é certo, além disso, que os condicionamentos que não são propriamente "internos" ao sujeito, possam ser reduzidos a uma mera questão de recursos disponíveis. Afinal, a distribuição assimétrica de recursos tem a ver com as próprias relações sociais (ou as propriedades estruturais, com admite Giddens). Cabe, então, explicar este nível mais abrangente e "exterior" dos condicionamentos.

Ao propor pela primeira vez a teoria da estruturação Giddens lançou-se o desafio de "explicar como as estruturas são constituídas pela ação, e reciprocamente como a ação é constituída

estruturalmente" (Giddens, 1978: 165). Este novo corpo de teoria avança no tentame de explicar aspectos da constituição estrutural da ação. Parece falhar, no entanto, no tratamento dos condicionamentos sociais que não podem ser reduzidos ou fundidos à consciência social. Por outro lado, uma parte mais complexa do enigma, o papel da ação na instituição das propriedades estruturais, fica obscuro. A capacidade genérica da ação de reproduzir ou mudar os condicionamentos não explica a existência ou emergência da vida social como uma forma global "ordenada" e "ordenadora" das práticas, ou seja, as propriedades estruturais. No fundo, as propriedades estruturais permanecem como dados inexplicáveis. Giddens mostra-se incapaz de explicar como as práticas sociais geram as propriedades estruturais. Possivelmente isto se deve ao fato das propriedades estruturais não poderem ser pensadas adequadamente apenas do "ângulo" da práxis do agente. Afinal, os indivíduos só existem e agem em relações mútuas, em circunstâncias reproduzidas e produzidas no âmbito de determinado conjunto de relações sociais. As relações sociais, cuja trama assume uma lógica global específica, expressam uma parte da verdade contida no enigma da "fixação da atividade social" (Marx e Engels, 1977: 47).

A teoria das classes sociais de Bourdieu tem sido criticada pelo seu viés nominalista. As classes não teriam propriamente uma existência objetiva, seriam antes uma ficção social criada pelo poder arbitrário significativo dos agentes sociais (Lojkine, 1995: 217-8). É verdade que a obra de Bourdieu expressa um encanto especial pelo papel do "poder simbólico" e seus mecanismos na vida social. Entretanto, a noção de *habitus* traduz uma super-estimação da força condicionante das estruturas objetivas, a ponto de se acusar o autor, com certa razão, de elaborar uma teoria voltada para a explicação da *reprodução* social, mas falha em pensar a *transformação* social. A solução dada por Bourdieu à problemática ação/estrutura coloca a noção de *habitus* como o elo intermediário entre as estruturas

objetivas e as práticas sociais. Bourdieu afirma que o *habitus* é uma estrutura estruturada integrada por disposições duráveis porém aberta à transformação dos condicionamentos, pois funciona igualmente como estrutura estruturante. Entretanto, a noção de *habitus* passa uma idéia forte de que este funciona fundamentalmente como estrutura estruturante *das próprias estruturas*, ou seja, instalação a reprodução das estruturas, que não existem à margem das práticas. A transformação é pensada principalmente como o resultado de desajustes entre o *habitus* e as condições sociais modificadas (Bourdieu, 1983a: 105-6). Existem efetivamente desajustes entre as condições sociais e as disposições adquiridas pelos integrantes dos grupos e classes sociais (*habitus*), pois a ação têm conseqüências não premeditadas e os agentes não possuem uma consciência onisciente da sua própria prática. As condições podem mudar pela ação dos indivíduos sem que eles queiram ou percebam isso e sem que as disposições incorporadas mudem. Mas caberia, então, explicar como os homens fazem a história ainda que não tenham consciência dos resultados da sua prática. Entretanto, o modo como Bourdieu concebe a transformação acaba por dar às condições (transformadas) o papel ativo. O agente, por força do *habitus* desajustado, é relegado à situação de fator *reativo* e, nesse sentido, conservador. Bourdieu não é capaz de explicar justamente a mudança das condições. Este sintomaticamente pouco fala da prática, no sentido de teorizar a sua capacidade transformadora.

Tanto Bourdieu quanto Giddens discorrem sobre como os agentes são condicionados em sua interioridade. Num certo sentido, não há diferença substancial em falar genericamente de *habitus*, enquanto disposições sociais incorporadas, ou de consciência de regras sociais. Essas idéias representam, no fundo, diferentes maneiras de conceber que a existência social condiciona a consciência social, que é, em boa medida, uma consciência prática, ou seja, consciência da prática e para a prática. Mas a interferência das

estruturas não se faz apenas enquanto estruturas incorporadas ou interiorização da exterioridade. Mesmo a ação não pode ser pensada essencialmente como exteriorização da interioridade. A ação é *fazer*. É preciso pensar o "fazer social" enquanto dimensão específica, não redutível à interioridade exteriorizada, mesmo que seja um interioridade que incorporou a exterioridade. O fazer é capacidade estruturante, reprodutora e produtora. Os condicionamentos estão, por sua vez, condicionados pelo fazer social, pois as construções sociais não existem sem esse fazer. A noção de práxis expressa a idéia do "fazer social", da construção histórica do social. Sem dúvida os agentes sociais possuem disposições incorporadas que condicionam a sua atividade social. Mas a prática não pode se plenamente entendida, ou seja, entendida em todas as suas dimensões, como o *opus operatum* de um *modus operandi*, inclusive porque o *modus operandi* altera-se com o *opus operatum* e com as condições alteradas pelo fazer social.

A teoria da regulação tem sido submetida a críticas que abrangem questões de evidência empírica, consistência teórica e aspectos metodológicos. Boddy contesta, ao nível de fundamentação empírica, que o sistema de produção em série fordista tenha sido a forma de produção dominante até o final do surto de crescimento do pós-guerra, nega a ocorrência de uma crise e declínio do fordismo, questiona que a acumulação flexível seja agora dominante e que exista uma efetiva flexibilização no mercado de trabalho. No plano metodológico, vinculado ao próprio processo de generalização teórica, chama atenção para a diversidade entre os estudos de caso que servem de referência e a pouca clareza acerca dos parâmetros usados para identificar e comparar os novos distritos industriais. Uma deficiência semelhante diz respeito ao fato de todo o esforço analítico ser construído baseando-se sobretudo na indústria manufatureira e, além disso, descartando a consideração de setores que absorvem a maior parte do emprego feminino. A associação entre a emergência

de um novo regime de acumulação e o papel de redes de empresas de pequeno e médio portes parece-lhe distorcida, pois o controle econômico continua centralizado nas mãos das grandes empresas multinacionais e do capital financeiro. Contesta-se, afinal, idéias essenciais da perspectiva regulacionista, ou seja, a dominância histórica da produção em série fordista, sua crise e substituição pela acumulação flexível (Boddy,1990: 49-55). Gottdiener registra uma inconsistência teórica grave: o pressuposto de um desenrolar equilibrado do crescimento, sob um regime de acumulação dominante, negligenciando-se a base sempre contraditória de todas as relações capitalistas (Gottdiener, 1990: 76). Lojkin critica os teóricos da escola regulacionista ao argumentar que o taylorismo-fordismo representou antes um "mito mobilizador", com a função precípua de estimular, orientar e legitimar os gerentes, que propriamente um sistema sócio-técnico específico (Lojkin, 1995: 30). Na verdade, a *especialização*, a *estandardização* e a *reprodução rígida (continuidade da cadeia)*, são princípios gerais da *revolução industrial* (Lojkin, 1995: 72). Já o toyotismo, novo mito mobilizador, menos que uma *oposição* ao mito precedente do taylorismo-fordismo, corresponde a uma espécie de *inversão simétrica* deste. Na defesa da sua tese, Lojkin faz um interessante confronto entre fordismo e toyotismo ao nível das seis dimensões comuns porém "invertidas" da mesma condição de mito mobilizador (Lojkin, 1995: 30-2). O mito do toyotismo, na análise de Lojkin, revela os seus limites ao confrontar-se com a crua realidade da experiência japonesa. No sistema toyotista a louvada "desespecialização" do trabalho implica antes numa ampliação do trabalho que propriamente num enriquecimento capaz de afetar a divisão vertical do trabalho. No *kan-ban* apenas a informação bruta é coletada e difundida na base, de modo que os operadores não realizam nenhum tratamento de informação refinado, reflexivo e abstrato. O modelo toyotista de economia do trabalho vivo e de "flexibilidade" da

mão de obra oscila ambivalentemente entre a *precarização* e a *polifuncionalidade*. A revolução organizacional do modelo japonês, ao voltar-se para a intensificação do trabalho, permanece presa ao critério da "rentabilidade" imediata (Lojkin, 1995: 33-41).

Entre as virtudes da teoria da regulação, menciona-se o fato desta orientar-se para o processo concreto de produção e demandar a investigação das formas sociais globais dentro das quais se opera a reprodução do modo de produção. Resgata-se a presença do político no âmbito dos processos econômicos, ao abordar-se a problemática do modo de regulação que é estabelecido ou desfeito nas lutas e relações de força entre os agentes sociais (Valladares e Preteceille, 1990: 9). A teoria é igualmente defendida por levar em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do regime de acumulação num período histórico e num lugar particulares (Harvey, 1993: 118).

Os autores que se situam no campo da teoria da regulação divergem a respeito da emergência efetiva, na atualidade, de um novo regime de acumulação. Harvey apresenta um enfoque que se revela mais realista. Acredita que, apesar da crise do fordismo, as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas. Assiste-se inclusive à combinação de produção fordista altamente eficiente com sistemas de produção mais artesanais. Este autor, num discurso um tanto herético dentro da teoria da regulação, encara a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Ainda que dê um estatuto provisório às suas conclusões, Harvey sugere que a acumulação flexível tem de ser considerada uma combinação particular e, quem sabe, nova, de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital. Sua interpretação valoriza a dinâmica geral do modo capitalista de produção que se afirma por entre a agitação e

evanescência superficiais tão característica da acumulação flexível. A acumulação flexível, no entendimento de Harvey, apresenta-se como um modo particular de combinação e alimentação mútua das estratégias de extração de mais-valia absoluta e relativa. A faceta da mais-valia absoluta corresponde à extensão da jornada de trabalho em relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A estratégia da mais-valia relativa encarna-se na mudança organizacional e tecnológica. O rápido crescimento das economias negras, informais ou subterrâneas nos países avançados fazem parte da reestruturação. A acumulação flexível implica em níveis relativamente altos de desemprego estrutural, destruição e reconstrução de habilidades profissionais, pequenos ganhos reais de salário (se tanto) e enfraquecimento do poder sindical. O propalado incremento do setor de serviços e da massa cultural tem sido acompanhado por aumento nas desigualdades de renda, pressagiando talvez uma polarização do mercado de trabalho. Entretanto, ao lado das dificuldades e perigos, as exigências de educação, flexibilidade e mobilidade geográfica que acompanham a acumulação flexível, na medida em que são incorporadas, podem representar oportunidades para a classe trabalhadora e seu movimento social (Harvey, 1993: 141-5 e 175-84).

Jean Lojkin defende a tese de que está emergindo na sociedade atual um novo sistema sócio-técnico que significa, ao menos potencialmente, uma ruptura com o padrão histórico oriundo da revolução industrial. A sociedade moderna vive o arborescer da revolução informacional. Lojkin apresenta e debate a questão da emergência de um novo sistema sócio-técnico em contraponto aberto e profundo com os simplismos e devaneios dos teóricos da "sociedade pós-industrial". Entretanto, como pode ocorrer em qualquer estudo de um processo emergente, de difícil avaliação, a teorização de Lojkin revela uma certa superestimação das possíveis implicações *revolucionárias* da revolução informacional. O próprio autor revela

certa consciência do perigo que ronda as suas "generalizações" (Lojkin, 1995: 307-11). Não resta dúvida de que as novas tendências sócio-técnicas, ainda que não venham a assumir a forma de um novo, singular e revolucionário "sistema sócio-técnico", têm promovido importantes mudanças no mundo do trabalho e da informação, sob o signo da *interpenetração* de atividades antes separadas pela revolução industrial, senão mesmo pela milenar divisão do trabalho social. O processo em curso vem revolvendo fronteiras, divisões e identidades sociais estabelecidas sob uma base sócio-técnica que está em mutação. Os novos condicionamentos, ameaças e possibilidades produzidas pelas transformações sócio-técnicas colocam as forças de classe da transformação social diante da necessidade de reconstruir o sistema de práticas, instituições e representações que fundamenta e dinamiza o seu projeto histórico emancipador. Uma decisiva intervenção na esfera da gestão tem um papel chave no desenlace do processo, o que não implica necessariamente na apologia da via autogestionária da transformação social.

A teoria de classes enfrenta desafios e dilemas que podem ser superados. Um caminho fecundo a ser explorado envolve a incorporação crítica de certas teses oriundas da teoria da estruturação em um esforço de renovação da teoria de classes de inspiração marxista.

A teoria de classes da sociedade capitalista deve reafirmar que as classes sociais constituem-se especialmente ao nível do modo de produção. O processo global de trabalho continua a ser o fundamento da atividade social e da diferenciação social entre os homens. Entretanto, deve-se considerar que o conteúdo e a forma social do trabalho estão passando por importantes mutações sob o impacto das novas tendências sócio-técnicas implementadas pelo desenvolvimento capitalista contemporâneo.

As classes sociais são fruto de um processo permanente de estruturação de relações de classe, que envolve a interveniência de

fatores *imediatos* e *mediatos*. O fator mais importante da estruturação *imediatamente* de relações de classe consiste, tudo indica, no processo de trabalho, tal como este se desenvolve na célula elementar do sistema de produção atual - a empresa capitalista -, em articulação com a divisão do trabalho no conjunto da sociedade e o processo global de acumulação do capital. Já os fatores gerais de estruturação *mediata* de relações de classe dizem respeito ao conjunto estrutural de formas sociais institucionalizadas envolvidas no circuito geral de reprodução do capital (D-M-D'): propriedade privada, moeda, trabalho assalariado e capital. A nível específico, a posse de ativos econômicos que permitem realizar apenas a troca simples (M-D-M) ou que propiciam uma expansão de valor (D-D') no bojo do processo global de reprodução ampliada capitalista, torna-se fator de diferenciação de classe.

Não é adequado pensar estaticamente numa estrutura de classes puramente "dada", "objetiva" e "econômica". As classes representam um processo contínuo de produção e reprodução de relações de classe. As classes correspondem a sistemas de práticas sociais ordenadas no tempo e espaço por determinados condicionamentos estruturais, instituições e representações. Os padrões de mobilidade social interferem na formação das classes como grupos identificáveis. A estruturação de classes é "mediada" por instituições sociais e políticas que promovem modelos comuns de comportamentos e atitudes. As práticas sociais que dão vida e forma à realidade das classes implicam na existência de uma consciência destas práticas e para estas práticas. Falar em consciência quer dizer tratar de reflexividade e cultura. A elaboração cultural afeta a consciência prática dos agentes. A consciência social é também parcialmente constitutiva da realidade social das classes. Afinal, toda construção social depende da prática - portanto, também da consciência prática - para existir. As construções sociais só existem como construções da prática. A produção e reprodução das classes sociais ocorre no âmbito

da conjunção entre a prática (condicionada) e o meio social condicionante (prático). Georges Labica fala do "caráter indissociável do meio e da atividade humana" (Labica, 1990: 86). Entretanto a prática, num certo sentido, dissocia-se das suas construções, pois as suas construções são construções *sociais* dos homens em *relações* mútuas. A ação social é uma relação, ou melhor, faz-se dentro de relações. Quanto mais complexas são as relações sociais, maior é a dissociação entre a atividade social e seus produtos. A teoria da produção e reprodução das classes precisa, então, teorizar a práxis, as relações que dissociam a práxis das suas construções e a próprias construções "solidificadas" que se interpõem como condicionantes da atividade social.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. (1984), *A crise da crise do marxismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, Brasiliense.
- ANTUNES, Ricardo. (1995), *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez/Unicamp.
- ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. (1992), *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jurgen Habermas*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- BODDY, Martin. (1990), Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: Valladares, L. e Preteceille, E. (Coord). (1990).
- BOURDIEU, Pierre. (1983), *Pierre Bourdieu: sociologia* (coletânea org. por Renato Ortiz). Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo, Ática.
- BOURDIEU, Pierre. (1983a), *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- BOURDIEU, Pierre. (1984), *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge, Havard University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Tradução de Ferando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre. (1990), *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia da Silveira e Denise Pegorim. São Paulo, Brasiliense.
- BRUBAKER, Rogers. (1985), Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu. *Theory and Society*. Amsterdam, 14: 745-75.
- BURAWOY, Michael. (1991), Making nonsense of Marx: o marxismo revisto pelo individualismo metodológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 15 (6).
- CLARK, T. and LIPSET, S. (1991), Are social classes dying? *International Sociology*. Londres, 6 (4): 397-410.
- CLARK, T., LIPSET, S. and REMPEL, M. (1993), The declining

- political sygnificance of social class. *International Sociology*. Londres, 8 (3): 293-316.
- CORIAT, Benjamin. (1992), *El taller y el robot*. Tradução de Rosa Ana Domínguez Cruz. México, Siglo Veintiuno Editores.
- CORIAT, Benjamin. (1994a.), *El taller y el cronómetro*. Tradução de Juan Miguel Figueroa Pérez. 10a. edição. México, Siglo Veintiuno Editores.
- CORIAT, Benjamin. (1994), *Pensar pelo avesso*. Tradução de Emerson da Silva. Rio de Janeiro, Revan/UFRJ.
- CROMPTON, Rosemary. (1994), *Class and stratification: an introduction to current debates*. Londres, Polity Press.
- DAHRENDORF, Ralf. (1992), *O conflito social moderno*. Renato Aguiar e Marco Antonio da Rocha. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/ São Paulo, Edusp.
- ELSTER, Jon. (1987), *Making sense of Marx*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ELSTER, Jon. (1989), Tres desafíos al concepto de clase social. In: Roemer, John. 1989b.
- ELSTER, Jon. (1989a), *Marx hoje*. Tradução de Plinio Dentzien. São Paulo, Paz e Terra.
- ELSTER, Jon. (1994), *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Tradução de Antonio Trânsito. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (ed). (1993), *Changing classes: stratification and mobility in pos-industrial societies*. Sage.
- GIDDENS, Anthony. (1975), *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Tradução de Marcia Bandeira Nunes. Rio de Janeiro, Zahar.
- GIDDENS, Anthony. (1978), *Novas regras do método sociológico*. Tradução de Maria Lindoso. Rio de Janeiro, Zahar.
- GIDDENS, Anthony. (1979), *Central problems in social theory*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- GIDDENS, Anthony. (1982), *Profiles and critiques in social theory*.

- Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- GIDDENS, Anthony. (1982a), Marx e weber: class society and class structuration. In: Giddens, Anthony and Held, David (eds) *Classes, Power and Conflit*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1982.
- GIDDENS, Anthony. (1984), *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Tradução de Alberto Oliva e Luis Cerqueira. Rio de Janeiro, Zahar.
- GIDDENS, Anthony. (1989), *A constituição da sociedade*. Tradução de Alvaro Cabral. São Paulo, Martins Fontes.
- GIDDENS, Anthony. (1991), *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo, Unesp.
- GIDDENS, Anthony. (1991a), Structuration theory: past, present and future. In: Bryant, C. and Jary, D. (eds). *Theory of structuration. a critical appreciation*. London and New York, Routlege.
- GIDDENS, Anthony. (1991b), Razón sin revolución? In: Bernstein, Richard *et alli. Habermas e la modernidad*. 2a. ed., Madrid, Catedra.
- GOLDTHORPE, J. and MARSHALL, G. (1992), The promising future of class analysis: a response to recente critiques. *Sociology*. Londres, 26 (3): 381-400.
- GOTTDIENER, Mark. 1990. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: Valladares, L. e Preteceille, E. (coord). (1990).
- GOTTDIENER, Mark. (1993), *A produção social do espaço urbano*. Tradução de Geraldo de Souza. São Paulo, Edusp.
- HABERMAS, Jurgen. (1987), *Teoría de la acción comunicativa*. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. Tomo II. Madrid, Taurus.
- HABERMAS, Jurgen. (1990), *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução de Ana Maria Bernardo *et alli*. Lisboa, Dom Quixote.
- HARVEY, David. (1993), *A condição pós-moderna*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola.
- HOURT, M., BROOKS, G. and MANZA, J. (1993), The persistence of classes in post-industrial societies. *International Sociology*. Londres, 8 (3): 259-77.
- LABICA, Georges.(1990), *As "teses sobre Feuerbach" de Marx*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LEBORGNE, Danielle e LIPIETZ, Alain. 1990. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: Valladares, L. e Preteceille, E. (coord). (1990).
- LEVINE, A. *et alli*. (1989), Marxismo e individualismo metodológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 11 (3): 57-70.
- LOJKINE, Jean. (1990), *A classe operária em mutações*. Tradução de José Paulo Neto. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- LOJKINE, Jean. (1995), *A revolução informacional*. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo, Cortez.
- MARX e ENGELS. (1977), *A ideologia alemã (I - Feuerbach)*. São Paulo, Grijalbo.
- MERQUIOR, José Guilherme. (1987), *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MELO, Marcus André de. (1990), Regimes de acumulação, estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988). In: Valladares, L. e Preteceille, E. (cord). (1990).
- OFFE, Claus. (1994), *Capitalismo desorganizado*. 2a. edição. Tradução de Vanda Caldeira Brant. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (1983), *A procura de uma sociologia da prática*. In: Pierre Bourdieu: sociologia (coletânea org. por Renato Ortiz). São Paulo, Ática, 191p.
- PAKULSKI, Jan. (1993), The dying of class or of marxist class theory? *International Sociology*. Londres, 8 (3): 279-92.
- PRZEWORSKI, Adam. (1986), Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 6 (3).
- PRZEWORSKI, Adam. (1989), *Capitalismo e social-democracia*. Tradução de Laura Motta. São Paulo, Companhia das Letras.

- ROEMER, John. (1989), Nuevas direcciones en la teoría marxista de la explotación y de las clases sociales. In: Roemer, John (compilador). (1989b).
- ROEMER, John. (1989a.), *Valor, explotación e clase*. Tradução de Susana Moreno Parada. México, Fondo de Cultura Económica.
- ROEMER, John (compilador) (1989b), *El marxismo: una perspectiva analítica*. Tradução de Rafael Núñez Zúñiga. México, Fondo de Cultura Económica.
- ROEMER, John. (1989c), Marxismo de "elección racional": algunas cuestiones de método y contenido. In: Roemer, John (compilador). (1989b).
- SILVA, Elizabeth Bortolaia. (1991), *Refazendo a fábrica fordista*. São Paulo, Hucitec.
- STORPER, Michael. (1990), A industrialização e a questão regional no terceiro mundo. In: Valladares, L. e Preteceille, E. (coord). (1990).
- VALLADARES, Licia e PRETECEILLE, Edmond (coord). (1990), *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo, Nobel/Rio de Janeiro, Iuperj.
- WATERS, M. (1991), Collapse and Convergence in class theory. *Theory and Society*. Netherlands, 20/2: 141-72.
- WELDES, Jutta. (1991), Marxismo e individualismo metodológico: uma crítica. *Presença*. Rio de Janeiro, 16.
- WRIGHT, Erik. (1989), Qué tiene de media la clase media? In: Roemer, John. (1989b).
- WRIGHT, Erik. (1993), Class analysis, history and emancipation. *New Left Review*, Londres, 202, nov-dez.

A obra
QUESTÃO DE CLASSE:
teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje
da autoria de
José Alcides Figueiredo Santos
publicada pela
CLIOEDEL - Clio Edições Eletrônicas -
foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:
tamanho do papel: A4,
orientação: paisagem,
margens superior e inferior: 1,5 cm
margens esquerda e direita: 1,5cm
medianiz: 0 cm,
distancias do cabeçalho
e rodapé em relação à
borda do papel: 1,25 cm.
O texto foi digitado em
Word para Windows, versão RTF
com fonte Times New Roman 12,
espaço 1 e recuo de parágrafo de 1,25 cm.
As notas de roda-pé, com mesma fonte, mas tamanho 10.
E as transcrições de mais de 3 linhas
em itálico e com recuo de 2 cm à
esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos desta edição são propriedade do autor. Esta obra pode ser obtida gratuitamente através da **Clio Edições Eletrônicas** <<http://www.clioedel.ufjf.br>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e em sua estrutura eletrônica.